



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**Fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias  
e o abandono escolar no ensino superior: o caso do IPB**

**Helena Isabel Martins Amaral**

Dissertação apresentada ao *Instituto Politécnico de Bragança*  
Para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

**Orientação:**

**Prof. Doutora Ana Paula Monte**

**Bragança, novembro, 2020**



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**Fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias  
e o abandono escolar no ensino superior: o caso do IPB**

**Helena Isabel Martins Amaral (n.º 33922)**

**Orientação:**

**Prof. Doutora Ana Paula Monte**

**Bragança, novembro, 2020**



## Resumo

O principal objetivo deste estudo assenta em investigar os fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias tendo por base a população estudantil do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e, conseqüentemente, analisar se este sobre-endividamento é uma possível causa para o abandono escolar destes.

Para esta análise, utilizou-se como método de recolha de dados o inquérito por questionário tendo como população-alvo os estudantes do IPB matriculados no ano letivo 2019/2020. Este é constituído por questões relacionadas com atitudes e comportamentos financeiros para conseguir obter indicadores de endividamento ou sobre-endividamento dos agregados familiares da comunidade estudantil do IPB, por questões relacionadas com o abandono escolar e, por fim, por questões de carácter pessoal e familiar. Deste inquérito resultaram 281 respostas válidas. Através destes dados, verificou-se que 48% dos agregados familiares dos estudantes do IPB estão com dificuldades no cumprimento das obrigações com os créditos. Relativamente ao abandono escolar averiguou-se que 15% dos inquiridos já abandonou os estudos pelo menos uma vez, tendo sido principalmente por motivos académicos e profissionais.

Relativamente às hipóteses de investigação, constatou-se que não existe qualquer relação entre o grau de sobre-endividamento e a literacia financeira do estudante. No entanto, verificou-se que existe uma correlação negativa entre o grau de sobre-endividamento e o nível de poupanças assim como acontecesse com o nível de confiança dos rendimentos futuros e o estatuto social percecionado. O mesmo não acontece entre o grau de sobre-endividamento e o número de créditos ativos, uma vez que se verificou uma correlação positiva entre as variáveis.

De acordo com as respostas ao inquérito, os fatores assinalados como a(s) razão(ões) para o não pagamento ou para a existência de dificuldades no cumprimento das responsabilidades de crédito são essencialmente fatores externos aos consumidores com destaque para o desemprego, sem direito ao subsídio.

Por fim, constatou-se que não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que existe uma relação entre o sobre-endividamento e o abandono escolar na comunidade estudantil do IPB.

**Palavras-Chave:** Endividamento, Sobre-endividamento, Crédito, Abandono Escolar, Instituto Politécnico de Bragança.

## **Abstract**

The main objective of this study is to investigate the determinants of families' over-indebtedness based on the student population of the Polytechnic Institute of Bragança (IPB) and, consequently, to analyze whether this over-indebtedness is a possible cause for their school dropout.

For this analysis, a questionnaire survey was used as data collection method, with target population the IPB students enrolled in the academic year 2019/2020. This consists of questions related to financial behaviour and attitudes in order to obtain indicators of indebtedness or over-indebtedness of the households of the IPB student community. It also has questions related to school dropout and questions about personal and family characteristics. This survey resulted in 281 valid responses. Through these data, it was found that 48% of the households of IPB students are having difficulties in fulfilling their obligations with credits. Regarding school dropout, it was found that 15% of respondents have already dropped out of school at least one time, mainly for academic and professional reasons.

Regarding the research hypotheses, it was found that there is no connection between the degree of over-indebtedness and the student's financial literacy. However, it was found that there is a negative correlation between the degree of over-indebtedness and the level of savings as well as with the level of confidence in future earnings and perceived social status. The same does not happen between the degree of over-indebtedness and the number of active credits, since there was a positive correlation between the variables.

According to the responses to the survey, the factors identified as reason(s) for non-payment or for the existence of difficulties in fulfilling credit responsibilities are essentially factors external to consumers, with emphasis on unemployment, without right the allowance.

Finally, it was found that there is not enough statistical evidence to sustain that there is a connection between over-indebtedness and school dropout in the IPB student community.

**Keywords:** Indebtedness, Over-indebtedness, Credit, School Dropout, Polytechnic Institute of Bragança.

## Resumen

El objetivo principal de este estudio es investigar los determinantes del sobreendeudamiento de las familias a partir de la población estudiantil del Instituto Politécnico de Bragança (IPB) y, en consecuencia, analizar si este sobreendeudamiento es una posible causa de su abandono escolar.

Para este análisis se utilizó la encuesta por cuestionario como método de recogida de datos, con la población objetivo de alumnos de IPB matriculados en el curso académico 2019/2020. Consiste en cuestiones relacionadas con las actitudes y comportamientos financieros para obtener indicadores de endeudamiento o sobreendeudamiento de los hogares de la comunidad estudiantil IPB, por cuestiones relacionadas con la deserción escolar y, finalmente, por cuestiones personales y familiares. Esta encuesta resultó en 281 respuestas válidas. A través de estos datos, el 48% de los hogares de estudiantes del IPB están teniendo dificultades para cumplir con sus obligaciones con créditos. En cuanto a la deserción escolar, el 15% de los encuestados ya ha abandonado la escuela al menos una vez, principalmente por razones académicas y profesionales.

En cuanto a las hipótesis de investigación, se puede decir que no existe relación entre el grado de sobreendeudamiento y la alfabetización financiera del estudiante. Sin embargo, se encontró una correlación negativa entre el grado de sobreendeudamiento y el nivel de ahorro, así como con el nivel de confianza en los ingresos futuros y el estatus social percibido. No ocurre lo mismo entre el grado de sobreendeudamiento y el número de créditos activos, ya que existió una correlación positiva entre las variables.

De acuerdo con las respuestas a la encuesta, los factores identificados como motivo(s) del impago o de la existencia de dificultades en el cumplimiento de las responsabilidades crediticias son esencialmente factores externos a los consumidores, con énfasis en el desempleo, sin derecho a asignación.

Por fin, se puede decir que no existe suficiente evidencia estadística para afirmar que existe una relación entre el sobreendeudamiento y la deserción escolar en la comunidad estudiantil de la IPB.

**Palabras clave:** Endeudamiento, Sobreendeudamiento, Crédito, Crédito, Abandono Escolar, Instituto Politécnico de Bragança.

## **Abreviaturas e/ou Acrónimos**

BCE - Banco Central Europeu

CAE - Comissões de Avaliação Externa

CTeSP - Curso Técnico Superior Profissional

DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

ECTS - Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos

ESA - Escola Superior Agrária de Bragança

EsACT - Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo

ESE - Escola Superior de Educação de Bragança

ESSa - Escola Superior de Saúde de Bragança

ESTiG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança

FMI - Fundo Monetário Internacional

GAS - Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado

GIAPE - Gabinete de Imagem e Apoio ao Estudante

GPF - Gabinete de Proteção Financeira

IES - Instituições do Ensino Superior

IPB - Instituto Politécnico de Bragança

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PBL - aprendizagem baseada em problemas

RACE - Rede de Apoio ao Consumidor Endividado

Sec. - Século

# Índice

Lista de Figuras .....	vi
Lista de Tabelas .....	vii
Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento teórico .....	4
1. Excesso de endividamento das famílias em Portugal e seus determinantes .....	4
1.1. O endividamento e sobre-endividamento dos indivíduos e das famílias .....	7
1.2. Determinantes do sobre-endividamento .....	9
1.3. Consequências do Sobre-Endividamento .....	14
1.4. Prevenção e combate do sobre-endividamento em Portugal .....	16
2. Abandono escolar no ensino superior e seus determinantes .....	17
2.1. Motivações e causas do abandono escolar no Ensino Superior .....	19
2.2. Medidas de prevenção do abandono escolar no Ensino Superior .....	24
Parte II – Estudo empírico sobre os fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias e o abandono escolar no ensino superior: estudo de caso no IPB.....	26
3. Caracterização do Instituto Politécnico de Bragança .....	26
4. O Abandono Escolar no IPB .....	27
5. Desenho do Estudo Empírico.....	32
5.1. Objetivos do Estudo e Hipóteses de Investigação.....	32
5.2. Descrição do Instrumento de Recolha de Dados .....	36
5.3. População versus Amostra .....	36
5.4. Descrição dos Métodos de Tratamento dos Dados .....	37
6. Apresentação e Análise dos Resultados .....	39
6.1. Caracterização da Amostra.....	39
6.1.1. Caracterização sociodemográfica.....	39
6.1.2. Situação Sócio – Familiar.....	41
6.1.3. Atitudes e comportamentos financeiros do agregado familiar: Indicadores de endividamento ou sobre-endividamento.....	43
6.1.4. Ingresso no Ensino Superior .....	48
6.2. Análise Estatística Inferencial .....	50
Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras .....	58
Referências .....	62
Apêndice.....	69

## Lista de Figuras

Figura 1. Dívidas das famílias dos países da OCDE, em 2018.....	5
Figura 2. Dívida total das famílias portuguesas em percentagem do rendimento disponível, no período de 1995 a 2019. ....	6
Figura 3. Devedores com crédito vencido (em percentagem), de 2010 a 2019. ....	7
Figura 4. Empréstimos concedidos pelo setor financeiro às famílias portuguesas, no período de 2010 a 2019.....	10
Figura 5. Causas que estão na origem/contribuem para o sobre-endividamento das famílias portuguesas, de 2012 a 2019.....	13
Figura 6. Taxa de abandono precoce de educação e formação, de 2011 a 2019. ....	25
Figura 7. Número de estudantes matriculados no IPB, entre os anos letivos 2014/2015 e 2019/2020.....	27
Figura 8. Percentagem de abandono escolar no IPB entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.....	28
Figura 9. Percentagem de estudantes sem avaliação ou com todas as avaliações negativas, de acordo com os estudantes que não concluíram nem renovaram a matrícula para o ano letivo seguinte. ....	29
Figura 10. Percentagem dos motivos das anulações dos estudantes, entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. ....	30
Figura 11. Modelo de análise do estudo. ....	32
Figura 12. Rendimento, médio mensal, do agregado familiar da amostra. ....	43
Figura 13. Motivos da candidatura ao Ensino Superior (%). ....	48
Figura 14. Despesas nos estudos por item (%). ....	49
Figura 15. Taxa de abandono escolar e os respetivos motivos, em percentagem. ....	50
Figura 16. Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante literacia financeira.....	51
Figura 17. Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante nível de poupança. ....	51
Figura 18. Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante nível de confiança nos rendimentos futuros.....	52
Figura 19. Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante estatuto social.....	53
Figura 20. Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante número de créditos ativos. ..	53

## Lista de Tabelas

Tabela 1. Percentagem dos alunos que não se encontram inscritos no ensino superior após 1 ano da sua inscrição no 1.º ano, pela 1.ª vez. ....	18
Tabela 2. Categorização da variável do sobre-endividamento. ....	37
Tabela 3. Classificação dos valores de Correlação de <i>Pearson</i> . ....	38
Tabela 4. Caracterização sociográfica da amostra. ....	40
Tabela 5. Caracterização académica da amostra. ....	40
Tabela 6. Caracterização do agregado familiar da amostra. ....	41
Tabela 7. Habilitações literárias do agregado familiar da amostra. ....	42
Tabela 8. Situação profissional do agregado familiar da amostra. ....	42
Tabela 9. Situação e responsabilidades financeiras do agregado familiar. ....	45
Tabela 10. Motivos para o não pagamento ou dificuldades no cumprimento das responsabilidades de crédito. ....	46
Tabela 11. Perspetivas e literacia financeiras. ....	47
Tabela 12. Situação financeira perante os estudos. ....	49
Tabela 13. Fatores externos aos consumidores associados ao sobre-endividamento. ....	55
Tabela 14. Desvios cognitivos dos consumidores associados ao sobre-endividamento. ....	56
Tabela 15. Influência dos credores associada ao sobre-endividamento. ....	56
Tabela 16. Abandono escolar consoante sobre-endividamento das famílias. ....	57
Tabela A1. Identificação dos motivos comunicados pelos estudantes de acordo com o grupo associado. ....	69
Tabela A2. Composição do Agregado familiar da amostra. ....	70

## Introdução

O sobre-endividamento é um fenómeno seriamente complexo e multifacetado, causado e agravado por uma combinação de fatores económicos, institucionais, individuais, culturais (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013), sociodemográficos, fatores inerentes ao crédito e choques externos (Monteiro, 2015). Este fenómeno tem atingindo, ao longo das últimas décadas, milhões de famílias em todo o mundo (Monteiro, 2015).

Em Portugal, em particular, o número de famílias sobre-endividadadas tem aumentado, uma vez que são cada vez mais as famílias a viverem dias difíceis com o aumento dos impostos, situações de desemprego, reduções nos salários, entre outros aspetos, que cada vez mais preocupam os portugueses (DECO Proteste, 2019). Os fatores responsáveis por estas situações de sobre-endividamento são vários, desde logo a simplificação da normalização do mercado de crédito através da acentuada descida das taxas de juro e da facilidade no acesso ao crédito (Morais, 2013; Monteiro, 2015), assim como os desvios cognitivos dos consumidores (má gestão financeira, falta de autocontrolo, excesso de otimismo, estatuto social, consumismo, entre outros) e os fatores externos como a vulnerabilidade profissional e choques negativos (doença, desemprego, alteração no agregado familiar, incapacidade para o trabalho, penhoras, etc.) que fragilizam a capacidade financeira de uma família. Para além destes, o elevado número de processos de sobre-endividamento está também associado à baixa literacia financeira e ao reduzido nível de poupanças (Morais, 2013; Monteiro, 2015; Ferreira, 2016).

Deste modo, para muitas famílias a solução é recorrer a créditos o que nem sempre corre bem, visto que, grande parte das famílias têm dificuldades em dar cumprimento às suas obrigações financeiras. Em consequência desses incumprimentos, as famílias tendem a contrair novos créditos para liquidar as dívidas anteriores e, muitas vezes, essa sobrecarga de obrigações com créditos dá origem a situações de sobre-endividamento. (Morais, 2013; Monteiro, 2015).

O sobre-endividamento para além dos problemas de carácter financeiro acarreta também problemas de carácter pessoal, social e profissional como é o caso da reduzida produtividade no trabalho, exclusão financeira, sanções por falta de pagamento, dificuldades de relacionamento e desagregação, deterioração da saúde e bem-estar, exclusão social, estigma social e padrão de vida reduzido e privação (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013; Monteiro, 2015).

Neste sentido, várias tem sido as medidas de prevenção e combate implementadas em Portugal. Na perspetiva preventiva, a capacidade de analisar a informação financeira é o primeiro passo para não incorrer no sobre-endividamento. Em vista disso, foram desenvolvidos vários planos para o aumento dessa competência em contexto escolar. Já na perspetiva de combate existem vários gabinetes de apoio ao consumidor sobre-endividado que têm como propósito a renegociação

extrajudicial de dívidas através da mediação do sobre-endividamento (DECO, 2019; Banco de Portugal, 2019c; Frade, 2013).

Uma vez que um dos objetivos deste estudo é, também, verificar se o sobre-endividamento das famílias é um dos fatores associado ao abandono escolar importa, também, analisar esta temática.

Ao longo dos anos são cada vez mais os estudantes a frequentar o ensino superior (PORDATA, 2019), tornando-se numa decisão marcante a nível académico mas também a nível pessoal e social na vida do estudante (Wintre & Sugar, 2000) que se pode tornar num período crítico enquanto que o estudante não se ajuste à nova vida académica (Cunha & Carrilho, 2005). Quando este ajuste não acontece e os estudantes não se identificam com o meio envolvente, podem-se originar “sentimentos de desajustamento e de desilusão, tomando como caminho o abandono escolar” (Casanova, 2018, p. 10).

O abandono escolar é, assim, motivado por características e experiências vivenciadas até ao ingresso no ensino superior, por características organizacionais das instituições do ensino superior (IES) e pelas interações dos estudantes na instituição, dentro e fora da sala de aula, particularmente, com os colegas, docentes e funcionários (Araújo, 2018; Ferreira & Fernandes, 2015). Neste contexto, os fatores-chave que levam os estudantes a abandonar os estudos estão divididos em seis: (i) socioculturais, (ii) estruturais, (iii) políticos, (iv) institucionais; (v) pessoais e de (vi) aprendizagem, relacionando-se entre si (Quinn, 2013).

Para minimizar este abandono, ao longo dos anos têm sido implementadas várias medidas: existência de uma maior ligação entre as escolas secundárias e o ensino superior, atividades que promovam a socialização entre os estudantes e as associações existentes nas IES, um maior acompanhamento por parte da IES ao longo do percurso do estudante, maior formação pedagógica na comunidade de docentes, métodos de avaliação contínua nas diversas unidades curriculares, maior coerência entre as reformas educativas implementadas no ensino secundário e a exigência do ensino superior e, por fim, a existência de mais apoios financeiros para os estudantes carenciados (Movimento Associativo Estudantil, 2016; Casanova, 2018; Silva, 2015; Ribeiro, et al., 2014).

Devido á extrema importância destes temas, esta investigação visa identificar os fatores que motivaram a existência de situações de sobre-edividamento nos agregados familiares da comunidade estudantil do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e, posteriormente, averiguar se estas situações de sobre-endividamento estão relacionadas com as causas do abandono escolar nesta instituição. Para tal, foi disponibilizado um inquérito por questionário à comunidade estudantil do IPB que se encontrava matriculada no ano letivo 2019/2020.

O trabalho foi assim estruturado em duas partes e seis capítulos para além da introdução e da conclusão. Na primeira parte, com dois capítulos, redigiu-se o enquadramento teórico onde se abordaram as temáticas do sobre-endividamento e do abandono escolar. Na segunda parte, composta por quatro capítulos, onde nos dois primeiros é efetuada a caracterização da Instituição em análise (IPB) e apresentado o estudo empírico dos fatores determinantes do abandono escolar

no IPB através da análise dos requerimentos entregues nos Serviços Académicos do IPB para anular a matrícula. Posteriormente, no capítulo cinco, consta a metodologia de investigação com referência ao objetivo de estudo e hipóteses de investigação, à descrição do instrumento da recolha de dados, à população e amostra e, por fim, à descrição dos métodos de tratamento de dados. No capítulo seis são apresentados os resultados obtidos e a análise dos mesmos. Neste capítulo é apresentada primeiramente a caracterização da amostra e posteriormente a análise estatística inferencial com o objetivo de obter resposta às hipóteses de investigação. Por fim, são apresentadas as principais conclusões do estudo, com referência às limitações encontradas bem como possíveis linhas de investigação futuras.

Com isto, acredita-se que o presente trabalho irá identificar os fatores associados a situações de sobre-endividamento e verificar a existência de uma relação entre o sobre-endividamento das famílias dos estudantes do IPB e o abandono escolar destes. Com este estudo pretende-se contribuir para a delimitação de políticas mais fundamentadas e eficazes para minimizar estes dois fenómenos bastantes negativos para a sociedade em geral.

## **Parte I – Enquadramento teórico**

Este trabalho tem por base duas temáticas de grande relevância no nosso país: o excesso de endividamento das famílias e o abandono escolar no ensino superior.

Neste sentido, no enquadramento teórico deste trabalho será abordada, primeiramente, a temática do excesso do endividamento das famílias portuguesas, onde serão averiguados os determinantes, as consequências e os métodos de prevenção e combate do sobre-endividamento em Portugal.

Seguidamente será abordada a temática do abandono escolar com a análise das motivações e causas deste abandono e ainda a identificação das medidas preventivas que contrariem o abandono escolar no ensino superior.

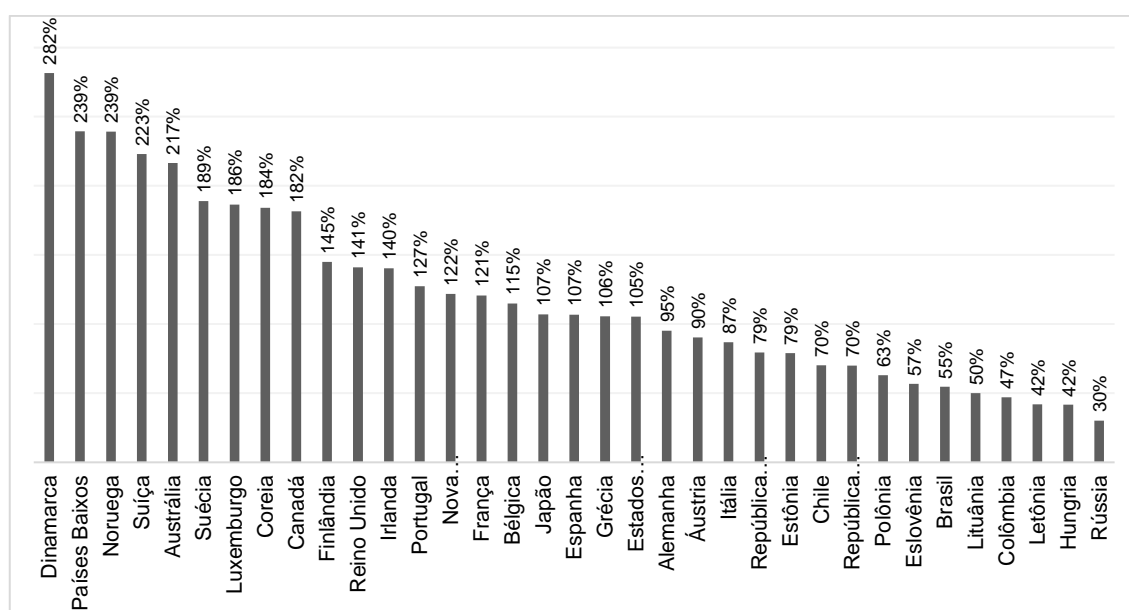
### **1. Excesso de endividamento das famílias em Portugal e seus determinantes**

A integração de Portugal na zona euro traduziu-se num aumento exponencial de situações de endividamento uma vez que, as famílias passaram a consumir mais do que o rendimento que tinham disponível e, conseqüentemente, a aumentar o número de créditos contraídos para atender ao nível de consumismo. Este aumento exponencial de endividamento das famílias portuguesas é resultante, em grande parte, da descida acentuada das taxas de juro e simultaneamente da maior facilidade no acesso ao crédito (Morais, 2013).

Em comparação com os restantes países da OCDE, atualmente o nível de dívidas das famílias portuguesas suscita uma grande preocupação devido à sua elevada taxa de encargos financeiros. De acordo com os dados mais recentes da OCDE (2020), como podemos observar na Figura 1, os encargos financeiros (dívidas) das famílias portuguesas, em 2018, estão 27% acima do seu rendimento disponível. Deste modo, as famílias poderão ter dificuldades financeiras se a conjuntura económica piorar pois poderão surgir constrangimentos inesperados (como desemprego, doença

súbita, entre outros) que agravem a situação financeira destas, traduzindo-se em incumprimentos. Tal indicia que a maioria das famílias vive acima das suas possibilidades com recurso ao endividamento, o que em situações de crise económica e financeira pode contribuir para o aumento do crédito malparado e problemas para o setor financeiro.

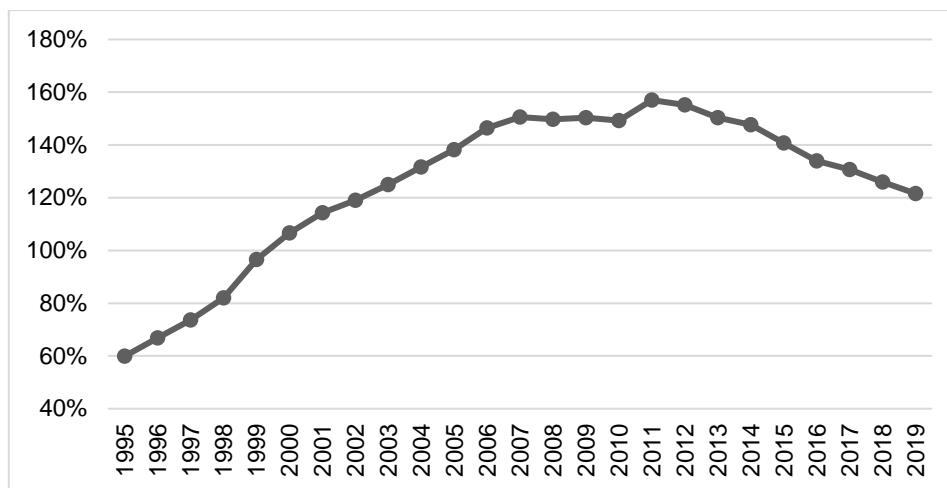
Podemos verificar, ainda, que mais de metade dos países analisados (Figura 1) apresenta um nível de endividamento das famílias superior ao seu rendimento disponível. Contrariamente, a Rússia é o país que apresenta menor percentagem, apenas destina 30% do seu rendimento disponível aos encargos financeiros, enquanto que a Dinamarca apresenta a percentagem de endividamento mais elevada, com uma dívida quase três vezes superior ao rendimento disponível.



**Figura 1.** Dívidas das famílias dos países da OCDE, em 2018.

Fonte: OCDE (2020).

O endividamento das famílias, em Portugal, aumentou a um ritmo bastante elevado, em particular na segunda metade da década de 90 do século XX. Como podemos observar na Figura 2, o endividamento dos particulares teve um aumento progressivo até ao ano de 2007. Nos três anos seguintes teve uma ligeira descida, no entanto, em 2011, atingiu a taxa máxima de endividamento de 157% do rendimento disponível, o que significa que estes utilizavam todo o seu rendimento disponível e ainda ficavam com uma percentagem de 57% que não conseguiam liquidar através do seu rendimento. No entanto, a partir desse ano, a dívida total das famílias portuguesas em percentagem do rendimento disponível tem diminuído continuamente, situando-se nos 121,60% no final de 2019. Apesar da diminuição progressiva nos últimos 8 anos, os encargos financeiros das famílias portuguesas continuam acima dos seus rendimentos o que favorece situações de incumprimento e conseqüente sobre-endividamento.

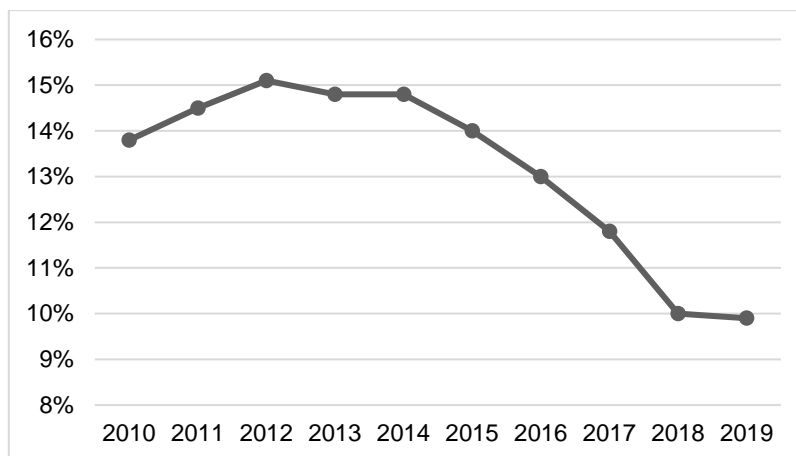


**Figura 2.** Dívida total das famílias portuguesas em percentagem do rendimento disponível, no período de 1995 a 2019.

Fonte: OCDE (2020).

Atualmente, grande parte das famílias portuguesas vive dias difíceis com o aumento dos impostos, situações de desemprego, reduções nos salários, entre outros aspetos, que cada vez mais preocupam os portugueses (DECO Proteste, 2019). Para muitas famílias a solução é recorrer a créditos o que nem sempre corre bem, visto que, a maioria das famílias têm dificuldades em dar cumprimento às suas obrigações financeiras. Em consequência desses incumprimentos, as famílias tendem a contrair novos créditos para liquidar as dívidas anteriores que, muitas vezes, dão origem a situações de sobre-endividamento, isto é, as famílias deixam de conseguir pagar as prestações desses créditos (Morais, 2013).

Segundo os dados fornecidos pelo Banco de Portugal, o período entre 2010 e 2014, coincidente com a crise financeira em Portugal, foi onde se verificou a maior taxa de devedores com crédito vencido, como consequência das medidas implementadas pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI) através dos cortes dos serviços básicos, do aumento das taxas moderadoras, do corte nos subsídios de desemprego e nos salários (Em Portugal, 2018). A partir de 2014 a percentagem de devedores com créditos vencidos tem sofrido uma diminuição notável, começando a estabilizar entre o ano 2018 e 2019, como podemos verificar na Figura 3.



**Figura 3.** Devedores com crédito vencido (em percentagem), de 2010 a 2019.

Fonte: Banco de Portugal (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019b).

Neste sentido, o sobre-endividamento tem-se tornado cada vez mais uma questão social grave atingindo, ao longo das últimas décadas, milhões de famílias em todo o mundo (Monteiro, 2015).

Em Portugal, em particular, o número de famílias sobre-endividadas tem aumentado. De acordo com a DECO Proteste (2019), em 2017, o número de pedidos de ajuda ao Gabinete de Proteção Financeira (GPF) tinha caído para os 29.000, no entanto, em 2018, o número de famílias a solicitar ajuda neste contexto subiu para 29.350 e daí resultaram 2.737 processos de sobre-endividamento com um aumento de 315 processos face ao ano anterior. Em 2019, os pedidos de ajuda por parte das famílias diminuíram para 29.154, no entanto, os processos de sobre-endividamento continuaram a aumentar, ainda que em menor escala, totalizando 2.787 processos de sobre-endividamento.

Face à importância deste tema torna-se indispensável o estudo dos conceitos a este associado. Neste sentido, a seguir serão averiguados os conceitos de endividamento e sobre-endividamento dos indivíduos e das famílias.

### **1.1. O endividamento e sobre-endividamento dos indivíduos e das famílias**

Apesar de não existir uma definição transversal para o endividamento, Betti, Dourmashkin, Rossi, Verma e Yin (2001) definem que o endividamento é resultado de um desequilíbrio em que os gastos são superiores aos rendimentos. Em conformidade, o Observatório do Endividamento dos Consumidores (2002) define o endividamento como o saldo devedor de um agregado familiar que pode resultar de uma ou mais dívidas em simultâneo (Observatório do Endividamento dos Consumidores, 2002).

No entanto, o endividamento não é necessariamente negativo pois pode ser uma estratégia do consumidor para conseguir subir economicamente. Além do mais, o endividamento controlado torna-se positivo para a economia principalmente na movimentação de fluxos monetários entre a sociedade, as empresas, o sector bancário e o Estado. O endividamento torna-se um problema quando o consumidor deixa de conseguir cumprir com as suas obrigações financeiras (Marques, et

al., 2000). Quando os incumprimentos das responsabilidades financeiras se tornam contínuos devido ao excesso de financiamento, geram-se implicações negativas para os mutuários e mutuantes provocando situações de sobre-endividamento (Monteiro, 2015). Em outros termos, o devedor deixa de conseguir pagar as prestações devidas no prazo estabelecido, acabando sobre-endividado (Marques & Frade, 2000).

Estas situações acarretam inúmeras perdas: as famílias perdem o poder de compra que lhe era concedido através dos créditos, o setor bancário vê reduzida a sua liquidez e, conseqüentemente, a impossibilidade de celebração de novos contratos, as empresas verificam a diminuição da procura e a dificuldade de obtenção de créditos juntos dos bancos e, por último, o Estado é também prejudicado na redução da matéria tributável e em ações de suporte social (Monteiro, 2015).

Apesar destes conceitos terem por base o mesmo, falar em endividamento não é o mesmo que falar em sobre-endividamento. O sobre-endividamento é um conceito de certa forma recente que demonstra o estado de inúmeros créditos que se tornam insustentáveis pagar pelo consumidor. Por outras palavras, o sobre-endividamento verifica-se quando um indivíduo não consegue proceder aos pagamentos das prestações de crédito pois as suas dívidas tornam-se cada vez mais elevadas face aos seus rendimentos, entrando em situações de incumprimento (Monteiro, 2015).

As instituições financeiras consideram que há incumprimento quando já existem três prestações em atraso e incumprimento definitivo quando as possibilidades de renegociação são nulas e se dá início ao processo judicial (Marques & Frade, 2000). Segundo Frade (2013), o sobre-endividamento é consequência de uma sociedade à disposição do crédito desafiando a abundância de bens de consumo, instrumentos de crédito, de necessidades e de acessórios supérfluos, no entanto, o sobre-endividamento é, também, causado por situações inesperadas nas despesas ou no rendimento (European Commission, 2008).

Raijas, Lehtinen e Leskinen (2010) definem como sobre-endividados, indivíduos ou famílias que apresentam dificuldades, num extenso período, em dar cumprimento aos seus compromissos financeiros tanto com créditos como com o pagamento de outros gastos necessários.

Marques, et al. (2000) identificam dois tipos de sobre-endividamentos: o ativo e o passivo. O sobre-endividamento ativo acontece quando o consumidor assume compromissos financeiros que desde logo se prevê que são impossíveis de cumprir, com base nos seus rendimentos atuais e futuros, enquanto que o sobre-endividamento passivo resulta de dificuldades financeiras provenientes de imprevistos tais como desemprego, doença, etc., ainda que no início do crédito existisse um equilíbrio financeiro. Em outras palavras, o sobre-endividamento é passivo quando é provocado por fatores imprevisíveis e ativo quando resulta de opções individuais associadas ao consumismo e estilo de vida que são desadequadas com a capacidade financeira, efeito de um comportamento intencional, irresponsável ou irracional por parte do devedor (Anderloni & Vandone, 2011).

Em conformidade com o supramencionado, o sobre-endividamento é um processo que pode resultar do excesso de confiança onde as probabilidades de sucesso não foram consideradas, ou são

subestimadas (Nofsinger, 2012). A falta de informação e o excesso de otimismo faz com que os indivíduos se tornem irracionais e que desvalorizem o risco (Frade, 2013).

Para além de ser um problema de risco financeiro, o sobre-endividamento é, também, um problema social. O desagregar de uma família, as repercussões na saúde mental e física e a exclusão da sociedade são consequências graves do sobre-endividamento (Frade, 2013).

O sobre-endividamento é, assim, um fenómeno social complexo e multifacetado, causado e agravado por uma combinação de fatores económicos, institucionais, individuais, culturais (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013), sociodemográficos, fatores inerentes ao crédito e choques externos (Monteiro, 2015).

Neste contexto e devido à sua extrema importância, no ponto a seguir serão retratados os determinantes responsáveis por situações de sobre-endividamento dos agregados familiares.

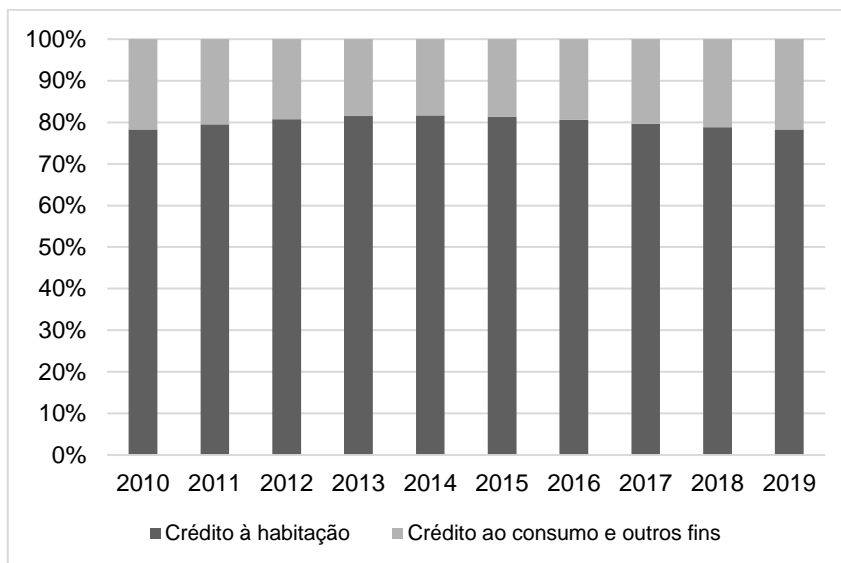
## **1.2. Determinantes do sobre-endividamento**

Segundo Monteiro (2015), o crédito é o principal responsável por situações de sobre-endividamento em duas perspetivas diferentes. A primeira é referente à simplificação da normalização do mercado caracterizada pela acentuada descida das taxas de juros e pela maior facilidade no acesso ao crédito, o que se tornou numa alavanca para o aumento do endividamento das famílias portuguesas (Morais, 2013). A segunda remete aos consumidores como os principais responsáveis pelas situações de sobre-endividamento caracterizando-os como irresponsáveis, ilusão de controlo, excesso de otimismo, consumistas e falta de conhecimento face ao risco de crédito e consumo (Monteiro, 2015).

Além do mais, as reduzidas taxas de juro que permitem um acesso mais facilitado a créditos sofrem alterações ao longo do tempo, o que leva ao aumento dos custos dos créditos e, conseqüentemente ao agravamento da situação financeira das famílias. Por outro lado, um alto indicador de confiança por parte dos consumidores sobre os seus rendimentos futuros proporciona a que estes estejam mais propícios a contrair créditos (Kish, 2006). No caso das famílias portuguesas, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2019), o indicador de confiança dos consumidores depois de um histórico de diminuição, aumentou em novembro de 2019, retomando o movimento ascendente iniciado em abril. No primeiro trimestre de 2019, o índice de confiança dos portugueses ultrapassou a média europeia, verificando-se, também, um crescimento no mercado de bens de grande consumo, o que significa que os portugueses, nesse trimestre, estavam mais confiantes, a comprar mais e, conseqüentemente, a gastar mais (Reis, 2019).

Na base do endividamento, relacionadas com o crédito, estão principalmente o crédito à habitação que, em 2004, representava 78% do endividamento das famílias, e o crédito ao consumo que representava os restantes 22% (Monteiro, 2010). De acordo com os Boletins Estatísticos apresentados pelo Banco de Portugal no decorrer dos anos, estes valores têm sofrido poucas alterações como se pode observar na Figura 4. No entanto, pode-se ainda verificar que o crédito ao consumo e outros fins, entre 2010 e 2014, apresentou continuamente reduções, contudo, a partir

desse ano têm sofrido progressivos acréscimos. No crédito à habitação acontece exatamente a situação inversa.



**Figura 4.** Empréstimos concedidos pelo setor financeiro às famílias portuguesas, no período de 2010 a 2019.

Fonte: Banco de Portugal (2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019).

De acordo com o Banco de Portugal (2019a), em setembro de 2019, os empréstimos concedidos às famílias portuguesas aumentaram 0,5% face ao ano anterior. Neste mesmo período, o crédito à habitação diminuiu 0,6%, no entanto, o crédito para o consumo e outros fins teve um aumento revelador de 4,5% face ao ano anterior.

O crédito à habitação é o que motiva um maior endividamento, isto porque, é também o maior investimento das famílias e o que requer mais esforço financeiro. No entanto, é também o que dá mais segurança às entidades credoras pelo facto do valor patrimonial desse imóvel cobrir o montante em débito (Monteiro, 2010).

Neste sentido, o crédito é entendido como um instrumento para a manutenção de consumo estável durante o ciclo de vida das famílias, permitindo uniformizar o consumo em períodos de rendimentos mais elevados para períodos de rendimentos menos elevados (Santos, Costa, & Teles, 2013). As teorias económicas do rendimento permanente e do ciclo de vida servem de suporte teórico para explicar o comportamento do consumidor. Consoante explicam estas teorias, o indivíduo tende a consumir tendo em conta o rendimento esperado, a contrair dívidas numa idade mais jovem, a poupar durante a vida ativa para, na fase da reforma utilizar essas poupanças e, assim, conseguir maior estabilidade ao longo da vida (Monteiro, 2015).

No entanto, o contrato de créditos não é assim tão simples e apresenta a necessidade de conhecimentos de literacia financeira para evitar situações de sobre-endividamento (Augusto, 2016). O marketing competitivo, a utilização de produtos inapropriados face ao perfil de liquidez do consumidor e a falta de transparência nos contratos de crédito são causas determinantes para o

sobre-endividamento das famílias, através da influência dos credores. Para além destes fatores, um elevado número de créditos e a utilização de cartões de crédito são também fatores que fazem com que a probabilidade de sobre-endividamento aumente (European Commission, 2008; Kish, 2006). Como é expectável, quanto mais créditos forem contraídos e de níveis mais altos, maior será o risco enfrentado pelas famílias (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013).

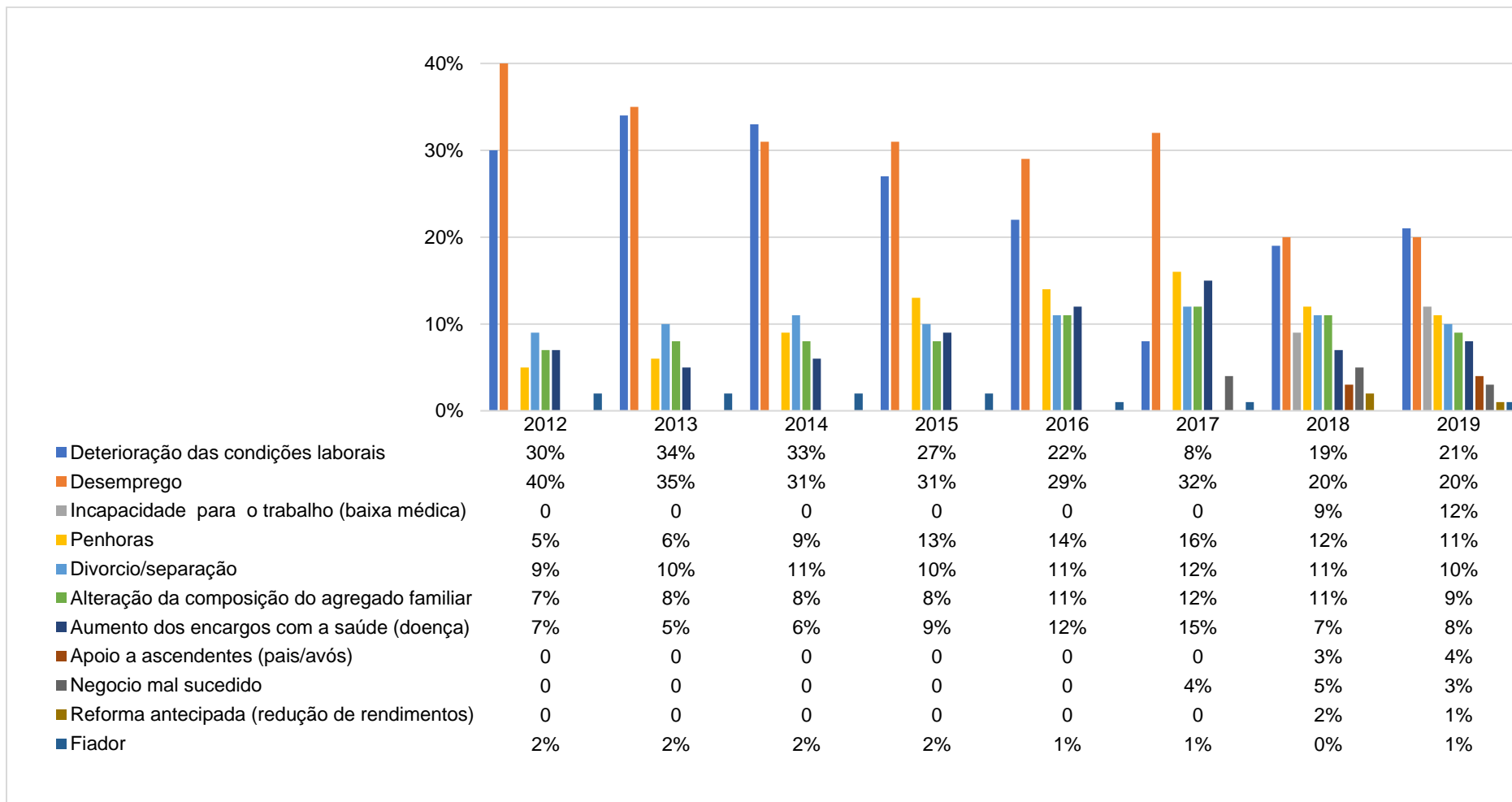
O sobre-endividamento é, de facto, um problema seriamente complexo. Braucher (2006) definiu um modelo para uma melhor análise deste, em que defende que as determinantes estruturais e culturais estão associadas à oferta e à procura. Desta forma, do lado estrutural da oferta foram vários os fatores que contribuíram para o aumento de oferta de crédito nomeadamente pela globalização dos mercados financeiros, pela simplificação da normalização do mercado de crédito, pela elevada concorrência das entidades bancárias e o desenvolvimento de modelos de gestão de risco. Em termos culturais, a oferta baseia-se no mercado aberto e, portanto, na concessão de crédito a grupos de risco. Relativamente ao lado da procura, estruturalmente, o foco está compilado nos desvios cognitivos dos consumidores (falta de controlo, excesso de otimismo, estatuto social, consumismo, entre outros) e nos fatores externos como a vulnerabilidade profissional e choques negativos (doença, desemprego, alteração no agregado familiar, incapacidade para o trabalho, penhoras, etc.) que fragilizam a capacidade financeira das famílias. Na perspetiva cultural, o crédito e o consumo passaram a ser menos censurados. Para além destes fatores, o elevado número de processos de sobre-endividamento está associado, também, a baixa literacia financeira e ao reduzido nível de poupanças (Monteiro, 2015).

Apesar do crédito ser considerado a principal fonte do sobre-endividamento das famílias não significa que não possa ter outros originadores (Marques & Frade, 2000). O rendimento é um dos fatores mais importante do sobre-endividamento, isto porque, para além de ser o meio que permite suportar as despesas das famílias e os compromissos financeiros é também aquele que pode provocar mais facilmente o endividamento no decorrer de situações inesperadas (desemprego, doença, divórcio, alterações no agregado familiar, entre outros). As famílias quando se deparam com estas situações tendem a recorrer inicialmente às poupanças e posteriormente a créditos, isto leva, a que países com reduzidas percentagens de poupança sejam mais vulneráveis ao sobre-endividamento (Monteiro, 2015). Em 2018, o pódio do país da Europa que mais poupa é ocupado pelo Luxemburgo seguido pela Alemanha e Suécia. Do outro lado, os países que menos poupam são a Grécia e a Lituânia. Apesar de se situar entre estes patamares, as famílias portuguesas apresentam percentagens de poupança bastante inferiores comparativamente à média da Europa (PORDATA, 2020).

Deste modo, torna-se inevitável falar de situações inesperadas quando se fala de sobre-endividamento. Situações de divórcio, alterações do agregado familiar, redução do salário, aumento das despesas com a saúde e o desemprego são exemplos de situações que provocam redução no rendimento do agregado familiar e conseqüentemente aumento das dificuldades financeiras que podem levar a situações de incumprimento (Monteiro, 2015). Nestas condições, os devedores recorrem às suas poupanças pessoais e de familiares, diminuem os gastos e o consumo, contraem

novos créditos com taxas de juros mais reduzidas e valem-se ainda dos *plafonds* dos cartões de crédito. Desta forma, tentam pagar aos credores alternadamente para conseguirem aceder aos bens mais essenciais (Frade, 2013).

De acordo com os dados fornecidos pela DECO, verifica-se que ao longo dos anos, várias têm sido as causas que estão na origem/contribuem para a rutura financeira dos orçamentos familiares. No entanto, independentemente dos anos, as principais causas são o desemprego e a deterioração das condições laborais, com exceção do ano 2017, onde as duas principais causas foram o desemprego e as penhoras, como podemos observar na Figura 5. Podemos ainda verificar que o desemprego foi sempre a causa com a percentagem mais elevada com exceção dos anos 2014 e 2019 que apresentaram uma percentagem mais elevada na deterioração das condições laborais (Gabinete de Proteção Financeira da DECO, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020).



**Figura 5.** Causas que estão na origem/contribuem para o sobre-endividamento das famílias portuguesas, de 2012 a 2019.

Fonte: Gabinete de Proteção Financeira da DECO (2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020).

É importante também salientar, relativamente aos fatores sociodemográficos, que níveis de escolaridade mais elevados, principalmente na temática de literacia financeira reduzem a probabilidade de endividamento pois os escassos conhecimentos acerca do verdadeiro custo dos créditos podem motivar situações de sobre-endividamento (Monteiro, 2015).

Para além destes fatores, a má gestão das finanças pessoais, a falta de autocontrolo na aquisição de bens e serviços, a incapacidade de definir o que é essencial do que é supérfluo e a aceitação e comparação social são fatores que influenciam a obtenção de inúmeros créditos e, consequentemente, o aumento do risco de sobre-endividamento (Ferreira, 2016).

Ferreira (2016) demonstra que o sobre-endividamento das famílias pode ser causado pela pressão social em que o consumo ultrapassa a necessidade de obtenção de bens essenciais à sobrevivência, tornando-se numa identidade social, isto porque, a socialização determina a forma como os indivíduos se comportam. Ou seja, as pessoas integram-se em grupos, com determinados objetivos, que se influenciam reciprocamente, isto é, indivíduos do mesmo grupo assumem comportamentos idênticos (Morais, 2013).

Esta instabilidade económica, não acarreta só problemas financeiros como também influencia negativamente tanto a ótica profissional como a ótica familiar e pessoal. A pressão e o desgaste emocional dos sobre-endividados repercutem-se em más estratégias/decisões para ultrapassar este problema. As famílias com estes problemas tendem a esconder a sua condição financeira, para não serem excluídos da sociedade e, quando solicitam ajuda, particularmente a entidades que prestam apoio extrajudicial, já se encontram “afundados” em pagamentos em atraso, em juros e com comunicações de cobrança (Frade, 2013).

Nestes casos, as entidades especializadas e creíveis neste assunto são muitas vezes a salvação para a maioria das famílias pois têm a capacidade de analisar e avaliar as opções mais adequadas para cada caso e promover o diálogo entre o devedor e o credor, que é aquilo que muitas vezes os indivíduos sobre-endividados não estão capazes para o fazer, devido ao seu desgaste físico e psíquico mas, também, por falta de conhecimento nesta matéria (Frade, 2013).

Como já podemos denotar, o sobre-endividamento para além dos problemas financeiros acarreta também problemas de caráter pessoal, social e profissional. Neste âmbito no ponto que se segue são abordadas as repercussões de situações de sobre-endividamento.

### **1.3. Consequências do Sobre-Endividamento**

Apesar das consequências de sobre-endividamento não serem tão abordadas pela literatura como as causas deste, este assunto torna-se bastante relevante para a definição e implementação de medidas preventivas adequadas e eficazes (Monteiro, 2015).

O estudo organizado pelo Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium (2013), identificou como principais consequências do sobre-endividamento as seguintes:

- i. Atividade de mercado de trabalho reduzida;
- ii. Exclusão financeira;
- iii. Sanções por falta de pagamento;
- iv. Dificuldades de relacionamento e desagregação;
- v. Deterioração da saúde e bem-estar;
- vi. Exclusão social;
- vii. Estigma social; e
- viii. Padrão de vida reduzido e privação.

Relativamente ao reduzido padrão de vida e privação e à deterioração da saúde e bem-estar, uma parte das famílias entrevistadas referiram que tinham reduzido nas despesas desnecessárias como, por exemplo, almoços ou jantares fora enquanto que a outra parte consignou que não conseguia satisfazer as necessidades primordiais, como a alimentação ou cuidados de saúde, pela falta de dinheiro que motiva a problemas de saúde tais como ansiedade, stress e depressões que frequentemente causam problemas no trabalho e/ou familiares (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013).

Outra consequência identificada no estudo é a exclusão social, onde a incapacidade financeira de suportar as despesas das atividades sociais das crianças e o término das saídas com os amigos, atividades desportivas, viagens, almoços/jantares foras, férias e idas ao cinema fossem os aspetos mais apontados para a existência desta exclusão (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013).

A existência de problemas financeiros afeta também os relacionamentos familiares, chegando mesmo a situações de divórcio. Isto porque o stress/ansiedade leva a contantes tensões no seio familiar com a constante atribuição de culpa entre ambos relativamente a excesso de gastos ou à não contribuição para contrair a dívida (Monteiro, 2015). O mal-estar provocado por estas situações acarreta também consequências no ambiente profissional dos indivíduos sendo exemplo disso, a redução na produtividade, desleixo e desânimo (Monteiro, 2015).

Das dificuldades financeiras existentes nas famílias sucedem-se, muitas vezes, o incumprimento das suas obrigações financeiras. Nestes casos, as entidades de crédito vêm-se obrigadas a implementar sanções como a exclusão de crédito e serviços bancários (exclusão financeira) e a recorrer a processos judiciais na tentativa de reaver os valores em falta, exemplo disso é a penhora de salários (Monteiro, 2015).

Quando retratadas as consequências do sobre-endividamento é, ainda, relevante referir que para além das famílias, os credores e a sociedade são também afetados. Os credores porque compartilham o risco com as famílias sobre-endividadas e vêm os seus balanços debilitados o que implica uma menor disponibilidade na conceção de créditos, na medida que as instituições financeiras se tornam mais cautelosas em relação aos empréstimos (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013). Para além disso, de acordo com a queda do preço dos imóveis, as instituições financeiras vêm os seus problemas agravar na recuperação do montante

em dívida (Monteiro, 2015). Em relação às implicações na sociedade, desde logo as restrições no acesso ao crédito podem levar a situações de exclusão social e pobreza, aumento da criminalidade, emigração e redução da coesão social. Estes são exemplos do efeito negativo do sobre-endividamento das famílias (Monteiro, 2015).

Como já foi possível denotar ao longo do trabalho, este tema é de extrema importância tanto para os devedores como para os credores e até mesmo para a sociedade. Neste âmbito, a prevenção deste problema é seriamente necessária e o combate é uma prioridade. Assim sendo, o ponto a seguir tratará dessa mesma temática.

#### **1.4. Prevenção e combate do sobre-endividamento em Portugal**

Na tentativa de uma melhoria contínua torna-se imprescindível entender as medidas que vêm sendo implementadas com a finalidade de prevenir e dizimar este problema. Na perspetiva preventiva, saber analisar a informação financeira é o primeiro passo para não incorrer no sobre-endividamento. O Plano Nacional de Formação Financeira – Todos Contam, criado em 2011, pelos três supervisores financeiros, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal, foi desenvolvido com o objetivo de implementar formações de carácter financeiro em contexto escolar pois estes conhecimentos de literacia financeira proporcionariam aos indivíduos e famílias uma maior capacidade de avaliar situações financeiras (Monteiro, 2015).

Na perspetiva de prevenção por parte das instituições de crédito foi criada, em Portugal, a Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, que permite às instituições de crédito obter informações sobre a capacidade financeira dos seus clientes tendo como objetivo a concessão de crédito prudente e transparente (Monteiro, 2015).

Em situações em que as medidas de prevenção não foram consideradas, há que agir em combate ao sobre-endividamento. Neste sentido, em 2000, foram criados os Gabinetes de Apoio ao Sobre-endividado (GAS) pela Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) com o objetivo de ajudar indivíduos com problemas de endividamento (DECO, 2019). Estes gabinetes têm como propósito encontrar contornos para cumprir com as obrigações financeiras através da reestruturação dos contratos de crédito/dívida cujo objetivo é a utilização de um terceiro para promover um entendimento entre ambas as partes (DECO, 2019).

Para além destes gabinetes, os clientes com dificuldades em dar cumprimento a contratos de crédito ou que já estejam em incumprimento poderão recorrer à Rede de Apoio ao Consumidor Endividado (RACE), composta por entidades reconhecidas pela Direção Geral do Consumidor e pelo Banco de Portugal, que têm como propósito informar os clientes sobre os seus direitos e deveres, aconselhá-los nas propostas apresentadas pelas instituições de crédito e na avaliação da sua capacidade financeira e, por fim, acompanhá-los aquando da negociação entre ambas as partes (Banco de Portugal, 2019c).

Sumariamente, estas entidades têm por objetivo a renegociação extrajudicial de dívidas através da mediação do sobre-endividamento. A mediação do sobre-endividamento é o procedimento que procura estabelecer um acordo entre ambas as partes, através de um terceiro neutro, o mediador, que atua a pedido do devedor. Este processo consiste em formar um plano de pagamento, com o objetivo de ajudar o sobre-endividado a resolver a situação financeira em que se encontra, retomando os pagamentos aos credores com base na sua capacidade financeira ou então liquidar a totalidade ou parte do seu eventual património e, assim, poder regularizar os pagamentos com o que for apurado (Frade, 2013). Este plano é variável e, pode incluir, entre outras variáveis, prolongamento dos prazos, perdão de juros ou diminuição dos *spreads* (Frade, 2013).

Importa salientar que a mediação e o plano de pagamentos não são solução para todos os sobre-endividados. Apenas serão para aqueles que apresentam rendimentos estáveis, e que tenham bens que sirvam de garantia aos credores. Nas situações em que os devedores têm uma situação profissional instável e precária e os bens patrimoniais sejam poucos ou nenhuns, de acordo com a experiência, é sugerida a falência combinada com o perdão das dívidas (Frade, 2013).

Tendo em conta o objetivo do estudo, importa também analisar a temática do abandono escolar no ensino superior e os seus determinantes assim como identificar medidas de prevenção que o contrariem. De seguida serão analisados estes conteúdos para um melhor conhecimento desta problemática.

## **2. Abandono escolar no ensino superior e seus determinantes**

A sociedade tem-se tornado num mundo altamente competitivo do conhecimento, sendo a educação o motor de grande parte do desenvolvimento social, pois, deste modo, a sociedade evolui no sentido de ser mais qualificada para todos os desafios (Prim & Fávero, 2013).

Posto isto, as instituições de ensino superior (IES) “têm como missão a formação e o desenvolvimento pessoal e social dos estudantes para assim construir uma sociedade democrática com cidadãos mais competentes” (Casanova, 2018, p. 10). Por esta razão, o ensino superior funciona como uma ponte para a aquisição de novos conhecimentos e novas capacidades sociais e profissionais (Silva, 2015). As IES constituem, assim, um bem público tanto pela formação de novas gerações como pelo conhecimento científico e desenvolvimento das sociedades (Silva, 2015).

Ao longo dos anos, são cada vez mais os estudantes a frequentar o ensino superior. Em 1910 apenas 3.227 estudantes frequentavam o ensino superior (Pedro, 2008), já em 2019, a população estudantil neste nível de ensino era de 385.247 estudantes (PORDATA, 2019).

A transição para o ensino superior para além de uma decisão marcante a nível académico é também um momento decisivo no desenvolvimento pessoal e social do estudante. A adaptação ao ensino superior, apesar de normal para os jovens que assim o pretendem, é uma transição de grande stress que pode levar a episódios de solidão, desinteresse e até depressão (Wintre & Sugar, 2000). Portanto, até que o estudante se ajuste na vida académica, o ingresso no ensino superior pode ser

significado de um período crítico (Cunha & Carrilho, 2005). Quando este ajuste não acontece e os estudantes não se identificam com o meio envolvente, podem-se originar “sentimentos de desajustamento e de desilusão, tomando como caminho o abandono escolar” (Casanova, 2018, p. 10).

O abandono escolar constitui, deste modo, uma grande preocupação nos sistemas educativos do país, isto porque, a percentagem de abandono no ensino superior tem assumido valores bastante alarmantes. A Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2018) desenvolveu um estudo, que consistiu em acompanhar os estudantes durante 4 anos - entre o ano letivo de 2011/2012 e o ano letivo de 2014/2015 – que ingressaram em licenciaturas com duração teórica de 3 anos, e verificar em que situação se encontravam volvidos 4 anos. Dos 51.898 estudantes observados, 46% encontravam-se diplomados no mesmo curso em que tinham ingressado, 14% estavam inscritos mas ainda não tinham concluído, 11% tinham optado pela transferência para outro curso e 29% tinham abandonado o ensino superior (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018).

De acordo com outro estudo desenvolvido pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2019a), onde analisaram a situação dos estudantes do ensino superior após um ano da sua inscrição no 1.º ano pela 1.ª vez, entre os anos letivos 2013/2014 e 2017/2018, contactou-se através da Tabela 1, que o abandono no ensino superior tem vindo a diminuir ao longo dos anos, com a exceção do Doutoramento que no último ano analisado, aumentou face ao ano anterior. No entanto, em média, nestes 5 anos letivos, são cerca de 14,15% os estudantes a abandonar os seus estudos após 1 ano da inscrição no 1.º ano, pela 1.ª vez, o que significa que, em média, 1 em cada 7 estudantes, abandona os estudos no ensino superior.

**Tabela 1.** Percentagem dos alunos que não se encontram inscritos no ensino superior após 1 ano da sua inscrição no 1.º ano, pela 1.ª vez.

	2012/13 - 2013/14	2013/14 - 2014/15	2014/15 - 2015/16	2015/16 - 2016/17	2016/17 - 2017/18
CTeSP	-	-	28%	19%	17%
Licenciaturas 1.º ciclo	11%	10%	10%	9%	9%
Mestrado integrado	5%	3%	3%	3%	3%
Mestrado 2.º ciclo	21%	20%	19%	18%	17%
Doutoramento 3.º ciclo	19%	22%	21%	19%	20%

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2019a).

Para evitar estas situações, o abandono no ensino superior tem sido cada vez mais objeto de análise pela comunidade científica e pelas IES (Ferreira & Fernandes, 2015).

A definição de abandono escolar, atualmente, é simples e normativa (Razouki, et al., 2019). O abandono escolar significa que, depois de uma longa deliberação, o indivíduo deixa a escola sem completar o nível a que se propôs. No entanto, esta definição tem limites, pois não associa os fatores geradores do fenómeno que são múltiplos e complexos (Vasconcelos, 2013; Razouki, et al., 2019).

O abandono escolar não é apenas um facto individual, mas também é um problema institucional, estrutural e social (Razouki, et al., 2019). O facto da formação académica não passar pelo ensino superior causa consequências negativas na vida dos estudantes, uma vez que estes apresentam maiores dificuldades no mercado de trabalho tendo de se sujeitar a trabalhos mais precários e mal remunerados, o que acarreta uma maior probabilidade de desemprego, fracasso socioeconómico e ainda uma reduzida participação em atividades culturais, políticas e sociais, ou seja, o abandono do ensino superior implica uma maior probabilidade de pobreza e exclusão social. (Comissão Europeia/EACEA/Eurydice/Cedefop, 2015; Ferreira, et al., 2018). A nível social, o abandono escolar no ensino superior significa um número limitado de profissionais qualificados colocando em risco a competitividade do país. Desta forma, torna-se necessária a intervenção das IES e dos organismos de poder político para discutir estratégias com o objetivo de impedir este abandono (Silva, Cabreira, Bessa, & Cravino, 2017).

Igualmente, Rosa e Chitas (2016) defendem que estudar continua a ser vantajoso nomeadamente em termos salariais e de emprego, uma vez que um maior nível de escolaridade traduz-se tanto em benefícios individuais (melhores perspetivas de emprego, salários mais altos), como sociais (menos criminalidade, maior coesão social e produtividade e crescimento mais elevado, etc.) (Comissão Europeia/EACEA/Eurydice/Cedefop, 2015). Em concordância, Carmo, Cantante e Baptista (2010) verificaram que a população com mais qualificações académicas apresenta um menor risco de pobreza.

Deste modo e através dos dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2019b), ainda que o número de desempregados com o ensino superior seja bastante elevado - 39.677 inscritos no Instituto do Emprego e Formação Profissional, este é o nível de ensino que apresenta uma menor percentagem de desemprego (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2019b).

Por tudo isto, um dos objetivos prioritários para a educação na estratégia Europa 2020 é reduzir as taxas de abandono para os 10% até 2020 (Comissão Europeia/EACEA/Eurydice/Cedefop, 2015). Em 2019, a taxa de abandono precoce de educação e formação, em Portugal, situou-se nos 10,6%, o que significa que estamos muito perto de atingir a meta definida (Instituto Nacional de Estatística, 2020).

Diante disto, conhecer as causas responsáveis pelo abandono escolar e trabalhar na prevenção deste tornou-se numa questão central em toda a Europa. Deste modo, estes conteúdos serão abordados nos tópicos seguintes.

## **2.1. Motivações e causas do abandono escolar no Ensino Superior**

Neste contexto, o estudo deste fenómeno ao nível do ensino superior é importante para decifrar as motivações que levam os estudantes a abandonar os seus estudos para assim implementar estratégias mais fundamentadas e eficazes.

Historicamente, até à década de sessenta, do século XX (sec. XX), o sucesso/insucesso escolar era explicado por teorias psicológicas, isto é, o grau de sucesso dos estudantes era determinado pela sua inteligência individual (Benavente, 1990).

Na década de sessenta, do sec. XX, o sucesso/insucesso escolar passou a ser justificado por teorias sociológicas onde a cultura do estudante e a sua classe social eram determinantes (Mónica, 1981; Stöer, 1986; Enguita, 2007). Illich (1985) sustenta que a classe social é um peso para muitos estudantes, referindo que as oportunidades educativas para os estudantes carenciados não são as mesmas dos estudantes da classe média/alta, o que estimula, desde logo, um reduzido interesse por parte das classes mais desfavorecidas em investir na educação (Cabrito, 2001). Posteriormente, na década de setenta, do sec. XX, os fatores determinantes para o sucesso/insucesso escolar centravam-se na instituição escolar e nas medidas praticadas (Benavente, 1990).

Atualmente, os jovens ingressam no ensino superior não por uma motivação pessoal, mas sim por uma imposição parental e social (Araújo, 2018), o que provoca, desde logo, uma adversidade ao interesse escolar e, conseqüentemente, leva a situações de insucesso. Isto porque, para cumprir os objetivos a que nos propomos devemos estar motivados para tal, ou seja, tudo aquilo que fazemos - seja um trabalho, um curso superior ou outra atividade – deve-nos fazer sentido. Para que o estudante se sinta motivado, o ingresso no ensino superior, as escolhas do curso/instituição devem derivar das suas decisões e vontade próprias (Silva, 2015).

Neste âmbito, ao longo dos anos, vários têm sido os investigadores a estudar as causas associadas ao abandono escolar no ensino superior. Da literatura já existente nesta temática, Tinto (1975) e Astin (1985) são os autores mais referenciados. Estes autores desenvolveram dois modelos que têm motivado as teorias mais recentes. O modelo de Tinto (1975), titulado de “*Student Model Integration*”, identifica três causas principais do abandono escolar: (i) insucesso no desempenho académico, (ii) incumprimento dos objetivos educacionais e ocupacionais e (iii) insucesso na vida intelectual e social na instituição. Em outras palavras, o modelo de Tinto (1975) admite que o abandono provém da falta de integração a nível social na instituição e a nível académico (problemas de performance académica) (Casanova, 2018). Genericamente, este modelo alega que devem existir interações “dinâmicas e recíprocas” entre as características pessoais do estudante, entre as propriedades das IES e entre a comunidade envolvente para assim existir uma maior facilidade e satisfação de adaptação do estudante na instituição e no respetivo curso (Casanova, 2018). Em concordância com o modelo de Tinto (1975), a proposta de Astin (1985) defende que os estudantes que se encontram mais envolvidos no contexto académico tendem a ter maior sucesso escolar.

Mais recentemente, Bean e Eaton (2001) apresentaram o *Modelo Psicológico da Retenção em Estudantes Universitários* que integra variáveis psicológicas, sociológicas, económicas e institucionais, destacando a motivação para o estudo, as estratégias de aprendizagem, a capacidade de lidar com a pressão e a capacidade de integração social (Casanova, 2018).

Lahire (2004), através dos seus estudos no campo da sociologia da educação, demonstrou que o sucesso escolar é influenciado pela qualidade dos docentes e pelo ambiente institucional e não tanto pelo contexto familiar ou por mérito próprio. O ambiente na sala de aula influencia a aprendizagem

dos estudantes e depende em grande parte das atitudes que caracterizam o docente. Assim pode concluir-se que a decisão da permanência dos estudantes no ensino superior também pode ser motivada pelas competências dos docentes (Silva, 2015).

A adaptação ao contexto de ensino superior é um processo complexo, multidimensional e multifatorial de natureza intrapessoal e contextual. Em 2006, foi apresentado o *Modelo Multidimensional de Ajustamento de Jovens ao Contexto Universitário* que combina num mesmo modelo fatores sociodemográficos, académicos e de desenvolvimento assim como características das IES, a interação entre ambas e o envolvimento dos estudantes na vida académica (Soares, Almeida, Diniz, & Guisande, 2006). Esta teoria considera que as características adquiridas previamente ao ciclo de estudos do ensino superior, sejam elas de natureza sociodemográficas (género, nível económico, nível social e região de residência face à instituição do ensino superior), ou académicas (notas de ingresso no ensino superior, opção/estabelecimento de ensino e área de curso frequentada), afetam a aprendizagem e o desenvolvimento psicossocial ao longo da experiência no ensino superior (Soares, Almeida, Diniz, & Guisande, 2006). Para além disso, a interação com o meio envolvente é inevitável e pode reforçar a motivação do estudante – através da relação com os docentes, colegas e funcionários (Silva, 2015).

Posto isto, as relações que o estudante vai constituindo ao longo do seu percurso académico com toda a comunidade da IES bem como as relações adquiridas anteriormente com a família e amigos são um fator fundamental para o seu sucesso. No entanto, as capacidades e empenho nos estudos, segundo Silva (2015), são os fatores determinantes para o seu sucesso escolar.

Frazão (2011) , afirma ainda, que o facto dos estudantes não ficarem colocados na primeira opção do curso/instituição é uma das principais causas que leva ao abandono escolar, uma vez que, os estudantes que não conseguem ser colocados na primeira opção iniciam, desde logo, a sua vida académica no ensino superior com uma situação de frustração (Casanova, 2018).

Em contrapartida, o estudo desenvolvido pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2018) veio contrariar essa afirmação - comparando as taxas de abandono com a opção de ingresso - comprovou-se que estas são independentes, isto é, os valores obtidos para o abandono escolar são idênticos independentemente de terem ingressado na primeira ou na sexta opção. Um facto que veio contrariar o que se considerava óbvio. Este estudo permitiu verificar, ainda, que os estudantes que ingressaram no ensino superior pelo regime geral de acesso, no ano letivo 2011/2012, apresentaram a menor taxa de abandono. Em contrapartida, os estudantes que vieram transferidos de outra instituição, apresentaram a maior taxa de abandono escolar. Verificou-se, ainda, que quanto mais alta fosse a nota de ingresso menor era a taxa de abandono e maior era a percentagem de conclusão dos cursos. Isto permite constatar que, ainda hoje, o nível de preparação escolar anterior é um fator extremamente importante para o sucesso no ensino superior (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018).

Para além das dificuldades que possam existir na aprendizagem e no rendimento académico, a transição para o ensino superior pode acarretar ainda dificuldades sociais e emocionais como é o caso da distância da família e a mudança de casa/cidade. Estar longe da família pode traduzir-se

em isolamento, sentimentos de solidão e dificuldade em lidar com a vida académica e a nova vida social (Casanova, 2018).

O ingresso no ensino superior é considerado por muitos uma missão familiar pois exige que todos os membros da família se adaptem às novas mudanças que o ensino superior acarreta (Martins, 2016). O estudante começa ali o caminho de uma maior autonomia, no entanto, este caminho, geralmente, só acontece com o apoio financeiro dos familiares (Soares, Almeida, Diniz, & Guisande, 2006).

A capacidade económica é outro fator associado ao abandono escolar uma vez que é necessário assegurar as propinas e todas as despesas que o ensino superior acarreta diariamente e, portanto, a ajuda familiar e/ou a atribuição de bolsa de estudo é imprescindível para que muitos estudantes não abandonem o ensino superior (Casanova, 2018).

As consequências das crises financeiras nos rendimentos das famílias assim como os cortes financeiros no ensino superior e a restrição na atribuição de bolsas de estudo são apontados como os principais fatores para o aumento do abandono escolar (Movimento Associativo Estudantil, 2016).

De acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação (2017), os estudantes que beneficiam de apoios financeiros por parte da Ação Social apresentam uma taxa de abandono reduzida. Por sua vez, os estudantes com estatuto de trabalhador-estudante apresentam taxas de abandono elevadas devido à dificuldade em conciliar a vida académica com a vida profissional (Casanova, 2018).

De acordo com a notícia avançada pelo Jornal Observador (2020), os estudantes, desde o início do ano letivo (2019/2020) até 31 de março de 2020, pediram 8,6 milhões de euros aos bancos para financiar os seus estudos que corresponde a um total de 715 contratos de crédito. Este valor teve um aumento de 40% face ao ano anterior onde foram contratualizados 6 milhões de euros. De acordo com estes dados verifica-se que cada vez mais os estudantes ou os próprios agregados familiares precisam de recorrer ao crédito para conseguir financiar os seus estudos (Barbosa, 2020).

A pesquisa *EUROSTUDENT VI Overview and selected finding: Social and Economic Conditions of Student Life in Europe*, ocorreu entre os anos 2016 e 2018, nos 28 países da UE com o objetivo de analisar as condições sociais e económicas dos estudantes europeus (Hauschildt, Vögtle, & Gwosc, 2018). Deste modo, verificou-se que, em média, 7% dos estudantes dos países do EUROSTUDENT referem ter interrompido os seus estudos por pelo menos um ano letivo, tal como acontece em Portugal. O país que apresenta maior percentagem de abandono escolar é a Croácia (15%) seguida da Estónia (14%) e Turquia (11%). Ao invés, os países com menor percentagem é a Eslováquia (2%), a Alemanha (4%) e a Geórgia (4%). Os motivos que levam os estudantes a interromper os estudos, no ensino superior, incidem sobretudo na falta de motivação (34%), razões relacionadas com o trabalho (24%) e dificuldades financeiras (23%) (Hauschildt, Vögtle, & Gwosc, 2018). Metade dos estudantes (50%) afirma que se não trabalhassem não conseguiam sustentar as despesas e teriam de abandonar os seus estudos. De acordo com o rendimento dos pais, 65% dos alunos que

consideram os rendimentos dos pais baixos asseguram que têm a necessidade de trabalhar para pagar os seus estudos (Hauschildt, Vögtle, & Gwosc, 2018).

O estudo revela ainda que cerca de um quarto dos estudantes (26%) tem sérias dificuldades financeiras. Na Geórgia, o país com a taxa mais elevada, quase metade dos estudantes (40%) afirmam que têm graves dificuldades financeiras enquanto que, os Países Baixos apresentam a taxa mais reduzida comparativamente aos restantes (14%). Portugal situa-se muito próximo da média dos países analisados com uma percentagem de 24% (Hauschildt, Vögtle, & Gwosc, 2018). Verificou-se ainda, que o suporte financeiro para os estudos é composto em 47% pelas famílias/cônjuges, 34% em rendimentos próprios, 14% em apoio do Estado e os restantes 5% em outros rendimentos. Em 60% dos países do EUROSTUDENT, a principal fonte de rendimento deriva dos rendimentos do agregado familiar/cônjuge (Hauschildt, Vögtle, & Gwosc, 2018).

Em média, 11% das despesas mensais dos estudantes estão relacionados com os estudos. O país que é mais dispendioso nos estudos é a Irlanda com 35%, ao contrário da Finlândia onde as despesas dos estudos representam apenas 2%. A percentagem das despesas mensais dos estudantes com os estudos, em Portugal é de 13%, o que significa que, em média, 13% do rendimento disponível das famílias portuguesas é destinado aos estudos (Hauschildt, Vögtle, & Gwosc, 2018).

Na perspetiva de promover economias baseadas no conhecimento e na inovação, a estratégia Europa 2020 definiu em 2010 a meta de 40% de indivíduos entre os 25 e 34 anos de idade possuírem o ensino superior até 2020. Para conseguir este feito, os sistemas de ensino superior precisam de ser inclusivos e eficazes. No ano 2017, a média dos estudantes com o ensino superior entre os 25 e os 34 anos na OCDE é de 44%. No topo do *ranking* encontra-se a Coreia com 70% e entre os países europeus, a Irlanda (53%) ocupa o pódio. Portugal apresenta uma taxa de 34%, juntamente com a República Eslovaca, República Checa, Turquia, Alemanha, Chile, Hungria, Itália e México (OCDE, 2018). Esta situação resulta não só de uma baixa percentagem de jovens a ingressar no ensino superior como também de altas taxas de não conclusão (Contini & Salza, 2020).

Posto isto, os fatores-chave que levam os estudantes a abandonar os estudos dividem-se em seis: (i) socioculturais, (ii) estruturais, (iii) políticos, (iv) institucionais; (v) pessoais e de (vi) aprendizagem, relacionando-se entre si (Quinn, 2013). Sucintamente e de acordo com Ferreira e Fernandes (2015), o insucesso e abandono escolar é motivado por características e experiências vivenciadas até ao ingresso no ensino superior, por características organizacionais das IES e pelas interações dos estudantes na instituição, dentro e fora da sala de aula, particularmente, com os colegas, docentes e funcionários (Araújo, 2018).

Depois de analisadas as motivações e as causas do abandono escolar, importa agora identificar as medidas de prevenção para conseguir minimizar o abandono no ensino superior.

## **2.2. Medidas de prevenção do abandono escolar no Ensino Superior**

O abandono escolar no Ensino Superior está a tornar-se um problema de grandes dimensões, por diversas razões, por isso é fundamental produzir conhecimento para conseguir implementar estratégias que contrariem esse abandono (Silva, Cabreira, Bessa, & Cravino, 2017).

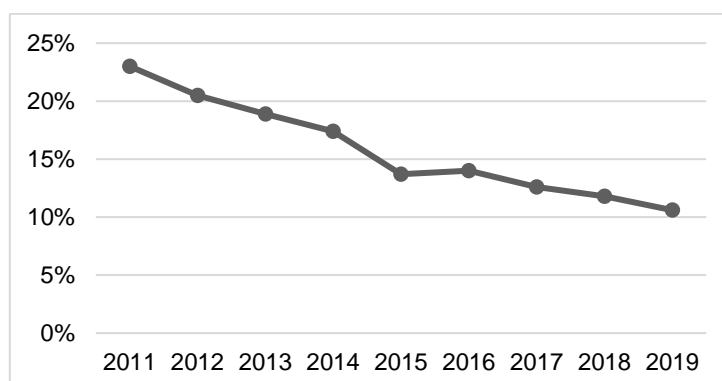
Com o objetivo de evitar situações de abandono, as escolas secundárias devem criar uma maior ligação com o ensino superior - disponibilizar informação relevante acerca deste, clarificar escolhas vocacionais e implementar programas em contexto universitário (Casanova, 2018). Assim como, promover momentos de sensibilização para a importância da formação superior na sociedade e no mercado de trabalho (Movimento Associativo Estudantil, 2016). Enquanto que, as IES com o intuito de minimizar a transição educacional, devem proporcionar aos novos estudantes um ambiente acolhedor com atividades que promovam a socialização entre os estudantes e as associações existentes onde possam pertencer e se sintam à vontade para o fazer (Casanova, 2018).

Para além deste apoio inicial, é importante que as IES realizem um acompanhamento ao longo do percurso dos estudantes em busca de indicadores de abandono escolar – com a criação, por exemplo, de um sistema de alerta eletrónico que notifique o estudante e o diretor de curso do desempenho académico e do absentismo escolar bem como a identificação dos estudantes que no 1.º semestre não aprovaram, por exemplo, pelo menos a metade dos ECTS a que se inscreveram e perceber os motivos através do contacto com os próprios. Para os estudantes com mais dificuldades no estudo, é aconselhável a criação de gabinetes de apoio ao estudante ou de realização de trabalhos académicos (Movimento Associativo Estudantil, 2016; Silva, 2015).

Outra medida preventiva apresentada por Casanova (2018) é referente à comunidade de docentes. A autora refere que os docentes devem adquirir formação para melhor lidar com o desenvolvimento psicossocial dos estudantes. Esta autora considera que os docentes do 1.º ano devem ter uma maior disponibilidade para acompanhar os estudantes no início desta transição e implementar metodologias que fortaleçam as relações interpessoais. Além disso, o Movimento Associativo Estudantil (2016) refere que deve existir coordenação entre os docentes do mesmo período de estudos com o objetivo de evitar elevadas cargas de trabalho em diferentes unidades curriculares ao mesmo tempo.

A implementação de métodos de avaliação contínua é considerada também uma medida preventiva do abandono escolar pois obriga os estudantes a terem uma maior presença nas aulas e um estudo constante bem como uma maior interação com os professores e colegas (Casanova, 2018). O Movimento Associativo Estudantil (2016) refere que uma maior coerência entre as reformas educativas implementadas no ensino secundário e a exigência do ensino superior deve ser outra prática a implementar com o objetivo de prevenir o abandono escolar. As dificuldades financeiras são também consideradas uma das principais causas do abandono escolar que, muitas vezes, são combatidas através da atribuição de bolsas de estudo e alojamento, prémios de mérito ou atribuição de tarefas dentro das IES que resultam em benefícios nas despesas escolares (Casanova, 2018; Movimento Associativo Estudantil, 2016; Ribeiro, et al., 2014).

Por todas estas medidas, Portugal conseguiu reduzir o abandono escolar de 63%, em 1991 (Pedro, 2008), para menos de 20% em 2013, e 10,6% em 2019, tornando-se um caso exemplar na União Europeia, como podemos observar na Figura 6 (Instituto Nacional de Estatística, 2020).



**Figura 6.** Taxa de abandono precoce de educação e formação, de 2011 a 2019.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2020).

Uma vez terminado o capítulo do enquadramento teórico, depois de uma investigação exaustiva das duas principais temáticas deste trabalho, procedeu-se ao estudo empírico dos fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias dos estudantes do IPB e, posteriormente verificou-se se esse sobre-endividamento é uma possível causa para o abandono escolar destes estudantes.

## **Parte II – Estudo empírico sobre os fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias e o abandono escolar no ensino superior: estudo de caso no IPB**

### **3. Caracterização do Instituto Politécnico de Bragança**

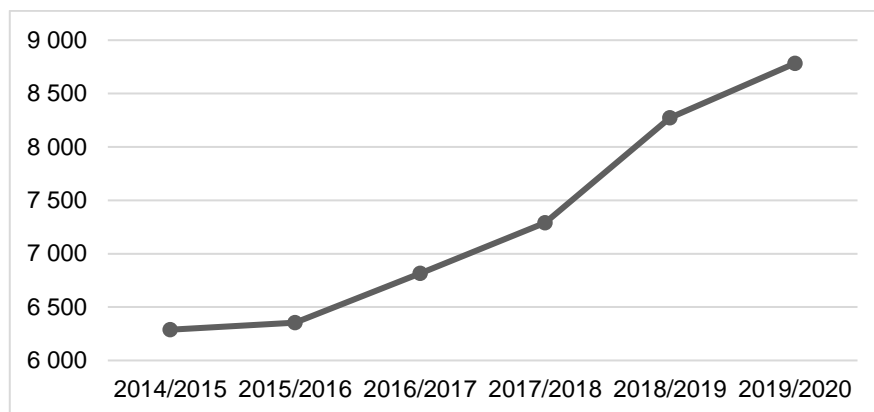
O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) é uma instituição pública de ensino superior, fundada em 1983 na cidade de Bragança (Instituto Politécnico de Bragança, 2019a). O IPB, atualmente, é constituído por cinco escolas: Escola Superior Agrária de Bragança (ESA), Escola Superior de Educação de Bragança (ESE), Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Bragança (ESTiG); Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (EsACT) e Escola Superior de Saúde de Bragança (ESSa). Todas elas localizadas no campus de Bragança com exceção da EsACT que se localiza no campus de Mirandela (Instituto Politécnico de Bragança, 2019a).

Este instituto apresenta uma vasta gama de cursos superiores – mais de 30 Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), mais de 40 licenciaturas, 5 Pós-Graduações e conta ainda com cerca de 37 mestrados – que totalizam mais de uma centena de ofertas de formação superior (Instituto Politécnico de Bragança, 2019b).

Esta instituição de ensino superior apresenta como sua missão: “a criação, transmissão e difusão do conhecimento técnico-científico e do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação orientada e do desenvolvimento experimental” (Instituto Politécnico de Bragança, 2019c). O IPB desenvolve a sua missão em cooperação com a sociedade,

onde pretende desempenhar um papel de desenvolvimento da região e afirmar-se em todo o universo nacional, europeu e internacional (Instituto Politécnico de Bragança, 2019c).

O IPB tem sido uma instituição de ensino superior de referência, tanto a nível de crescimento como de qualidade. Ao longo dos anos, a comunidade estudantil do IPB tem-se superado a cada ano letivo, como podemos verificar na Figura 7, de acordo com os dados fornecidos pelos Serviços Académicos do IPB, o número de estudantes matriculados tem aumentado exponencialmente (Serviços Académicos do IPB, 2020).



**Figura 7.** Número de estudantes matriculados no IPB, entre os anos letivos 2014/2015 e 2019/2020.

Fonte: Serviços Académicos do IPB (2020).

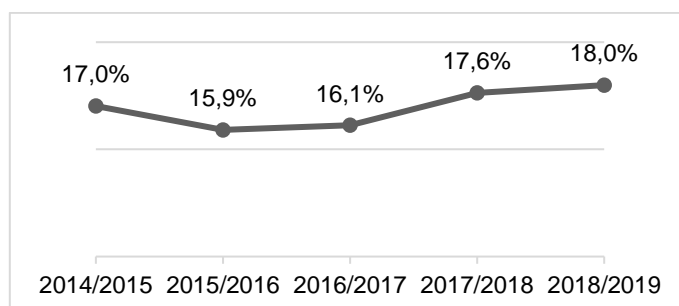
Quase no patamar dos 9.000 estudantes, estes distribuem-se num total de 86 nacionalidades, transformando as cidades de Bragança e Mirandela em centros de vivência académica (Diário de Trás-os-Montes, 2019).

Devido à sua ampla população estudantil internacional, o IPB possui um ambiente multicultural, contribuindo também para a formação humana dos seus estudantes (Instituto Politécnico de Bragança, 2019d).

#### **4. O Abandono Escolar no IPB**

De acordo com o relatório final da CAE, em 2016, as taxas de sucesso escolar dos estudantes do IPB foram bastante satisfatórias, com 60% de sucesso nas licenciaturas e mais de 80% nos mestrados. No entanto, o mesmo relatório menciona a existência de um abandono escolar muito significativo – “cerca de 20% dos estudantes inscritos no 1º ano das licenciaturas abandonam o curso” e cerca de 30% dos estudantes inscritos no 2º ano de mestrado, que se encontram a desenvolver o trabalho de dissertação/projeto/estágio, não concluíram o mestrado (A3ES, 2016).

De acordo com os dados fornecidos pelos Serviços Académicos do IPB, a taxa de abandono escolar<sup>1</sup> nos 5 anos analisados não tem sofrido grandes oscilações, situando-se sempre entre os 15% e os 20%, como podemos observar na Figura 8. Exemplificando, no primeiro ano letivo analisado, 2014/2015, do total de estudantes matriculados, 17% não concluíram nem renovaram a matrícula para o ano letivo seguinte, 2015/2016. Conclui-se, portanto que abandonaram os estudos pelo menos um ano letivo. Verifica-se, também, que nos últimos três anos analisados, a percentagem de abandono escolar tem vindo a aumentar.



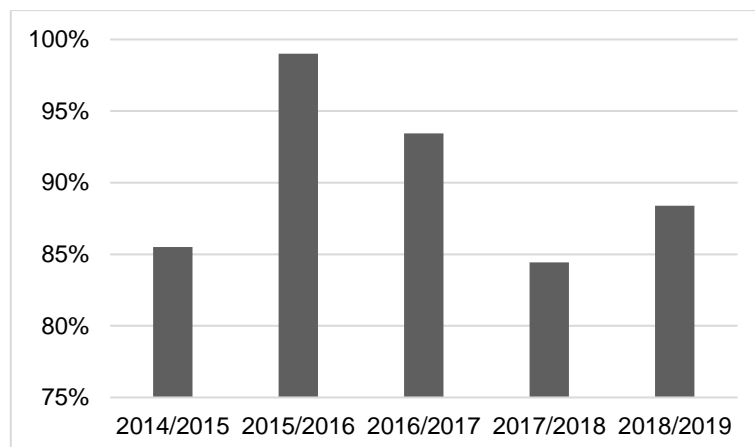
**Figura 8.** Percentagem de abandono escolar no IPB entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: Serviços Académicos do IPB (2020).

Na Figura 9 podemos comprovar que, dos estudantes que não concluíram o seu ciclo de estudos nem renovaram a matrícula para o próximo ano letivo (identificados na Figura 8), praticamente a totalidade não tinha nenhuma avaliação ou tinha todas as avaliações negativas<sup>2</sup>. Exemplificando, no ano letivo 2015/2016, 99% dos estudantes que não concluíram nem renovaram a matrícula para o ano letivo 2016/2017 não dispunham de qualquer avaliação ou todas elas eram negativas, o que significa que, desde logo, estes estudantes não estavam empenhados em estudar e, teriam uma grande probabilidade de abandonar o ensino superior.

<sup>1</sup> Para esta análise considerou-se que os estudantes abandonaram os estudos quando, por exemplo, tinham matrícula no ano letivo 2014/2015, não concluíram e não tinham matrícula em 2015/2016.

<sup>2</sup> Entenda-se por avaliações negativas: reprovados, faltou, desistiu, não admitido.

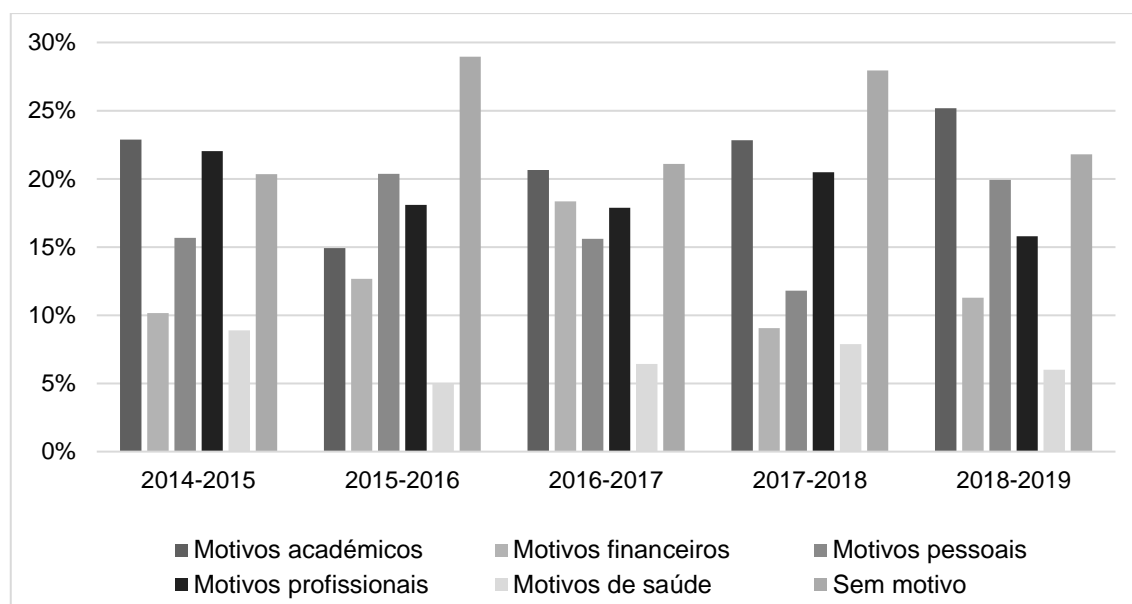


**Figura 9.** Percentagem de estudantes sem avaliação ou com todas as avaliações negativas, de acordo com os estudantes que não concluíram nem renovaram a matrícula para o ano letivo seguinte.

Fonte: Serviços Académicos do IPB (2020).

De acordo com os requerimentos entregues nos Serviços Académicos do IPB, os motivos para as anulações de matrícula têm sofrido várias oscilações, como podemos observar na Figura 10, no entanto, os principais motivos para os estudantes anularem a matrícula são na sua generalidade por motivos académicos. Isto é, em 4 dos 5 anos letivos analisados (2014/2015, 2016/2017, 2017/2018, 2018/2019), os principais motivos que estão associados às anulações de matrícula são os motivos académicos. Unicamente no ano letivo 2015/2016, é que existiu a alteração no pódio dos principais motivos, sendo ocupado pelos motivos pessoais. Na Tabela A1, em apêndice, encontram-se especificados os motivos que foram agrupados em 6 grupos, incluindo aqueles que não justificaram o motivo da anulação da matrícula. Em média, nestes 5 anos analisados, os motivos mais apontados são os académicos (22%) seguidos dos profissionais (19%), dos pessoais (17%), dos financeiros (12%), e finalmente os motivos provocados por questões de saúde (7%), sendo que 24% dos requerimentos não apresentavam justificação para requer a anulação da matrícula.

Neste seguimento, os motivos financeiros não são identificados como os principais motivos para a anulação da matrícula dos estudantes do IPB. No entanto, se considerarmos que os motivos profissionais poderão estar interligados a estes, “o cenário muda de figura”, tornando-se em todos os anos letivos o principal motivo das anulações de matrículas. Isto porque, os motivos profissionais estão associados à incompatibilidade profissional e ao ingresso no mercado de trabalho, o que significa que a necessidade profissional e, portanto, a necessidade monetária sobrepõe-se à necessidade académica.



**Figura 10.** Percentagem dos motivos das anulações dos estudantes, entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: Serviços Académicos do IPB (2020).

Durante os últimos anos, o IPB para reduzir estas situações de abandono, “sinaliza os alunos com baixo sucesso escolar e faz uma caracterização em termos de contexto social, económico, cultural, antecedentes de formação e possíveis causas para o insucesso/abandono” (A3ES, 2016).

Para combater estes valores, o IPB tem trabalhado na identificação das causas e implementado diversas estratégias tais como (A3ES, 2016):

- Introdução de metodologias de avaliação contínua;
- Aulas de recuperação nas unidades curriculares que apresentam indicadores abaixo da média; e
- Implementação do paradigma PBL (aprendizagem baseada em problemas).

O IPB dispõe de um serviço de ação social que tem como objetivo apoiar os estudantes mais carenciados com a atribuição de bolsas de estudos e residência, refeições na cantina e um gabinete de saúde que, entre outros, disponibiliza consultas de enfermagem, de dietética e de psicologia (Instituto Politécnico de Bragança, 2019d). Para além disso, o IPB atribui várias bolsas de colaboração, que permite aos estudantes mais carenciados, aumentar os seus rendimentos através de serviços desempenhados na instituição (Instituto Politécnico de Bragança, 2019e).

O IPB possui também um gabinete específico para apoiar os estudantes, no início e durante o seu percurso neste instituto, denominado de Gabinete de Imagem e Apoio ao Estudante (GIAPE) que fornece informação e orientação na oferta formativa da instituição (Instituto Politécnico de Bragança, 2019a).

Não se restringindo só à formação dos seus estudantes, o IPB tem também por objetivo aproximar a comunicação entre os empregadores e a comunidade académica, fomentando a plena empregabilidade dos seus diplomados (Instituto Politécnico de Bragança, 2019d) através da

alteração das suas formações, adequando-as melhor aos requisitos do mercado de trabalho, oferta de estágios curriculares e profissionais, atitude empregadora e do acesso ao mercado de trabalho europeu e internacional (Instituto Politécnico de Bragança, 2019c).

Exemplo disso é o projeto *Demola*, trazido da Finlândia pelo IPB, com o objetivo de encontrar soluções para problemas reais de entidades/empresas da região (Alves, 2020). Este projeto tem como intuito envolver os estudantes em projetos de cocriação com empresas de forma inovadora e original (Rádio Brigantia, 2018).

Neste contexto, o IPB dispõe de um gabinete específico de promoção do empreendedorismo e da empregabilidade que tem como objetivos “o apoio à comunidade estudantil do IPB na criação de empresas, bem como a pesquisa e divulgação de ofertas de emprego, organização de estágios profissionais, organização de eventos de promoção da empregabilidade e apoio em sessões de recrutamento” (A3ES, 2016, p. 5).

O IPB dispõe, ainda, de um programa de internacionalização que permite aos estudantes adquirir uma experiência de mobilidade internacional, que constitui um aspeto notório nos seus currículos (Instituto Politécnico de Bragança, 2019d).

Para uma melhor articulação entre o ensino secundário e o ensino superior, o IPB organiza vários eventos/atividades para dar a conhecer a sua instituição e oferta formativa, permitindo à comunidade ter contacto com a realidade do ensino superior. Para além disso, o IPB marca presença, fora das instalações, em feiras de orientação profissional, palestras e mostras profissionais e de formação (Instituto Politécnico de Bragança, 2019d).

Para uma melhor eficácia em reduzir o abandono escolar, o IPB assinou um protocolo com a Universidade do Algarve com o objetivo de desenvolver ações que reduzam o abandono escolar e a existência de interações entre os docentes e os estudantes de ambas as IES, partilhando ideias para cumprir com o objetivo (Sul Informação, 2018).

Por fim, o IPB atribui prémios de mérito aos melhores alunos de cada curso com a finalidade de motivar os estudantes a trabalharem para o sucesso escolar pois serão reconhecidos por isso. Outra medida implementada no IPB consiste em oferecer cursos com horários pós-laborais com o objetivo de facilitar principalmente aos trabalhadores-estudantes a frequência de todas as aulas (Instituto Politécnico de Bragança, 2010).

Para além de tudo isso, o IPB é uma instituição que se preocupa com a qualidade do seu ensino e, portanto, conta, atualmente, com cerca de 80% de docentes com doutoramento (Instituto Politécnico de Bragança, 2019a), sendo a instituição de ensino superior politécnico com maior percentagem de docentes doutorados (Instituto Politécnico de Bragança, 2019d).

Em conclusão, confirma-se que o IPB é uma instituição de ensino superior que se preocupa em reduzir/combater o abandono escolar, uma vez que, grande parte das medidas identificadas na revisão da literatura já se encontram implementadas na instituição. No entanto, ainda não são suficientes para combater o abandono presente na instituição.

## 5. Desenho do Estudo Empírico

### 5.1. Objetivos do Estudo e Hipóteses de Investigação

O principal objetivo do trabalho assenta na análise dos fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias tendo por base a população estudantil do IPB e, conseqüentemente, verificar se este sobre-endividamento é uma possível causa para o abandono escolar dos estudantes do IPB.

Em conformidade com o principal objetivo e com a revisão de literatura, esta investigação será desenvolvida de acordo com o seguinte modelo de análise (Figura 11):

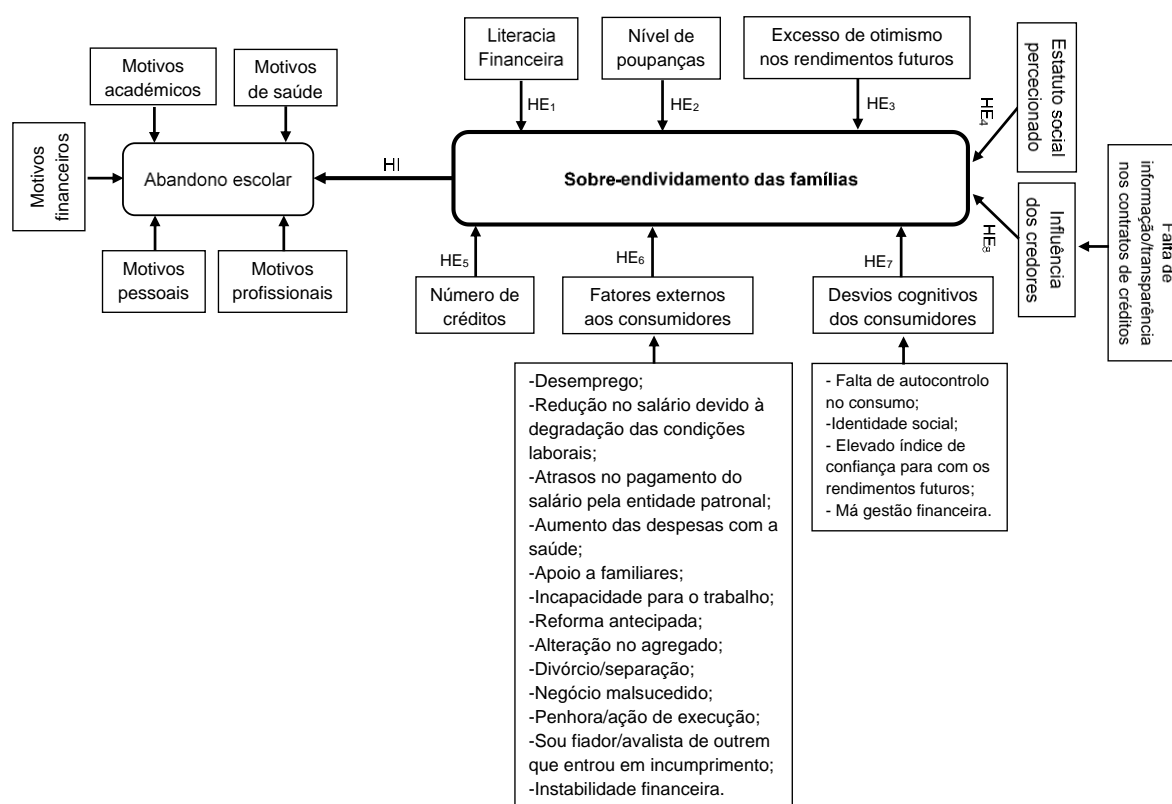


Figura 11. Modelo de análise do estudo.

Fonte: Elaboração própria.

Assim sendo, as hipóteses de investigação estão relacionadas com a identificação dos fatores que estão na origem/contribuem para o sobre-endividamento das famílias. e, também, com a análise da existência de uma relação entre o sobre-endividamento e o abandono escolar do IPB. Neste sentido, para obter resposta aos objetivos propostos, formularam-se as seguintes hipóteses:

**HE1: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com a literacia financeira.**

Relativamente a esta hipótese de investigação, vários estudos realizados mostram que a literacia financeira está relacionada com situações de sobre-endividamento. Morais (2013), Monteiro (2015)

e Ferreira (2016) referem que o sobre-endividamento está associado à baixa literacia financeira e é um elemento indispensável no contrato de créditos para evitar situações de sobre-endividamento (Augusto, 2016). Monteiro (2015) refere, ainda, que níveis de escolaridade mais elevados, principalmente na temática de literacia financeira reduzem a probabilidade de endividamento pois os reduzidos conhecimentos acerca do verdadeiro custo dos créditos podem motivar situações de sobre-endividamento.

#### **HE2: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com o nível de poupança.**

Morais (2013), Monteiro (2015) e Ferreira (2016) afirmam que o nível de poupanças está também relacionado com o sobre-endividamento. Monteiro (2015) refere que os indivíduos que apresentam níveis de poupanças mais reduzidos são mais vulneráveis a situações de sobre-endividamento, uma vez que quando deparados com situações inesperadas não têm capacidade de liquidar esses montantes com poupanças (Frade, 2013).

#### **HE3: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com o nível de confiança nos rendimentos futuros.**

Um alto indicador de confiança por parte dos consumidores sobre os seus rendimentos futuros proporciona a que estes estejam mais propícios a contrair diversos créditos e conseqüente a entrar em situações de incumprimento (Kish, 2006). Isto está relacionado com o excesso de otimismo e com a desvalorização do risco por parte dos indivíduos (Nofsinger, 2012; Frade, 2013).

#### **HE4: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com o estatuto social percecionado.**

Ferreira (2016) demonstra que o sobre-endividamento das famílias pode ser causado pela pressão social onde o consumo ultrapassa a necessidade de obtenção de bens essenciais à sobrevivência, tornando-se numa identidade social, isto porque, a socialização determina a forma como os indivíduos se comportam. Ou seja, as pessoas integram-se em grupos, com determinados objetivos, que se influenciam reciprocamente, isto é, indivíduos do mesmo grupo assumem comportamentos idênticos (Morais, 2013). Neste sentido, a aquisição de bens e serviços aparenta ser uma estratégia válida de pessoas de classes sociais inferiores, elevarem a sua posição social, por meio de uso de crédito ao consumo (Dwyer, McCloud, & Hodson, 2011). De acordo com o estudo realizado pelo Bikhchandani, Hirschleifer, & Welch (1992), os indivíduos que apresentavam um estatuto social mais elevado indicavam uma maior literacia financeira e, conseqüentemente, uma menor prospeção de sobre-endividamento.

**HE5: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com o número de créditos ativos.**

Segundo Monteiro (2015), o crédito é o principal responsável por situações de sobre-endividamento uma vez que a solução encontrada por muitas famílias na existência de necessidades financeiras é recorrer a créditos o que nem sempre corre bem, visto que, grande parte das famílias têm dificuldades em dar cumprimento às suas obrigações financeiras. Em consequência desses incumprimentos, as famílias tendem a contrair novos créditos para liquidar as dívidas anteriores e, muitas vezes, essa sobrecarga de obrigações com créditos dá origem a situações de sobre-endividamento. (Morais, 2013; Monteiro, 2015).

Neste seguimento, um elevado número de créditos implica uma maior probabilidade de sobre-endividamento (European Commission, 2008; Kish, 2006). Isto é, quanto mais créditos forem contraídos e de níveis mais altos, maior será o risco enfrentado pelas famílias (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013).

**HE6: O sobre-endividamento das famílias está relacionado com fatores externos aos consumidores.**

Segundo os dados do Banco de Portugal, o período entre 2010 e 2014, coincidente com a crise financeira em Portugal, foi onde se verificou a maior taxa de devedores com crédito vencido, como consequência das medidas implementadas pela Comissão Europeia, BCE e FMI através dos cortes dos serviços básicos, do aumento das taxas moderadoras, do corte nos subsídios de desemprego e nos salários (Em Portugal, 2018). Em Portugal, em particular, o número de famílias sobre-endividadas tem aumentado, uma vez que, são cada vez mais as famílias a viverem dias difíceis com o aumento dos impostos, situações de desemprego, reduções nos salários, entre outros aspetos, que cada vez mais preocupam os portugueses (DECO Proteste, 2019).

De acordo com os dados fornecidos pela DECO, verifica-se que ao longo dos anos, várias têm sido as causas que estão na origem/contribuem para a rutura financeira dos orçamentos familiares. (Gabinete de Proteção Financeira da DECO, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020). Neste sentido, os fatores externos aos consumidores são constituídos por situações de desemprego, de redução no salário devido à degradação das condições laborais, de atrasos no pagamento do salário pela entidade patronal, do aumento das despesas com a saúde, de apoio a familiares que o impeçam de trabalhar, de reforma antecipada, de alteração no agregado familiar, de divórcio/separação, de negócio malsucedido, de penhora/ação de execução e por situações de instabilidade financeira que fragilizam a capacidade financeira de uma família, o que se pode repercutir em situações de incumprimento e, conseqüentemente em situações de sobre-endividamento (Morais, 2013; Monteiro, 2015; Ferreira, 2016).

### **HE7: O sobre-endividamento das famílias está relacionado com desvios cognitivos dos consumidores.**

O sobre-endividamento pode, também, resultar de desvios cognitivos. Nestes parâmetros, os indivíduos são os principais responsáveis por situações de excesso de endividamento (Monteiro, 2015). São exemplo destes desvios, a falta de autocontrolo na aquisição de bens e serviços, isto é, a incapacidade de definir o que é essencial do que é supérfluo e a aceitação e comparação social (Monteiro, 2015). Para além destes fatores, a má gestão das finanças pessoais e um elevado nível de confiança por parte dos consumidores sobre os seus rendimentos futuros são fatores que influenciam a obtenção de inúmeros créditos e, conseqüentemente o aumento do risco de sobre-endividamento (Ferreira, 2016).

### **HE8: O sobre-endividamento das famílias está relacionado com a influência dos credores.**

O marketing competitivo, a utilização de produtos inapropriados face ao perfil de liquidez do consumidor e a falta de transparência nos contratos de crédito são causas determinantes para o sobre-endividamento das famílias, através da influência dos credores (European Commission, 2008; Kish, 2006). Esta falta de informação e o excesso de otimismo por parte dos consumidores faz com que os indivíduos se tornem irracionais e desvalorizem o risco (Frade, 2013).

### **HI: Existe relação entre o abandono escolar e o sobre-endividamento das famílias.**

Uma vez que a incapacidade financeira está presente nos motivos associados ao abandono escolar, através desta hipótese de investigação pretende-se testar se o sobre-endividamento é uma possível causa para o abandono escolar dos estudantes do IPB.

A capacidade financeira é considerada um fator de grande peso no abandono escolar pois existe a necessidade de assegurar todas as despesas que o ensino superior acarreta como são exemplo as propinas, a alimentação, o alojamento, os transportes, o diverso material escolar, entre outros (Casanova, 2018). As conseqüências das crises financeiras nos rendimentos das famílias assim como os cortes financeiros no ensino superior e a restrição na atribuição de bolsas de estudo são apontados como os principais fatores para o aumento do abandono escolar (Movimento Associativo Estudantil, 2016).

Em Portugal, os estudantes/agregados familiares cada vez mais celebram contratos de créditos com as entidades bancárias para conseguirem financiar os seus estudos. Desde o início do ano letivo (2019/2020) até 31 de março de 2020, estes pediram 8,6 milhões de euros aos bancos para financiar os seus estudos que corresponde a um total de 715 contratos de crédito. Este valor teve um aumento de 40% face ao ano anterior onde foram contratualizados 6 milhões de euros. De acordo com estes dados verifica-se que cada vez mais os estudantes ou os próprios agregados familiares precisam de recorrer ao crédito para conseguir financiar os seus estudos (Barbosa, 2020).

## 5.2. Descrição do Instrumento de Recolha de Dados

A opção metodológica utilizada para a investigação empírica consiste numa metodologia quantitativa com o objetivo de estudar as possíveis relações entre as variáveis que vão confirmar ou não as hipóteses iniciais, através dos dados obtidos numa amostra da população que será objeto de estudo.

Dada a natureza do estudo e os seus objetivos, optou-se por realizar um estudo exploratório. Para tal, vai utilizar-se a técnica de recolha de dados através da administração de um inquérito por questionário, que se encontra em apêndice, de modo a recolher indicadores do grau de sobre-endividamento das famílias dos estudantes do IPB e as suas causas, assim como verificar se o excesso de endividamento é uma causa determinante para o abandono escolar dos estudantes do IPB. Neste sentido, o inquérito por questionário foi direcionado à comunidade estudantil do IPB, matriculada no ano letivo 2019/2020.

O questionário é constituído por trinta e seis questões e foi disponibilizado através do email institucional dos estudantes entre o final do mês de junho de 2020 e o final do mês de setembro de 2020. O questionário encontra-se dividido em quatro secções. A primeira secção é constituída por treze perguntas relacionadas com atitudes e comportamentos financeiros dos agregados familiares dos estudantes do IPB para assim conseguir obter indicadores de endividamento ou sobre-endividamento. A segunda secção é composta por nove questões que têm como principal objetivo a identificação dos motivos que levam os estudantes a abandonar os estudos e a análise da situação financeira perante as despesas com os estudos. Posteriormente segue-se a secção da caracterização pessoal dos inquiridos através de variáveis de ordem sociodemográficas (idade, género, nacionalidade, escola do IPB frequentada, nível de escolaridade e ano escolar frequentado) com o objetivo de obter informação pertinente sobre os estudantes do IPB. Por fim, a quarta e última secção é relativa à situação sócio-familiar para assim dispor de uma informação mais completa sobre os agregados familiares dos estudantes do IPB.

Os dados resultantes da implementação do inquérito por questionário foram registados num ficheiro Excel e, posteriormente, o tratamento de dados foi realizado através do *software* estatístico IBM SPSS 24.0 (Chicago, IL).

## 5.3. População versus Amostra

Para se conseguir obter conclusões representativas acerca de uma população a partir da análise de uma amostra, importa calcular o tamanho necessário da amostra para poder estimar com precisão a população. A população alvo deste estudo é a comunidade estudantil do IPB matriculada no ano letivo 2019/2020. Neste ano letivo encontravam-se matriculados no IPB 8.526 estudantes, ou seja, a população em estudo é composta por 8.526 indivíduos. Na impossibilidade de implementar os questionários em sala de aula, com o objetivo de obter um maior número de respostas, devido à

pandemia de COVID-19, o inquérito por questionário foi disponibilizado através do email institucional dos estudantes do IPB, através do qual se obtiveram 281 respostas.

Deste modo, para um nível de confiança de 95%, uma população de 8.526 estudantes e uma amostra de 281 inquiridos obteve-se um erro amostral de 5,8462% através da seguinte fórmula (Vicente, 2012):

$$n = \frac{N * Z^2 * p * (1 - p)}{e^2 * (N - 1) + Z^2 * p * (1 - p)}$$

Em que:

n – amostra calculada

N – população

Z – variável padronizada associada ao nível de confiança

p – verdadeira probabilidade do evento

e – erro amostral

#### 5.4. Descrição dos Métodos de Tratamento dos Dados

Para o tratamento de dados procedeu-se, primeiramente, à análise descritiva da amostra através de tabelas de frequência (no caso das variáveis de natureza qualitativa) e da análise da média, mediana e desvio padrão (no caso das variáveis de natureza quantitativa), para assim conhecer as características da amostra em estudo. Para fins de inferência estatística, para dar resposta às hipóteses de investigação, optou-se por tratar a variável referente ao sobre-endividamento como quantitativa, medida através de uma escala ordinal, uma vez que a sua ordenação sugere um aumento do sobre-endividamento consoante se avança nas categorias. Assim, a conversão foi efetuada tal como demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2.** Categorização da variável do sobre-endividamento.

Variáveis	Valor atribuído
Não temos contas para pagar ou obrigações com créditos.	1
Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, sem dificuldades.	2
Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades pontuais.	3
Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades constantes.	4
Estamos atrasados em algumas contas e/ou obrigações com créditos.	5
Estamos a ter sérias dificuldades no pagamento das nossas contas e obrigações com créditos.	6

Fonte: Elaboração própria.

Para examinar a relação entre o grau de sobre-endividamento e a literacia financeira, nível de poupança e confiança nos rendimentos futuros interpretam-se os coeficientes de correlação de *Spearman* e respetiva significância estatística. Neste sentido, as hipóteses a testar são:

$$H_0: \rho = 0 \text{ (A correlação populacional é nula)}$$

$$H_1: \rho \neq 0 \text{ (A correlação populacional é diferente de zero)}$$

A escolha deste coeficiente de correlação deve-se ao facto de estarmos a relacionar sempre variáveis de natureza ordinal. Este coeficiente varia entre -1 (quanto mais próxima a correlação for de -1 mais forte é a correlação negativa) e 1 (quanto mais próxima a correlação for de 1 mais forte é a correlação positiva). Quando a correlação é zero significa que não existe qualquer relação linear (ausência de correlação) (Marôco, 2011).

Nas restantes correlações interpretou-se o coeficiente de correlação de *Pearson* visto estarmos a relacionar duas variáveis quantitativas: o grau de sobre-endividamento com o estatuto social percecionado e o número de créditos ativos (Marôco, 2007). Tal como no caso do coeficiente de *Spearman*, as hipóteses a testar são:

$$H_0: \rho = 0 \text{ (A correlação populacional é nula)}$$

$$H_1: \rho \neq 0 \text{ (A correlação populacional é diferente de zero)}$$

Da mesma forma, este coeficiente varia entre -1 e 1. Se  $r > 0$ , as variáveis variam no mesmo sentido, no entanto se  $r < 0$  as variáveis variam no sentido inverso. Além do mais, o valor absoluto da correlação indica a intensidade desta (Marôco, 2011). Neste sentido, de acordo com Marôco (2011), as correlações podem ser classificadas de acordo com a Tabela 3:

**Tabela 3.** Classificação dos valores de Correlação de *Pearson*.

Valor da Correlação	Classificação
$ r  \geq 0,75$	Correlação Muito Forte
$0,50 \leq  r  < 0,75$	Correlação Forte
$0,25 \leq  r  < 0,50$	Correlação Moderada
$ r  < 0,25$	Correlação Fraca

Fonte: Marôco (2011).

Por último, para detetar a existência de diferença estatisticamente significativa no sobre-endividamento consoante o abandono escolar realizou-se um teste t de *student* para duas amostras independentes que compara os valores médios de uma variável quantitativa em dois grupos independentes.

Assim, no teste paramétrico *t-Student*, para duas amostras independentes onde a variável dependente Y possui distribuição normal ou a população em ambos os grupos é igual ou superior a 30 e o desvio padrão desconhecido, as hipóteses a testar são:

$$H_0: \mu_1 = \mu_2$$

$$H_1: \mu_1 \neq \mu_2$$

Se o tamanho da amostra for diferente nos dois grupos realiza-se o teste às variâncias para verificar se as variáveis populacionais são homogéneas. Para tal, foi utilizado o teste de *Levene (Teste Homogeneidade das variâncias)*:

$$H_0: \sigma_m^2 = \sigma_f^2$$

$$H_1: \sigma_m^2 \neq \sigma_f^2$$

Em toda a análise inferencial considerou-se o nível de significância a probabilidade  $(p) < 0,05$  ou o intervalo de confiança (IC) de 95%. O tratamento de dados e resultados serão obtidos através do software IBM SPSS 24.0 (Chicago, IL).

## 6. Apresentação e Análise dos Resultados

Neste capítulo serão apresentadas, primeiramente as características da amostra em estudo através da análise descritiva de cada variável. Posteriormente, será apresentada a análise estatística inferencial com o objetivo de dar resposta às hipóteses de investigação definidas no início do estudo.

### 6.1. Caracterização da Amostra

Como já referido anteriormente, uma vez que a investigação é dirigida apenas à comunidade estudantil do IPB, utilizou-se um processo de amostragem probabilística. Assim sendo e face à pandemia de COVID-19, a disponibilização do inquérito por questionário foi através do email institucional dos estudantes do IPB entre o final do mês de junho de 2020 e o final do mês de setembro de 2020. Deste modo, obtiveram-se 281 respostas ao inquérito.

#### 6.1.1. Caracterização sociodemográfica

De acordo com a Tabela 4, verifica-se que estamos perante uma amostra maioritariamente feminina (70,8% dos inquiridos) com uma média etária de 24 anos (desvio padrão de 6,08 anos). Verificou-se, também, que a amostra, tal como era esperado é, maioritariamente, composta por estudantes com idades compreendidas entre os 19 e os 26 anos de idade (79,8%).

No que respeita à nacionalidade, verifica-se que 71,2% tem a nacionalidade portuguesa, 26% tem nacionalidade não portuguesa e 2,8% ambas as nacionalidades. Refira-se também que dos estudantes de nacionalidade não portuguesa, 30,1% são cabo-verdianos, 26% são brasileiros, 12,3% são angolanos, outros 12,3% são são-tomenses, 9,6% são guineenses, 4,1% são moçambicanos e os restantes dividem-se entre espanhóis, franceses, nepaleses e timorenses, cada um com uma percentagem de 1,4%. Em relação à dupla nacionalidade, verificou-se que 2,8% dos

inquiridos possuem nacionalidade portuguesa e não portuguesa. Destes 2,8%, estamos a falar da nacionalidade portuguesa conjugada com angolana (12,5%), brasileira (50%), cabo-verdiana (12,5%) e francesa (25%). Posto isto, tal como é característico do IPB, são diversas as nacionalidades existentes neste campus.

**Tabela 4.** Caracterização sociográfica da amostra.

Variável		n	%
<b>Género</b>	Feminino	199	70,8
	Masculino	82	29,2
<b>Nacionalidade</b>	Portuguesa	200	71,2
	Ambas	8	2,8
	Não portuguesa	73	26
<b>Idade</b> – Média 23,99 anos (DP 6,08); Mín: 18; Max:62			

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa; DP – desvio padrão; Mín – mínimo; Max – máximo.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à caracterização académica da amostra, a maior parte dos estudantes inquiridos frequentam a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (55,9%), estão matriculados em licenciaturas (68,7%) e encontram-se no segundo ano do seu ciclo de estudos (35,6%) (ver Tabela 5).

**Tabela 5.** Caracterização académica da amostra.

Variável		n	%
<b>P29 - escola do IPB</b>	Escola Superior Agrária (ESA)	20	7,1
	Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (EsACT)	36	12,8
	Escola Superior de Educação (ESE)	33	11,7
	Escola Superior de Saúde (ESSa)	35	12,5
	Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTiG)	157	55,9
<b>P30 - nível de escolaridade</b>	Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP)	11	3,9
	Licenciatura	193	68,7
	Pós-Graduação	1	0,4
	Mestrado	76	27
<b>P31 - ano que frequenta</b>	1.º Ano	88	31,3
	2.º Ano	100	35,6
	3.º ano	73	26
	4.º Ano	20	7,1

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

### 6.1.2. Situação Sócio – Familiar

De acordo com os resultados obtidos na Tabela 6, podemos verificar que a dimensão do agregado familiar mais frequente é de 4 elementos (37,7%). Constata-se, também, que apenas 12% dos inquiridos possui mais de 4 elementos no agregado familiar, contrariamente, mais de 88% provém de um agregado familiar com até 4 elementos. Verificamos, ainda, que mais de 40% dos agregados familiares dos inquiridos são constituídos pelo O(a) próprio(a), pelo Pai, pela Mãe, e por Irmão(s)/Irmã(s), como podemos verificar através da Tabela A2, em apêndice.

**Tabela 6.** Caracterização do agregado familiar da amostra.

<b>Nº de elementos agregado familiar</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
1	23	10,3
2	41	12,5
3	78	27,8
4	106	37,7
5	24	8,5
6	3	1,1
7	3	1,1
8	2	0,7
10	1	0,4

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

Quanto às habilitações literárias do agregado familiar da amostra (Tabela 7), o grau académico mais frequente nos próprios inquiridos é o ensino secundário (47,7%), enquanto que a escolaridade do elemento “Pai” está distribuída maioritariamente (80,2%) no 1.º, 2.º, 3.º ciclo e ensino secundário. No elemento “Mãe” verifica-se uma maior percentagem no ensino secundário (20,9%) seguido do ensino do 3.º ciclo (20,4%) e da licenciatura (17,8%). No elemento “Cônjuge”, as habilitações distribuem-se essencialmente entre o ensino secundário (35,5%), a licenciatura (22,6%) e o 3.º ciclo de escolaridade (19,4%). Finalmente, o elemento “Outro” apresenta uma maior percentagem na licenciatura (26,1%) seguido do ensino secundário (24,6%). Neste contexto, verifica-se que a moda no(a) próprio(a), na Mãe e no(a) Cônjuge é o ensino secundário - 12.º ano de escolaridade, no Pai é o ensino básico 2.º ciclo - 6.º ano de escolaridade e no Outro é a Ensino Superior – Licenciatura.

**Tabela 7.** Habilitações literárias do agregado familiar da amostra.

Habilitações literárias	Próprio(a)		Pai		Mãe		Cônjuge		Outro	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Não sabem ler nem escrever	0	0	1	0,5	3	1,3	0	0	4	5,8
Sabe ler sem possuir o 4.º ano de escolaridade	0	0	3	1,4	7	3	1	3,2	4	5,8
Ensino básico 1.º ciclo - 4.º ano de escolaridade	0	0	44	21,3	28	12,2	0	0	7	10,1
Ensino básico 2.º ciclo - 6.º ano de escolaridade	0	0	46	22,2	40	17,4	0	0	2	2,9
Ensino básico 3.º ciclo - 9.º ano de escolaridade	0	0	39	18,8	47	20,4	6	19,4	7	10,1
Ensino secundário - 12.º ano de escolaridade	134	47,7	37	17,9	48	20,9	11	35,5	17	24,6
Ensino Superior - Curso Técnico Superior Profissional	34	12,1	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino Superior – Bacharelato	0	0	12	5,8	10	4,3	2	6,5	0	0
Ensino Superior – Licenciatura	78	27,8	15	7,2	41	17,8	7	22,6	18	26,1
Ensino Superior – Mestrado	34	12,1	9	4,3	6	2,6	3	9,7	9	13
Ensino Superior – Doutoramento	1	0,4	1	0,5	0	0	1	3,2	1	1,4

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente à situação profissional do agregado familiar (Tabela 8), como era expectável, a grande maioria dos inquiridos é estudante (75,1%) ou trabalhador-estudante (22,8%). Os elementos Pai, Mãe e Cônjuge são maioritariamente trabalhadores por conta de outrem e finalmente o elemento “Outro” é essencialmente estudante (43,1%) ou trabalhador por conta de outrem (24,1%).

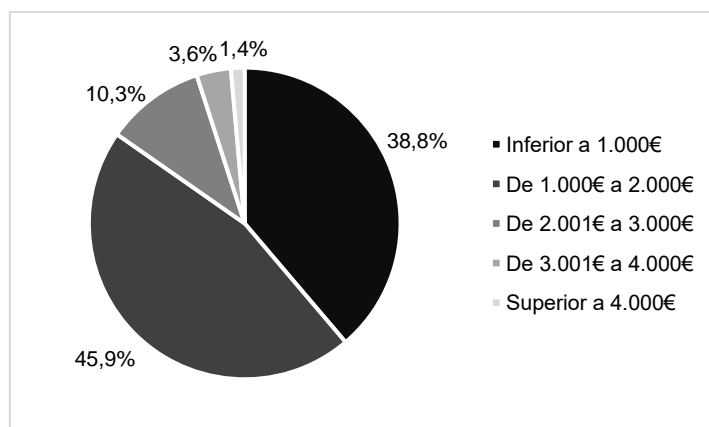
**Tabela 8.** Situação profissional do agregado familiar da amostra.

Situação profissional	Próprio(a)		Pai		Mãe		Cônjuge		Outro	
	N	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Estudante	211	75,1	1	0,6	1	0,6	8	25,0	25	43,1
Trabalhador-Estudante	64	22,8	1	0,6	0	0	2	6,3	3	5,2
Trabalhador por conta de outrem	0	0	105	66,0	117	65,0	16	50,0	14	24,1
Reformado (a)	0	0	21	13,2	12	6,7	0	0	7	12,1
Desempregado(a)	4	1,4	26	13,2	12	6,7	3	9,4	4	6,9
Doméstico(a)	1	0,4	0	16,4	33	18,3	0	0	0	0
Outra situação	1	0,4	5	3,1	5	2,8	3	9,4	5	8,6

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 12, o rendimento, médio mensal, do agregado familiar dos inquiridos insere-se sobretudo no escalão “De 1.000€ a 2.000€” com uma percentagem de 45,9% seguido do escalão “Inferior a 1.000€” com uma percentagem de 38,8%. Isto é, 84,7% dos agregados familiares da amostra dispõem de um rendimento médio mensal de até 2.000 euros, o que significa que apenas cerca de 15% tem rendimento superior a 2.000 euros.



**Figura 12.** Rendimento, médio mensal, do agregado familiar da amostra.

Fonte: Elaboração própria.

### 6.1.3. Atitudes e comportamentos financeiros do agregado familiar: Indicadores de endividamento ou sobre-endividamento.

De acordo com a Tabela 9, quando questionados sobre o excedente do rendimento mensal do agregado familiar, 27,8% respondeu 'raramente', 25,3% respondeu 'algumas vezes' e 18,9% respondeu 'nunca'. Os restantes 28,1% responderam 'frequentemente' ou 'sempre'. Neste sentido, verificamos que quase metade dos inquiridos (46,7%) nunca ou raramente consegue destinar qualquer rendimento para poupanças.

Quando chamados a debruçar-se sobre o equilíbrio entre gastos e rendimentos do agregado familiar, verificamos que 21,7% dos inquiridos podem estar em situações de excesso de endividamento uma vez que referem que os gastos superam os seus rendimentos. Já 34,5% dos inquiridos refere que os gastos são iguais aos rendimentos, o que pode levar a situações de sobre-endividamento se este não tiver controlo nas diversas situações ou por choques negativos inesperados. Os restantes encontram-se em situações mais estáveis uma vez que os rendimentos são superiores aos gastos e, portanto, terão sempre uma margem de poupanças para situações negativas inesperadas. De salientar que mais de metade dos inquiridos (56,2%) pode brevemente encontrar-se em situações de endividamento o que se torna bastante preocupante.

A frequência com que recorrem a crédito nos agregados é baixa (48,8% 'nunca' e 34,5% 'raramente'). Dos inquiridos que responderam que pelo menos uma vez já tinham recorrido ao crédito, verificou-se que em primeiro lugar estão os créditos à habitação (28,3%), seguidos dos créditos ao consumo relacionados com os cartões de créditos (27,4%) e posteriormente os créditos automóveis (23,3%). Desta forma, para além dos créditos relacionados com o investimento em imóveis (habitação e automóvel), o crédito ao consumo relacionado com o cartão de crédito pode ser um indicador de alto consumismo por parte dos inquiridos ou até mesmo a utilização dos *plafonds* destes para o pagamento de outras dívidas. Tal como referido anteriormente na revisão de

literatura, a utilização de cartões de crédito é um dos fatores que faz com que a probabilidade de sobre-endividamento aumente (European Commission, 2008; Kish, 2006).

Relativamente à variável de créditos ativos, constata-se que a maioria dos inquiridos (63,9%) tem créditos ativos no momento com um número médio de 1,55 (desvio padrão 0,79), havendo no máximo 5 créditos ativos na amostra. De notar que cerca de 57,6% dos inquiridos têm apenas 1 crédito ativo no momento.

Dos inquiridos que responderam que têm créditos ativos, a tipologia destes resultou em partes semelhantes: crédito à habitação (35,5%), outros créditos ao consumo (33,9%) e, finalmente o crédito automóvel (30,6%).

As motivações em contratar os créditos prendem-se, essencialmente, com o acesso a bens essenciais (36,1%), manutenção/melhora do estilo de vida (26,7%) e dificuldades financeiras (23,6%).

Relativamente à relação dos agregados familiares com os compromissos financeiros e de crédito, dos inquiridos que têm contas e obrigações com créditos, 48% tem dificuldades em dar cumprimento ao pagamento e 52% não tem dificuldades em dar cumprimento ao pagamento das contas e obrigações com créditos. Isto significa que quase metade dos inquiridos tem indícios de excesso de endividamento.

**Tabela 9.** Situação e responsabilidades financeiras do agregado familiar.

Variável		n	%
<b>P2 – excedente do rendimento mensal do agregado</b>	Nunca	53	18,9
	Raramente	78	27,8
	Algumas Vezes	71	25,3
	Frequentemente	36	12,8
	Sempre	43	15,3
<b>P3 – equilíbrio entre gastos e rendimento</b>	Gasta muito mais do que o que ganha	20	7,1
	Gasta mais do que o que ganha	41	14,6
	Gasta igual ao que ganha	97	34,5
	Gasta menos do que o que ganha	114	40,6
	Gasta muito menos do que o que ganha	9	3,2
<b>P4 – frequência com que recorrem ao crédito</b>	Nunca	137	48,8
	Raramente	97	34,5
	Ocasionalmente	27	9,6
	Uma vez por mês	10	3,6
	Mais de uma vez por mês	10	3,6
<b>P5 – tipos de créditos contraídos</b>	Crédito à habitação	63	28,3
	Crédito ao Consumo: Cartão de Crédito	61	27,4
	Crédito ao Consumo: Descoberto Bancário	6	2,7
	Crédito ao Consumo: Crédito em Conta Corrente	11	4,9
	Crédito automóvel	52	23,3
	Crédito pessoal: Saúde	1	0,4
	Crédito pessoal: Educação	10	4,5
	Crédito pessoal: Locação Financeira de Equipamentos	1	0,4
	Outros Créditos	18	8,1
<b>P6 – créditos ativos</b>	Sim	92	63,9
	Não	52	36,1
<b>P8 – tipos de créditos ativos</b>	Crédito à habitação	44	35,5
	Automóvel	38	30,6
	Outros créditos ao consumo	42	33,9
<b>P9 – motivos que levaram o agregado familiar a recorrer ao crédito</b>	Aceder a bens essenciais	69	36,1
	Ajudar um familiar/amigo	7	3,7
	Dificuldades financeiras	45	23,6
	Pagar outras dívidas	19	9,9
	Manter/melhorar o estilo de vida	51	26,7
<b>P10 – relação do agregado familiar com os compromissos financeiros e de crédito</b>	Não temos contas para pagar ou obrigações com créditos.	24	16,7
	Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, sem dificuldades	51	35,4
	Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades pontuais	46	31,9
	Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades constantes	9	6,3
	Estamos atrasados em algumas contas e/ou obrigações com créditos	8	5,6
	Estamos a ter sérias dificuldades no pagamento das nossas contas e obrigações com créditos	6	4,2

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

Como podemos verificar através da Tabela 10, as principais razões para o não pagamento ou para a existência de dificuldades no cumprimento com o pagamento das contas e obrigações com créditos são, essencialmente, fatores externos aos consumidores, com destaque para o desemprego, sem direito a subsídio e atrasos no pagamento pela entidade patronal. No entanto, verificam-se, ainda, valores consideráveis nos desvios cognitivos dos consumidores e na influência dos credores. Deste modo, verificamos que na generalidade, as principais razões do incumprimento ou das dificuldades no cumprimento estão assentes em situações inesperadas e incontrolláveis por parte dos indivíduos uma vez que nas 69 respostas obtidas, foram selecionadas 103 vezes as razões pertencentes ao grupo dos fatores externos aos consumidores. Relativamente aos desvios cognitivos dos consumidores, isto é, às opções individuais associadas ao consumismo e ao estilo de vida que são desadequadas à capacidade financeira, efeito de um comportamento intencional, irresponsável ou irracional por parte do devedor, verifica-se que nas 69 respostas obtidas, foram selecionadas 15 vezes enquanto que a falta de informação/transparência nos contratos de créditos pertencente à influência dos credores foi selecionada 3 vezes.

**Tabela 10.** Motivos para o não pagamento ou dificuldades no cumprimento das responsabilidades de crédito.

	<b>Variável</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Influência dos credores</b>	Falta de informação/transparência nos contratos de créditos	3	2,5
	Elevado índice de confiança para com os rendimentos futuros	1	0,8
<b>Desvios cognitivos dos consumidores</b>	Falta de autocontrolo no consumo	6	5,0
	Má gestão financeira	8	6,6
	<b>Subtotal</b>	<b>15</b>	<b>12,4</b>
	<b>Fatores externos aos consumidores</b>		
	Desemprego, com direito a subsídio	2	1,7
	Desemprego, sem direito a subsídio	33	27,3
	Redução no salário devido à degradação das condições laborais	10	8,3
	Atrasos no pagamento do salário pela entidade patronal	23	19,0
	Aumento das despesas com a saúde (p. ex. aparecimento de uma doença prolongada)	8	6,6
	Apoio a familiares (p. ex. filhos/pais/avós) que o impeçam de trabalhar definitivamente	1	0,8
	Divórcio/separação	3	2,5
	Penhora/ Ação de Execução	4	3,3
	Negócio malsucedido	8	6,6
	Instabilidade financeira - aumento dos custos de crédito	5	4,1
	Reforma antecipada	3	2,5
	Alteração no agregado familiar	3	2,5
	<b>Subtotal</b>	<b>103</b>	<b>85,2</b>

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

Tal como podemos verificar através da Tabela 11, maioritariamente, os inquiridos estão confiantes que os seus rendimentos futuros lhe permitirão ter uma vida sem preocupações, independentemente da instabilidade da economia (43,8%). Verifica-se ainda que nesta amostra, o excesso de otimismo nos rendimentos futuros é pouco significativo com apenas 13,8% dos inquiridos a responderem: “Muito confiante” ou “Totalmente confiante”.

Em termos de literacia financeira, de uma forma geral, os inquiridos consideram ter um conhecimento razoável (55,5%) nesta temática.

No que respeita à autoavaliação do estatuto social do agregado familiar, pode-se dizer que os inquiridos consideram que o seu agregado familiar pertence à classe média uma vez que a média resultante é de 5,40 (desvio padrão de 1,64) de um posicionamento de 1 (menos dinheiro, pouca escolaridade e empregos pouco valorizados) a 10 (mais dinheiro, maior escolaridade e empregos mais valorizados).

**Tabela 11.** Perspetivas e literacia financeiras.

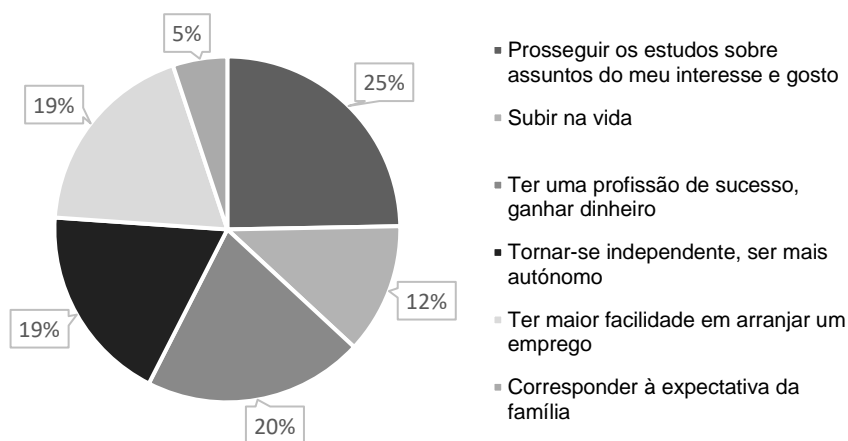
Variável	n	%	
<b>P12 – expectativas dos rendimentos futuros</b>	Nada confiante	32	11,4
	Pouco confiante	87	31
	Confiante	123	43,8
	Muito confiante	24	8,5
	Totalmente confiante	15	5,3
<b>P14 – literacia financeira</b>	Muito reduzidos	12	4,3
	Reduzidos	62	22,1
	Razoáveis	156	55,5
	Elevados	49	17,4
	Muito elevados	2	0,7
<b>P13 – estatuto social</b>	1	3	1,1
	2	7	2,5
	3	29	10,3
	4	38	13,5
	5	70	24,9
	6	62	22,1
	7	45	16
	8	21	7,5
	9	5	1,8
	10	1	0,4
Média 5,40 (DP 1,64); Min:1 Max:10			

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa; DP – desvio padrão; Mín – mínimo; Max – máximo.

Fonte: Elaboração própria.

#### 6.1.4. Ingresso no Ensino Superior

Em relação às motivações para ingressar no ensino superior, um quarto dos estudantes do IPB candidataram-se ao ensino superior para “prosseguir os estudos sobre assuntos do seu interesse e gosto” (25%), seguido de “Ter uma profissão de sucesso, ganhar dinheiro” (20%), “Tornar-se independente, ser mais autónomo” (19%) e “Ter maior facilidade em arranjar um emprego” (19%). Neste sentido, podemos verificar que os estudantes candidatam-se ao ensino superior porque assim o desejam, mas com a miragem de um futuro melhor (ver Figura 13).



**Figura 13.** Motivos da candidatura ao Ensino Superior (%).

Fonte: Elaboração própria.

Através dos resultados obtidos na Tabela 12, podemos observar que quase três quartos da amostra dependem financeiramente dos pais (74,4%) sendo na sua maioria estudantes sem bolsa (60,1%). Verifica-se, ainda, um elevado nível de incumprimento no prazo de pagamento de propinas (45,9%) onde 60,5% não dispunha do montante necessário para o pagamento das propinas no prazo estipulado. Comparando essa variável com o rendimento, médio mensal, do agregado familiar verificou-se que 34,1% dos estudantes que não tinham capacidade financeira para o pagamento das propinas no prazo estipulado apresentavam um rendimento familiar inferior a mil euros.

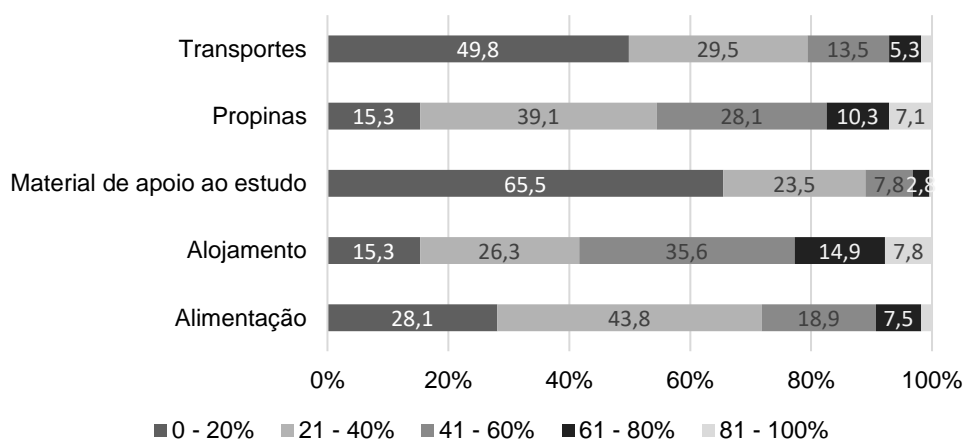
**Tabela 12.** Situação financeira perante os estudos.

	Variável	n	%
<b>P16 – dependência financeira</b>	Pais	209	74,4
	Outros familiares	11	3,9
	Cônjuge ou companheiro/a	9	3,2
	Outra pessoa (não familiar)	1	0,4
	De si mesmo	44	15,7
	Outra: Bolsa de Estudo	7	2,5
<b>P17 – montante médio, mensal, gasto nas despesas com o estudo</b>	De 100€ a 200€	10	10,4
	De 201€ a 300€	29	30,2
	De 301€ a 400€	40	41,7
	Superior a 400€	17	17,7
<b>P19 – situação relativa à bolsa de estudo</b>	Estudante sem Bolsa	169	60,1
	Bolseiro da Ação Social do Ensino Superior	100	35,6
	Bolseiro do país de origem	9	3,2
	Bolseiro de outra instituição	3	1,1
<b>P20 – pagamento das propinas sem ultrapassar o prazo de vencimento</b>	Sim	152	54,1
	Não	129	45,9
<b>P21 – motivos para pagamento não atempado</b>	Esquecimento	51	39,5
	Incapacidade de pagamento no prazo fixado	78	60,5

Nota: n – frequência absoluta; % - frequência relativa.

Fonte: Elaboração própria.

Ainda de acordo com a Tabela 12, verificamos que quase 60% dos inquiridos indica um gasto mensal em despesas com os estudos superior a 300 euros. O alojamento e as propinas destacam-se como as principais fontes de despesas com os estudos, como podemos verificar através da Figura 14.

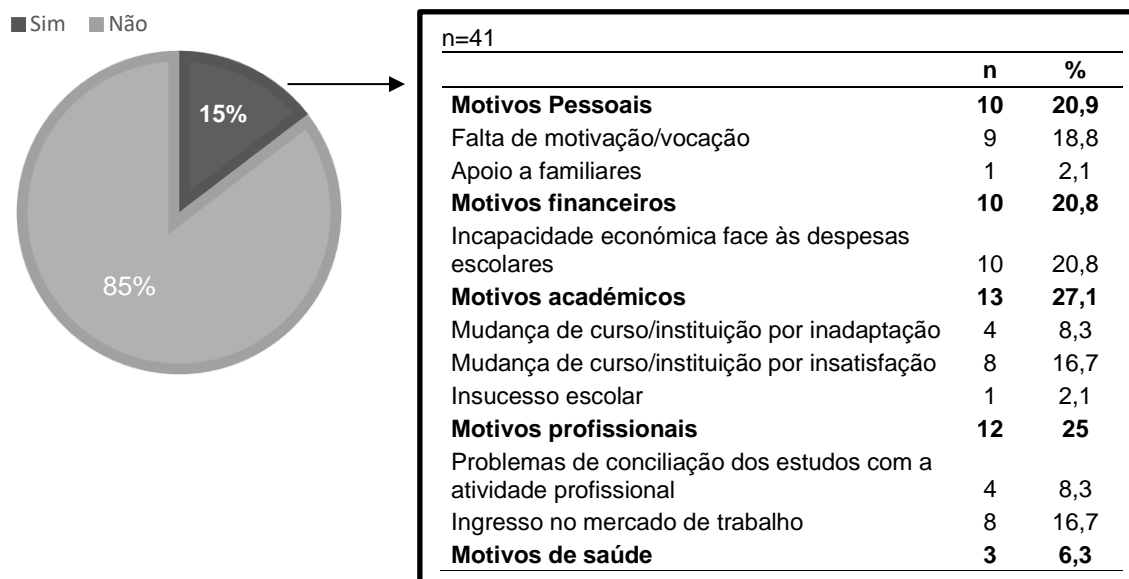


**Figura 14.** Despesas nos estudos por item (%).

Fonte: Elaboração própria.

A avaliar pela Figura 15, 15% dos estudantes inquiridos já abandonou os estudos pelo menos uma vez, tendo sido principalmente por motivos académicos e profissionais tal com já se tinha

comprovado através dos requerimentos de anulação de matrícula entregue nos Serviços Académicos do IPB.



**Figura 15.** Taxa de abandono escolar e os respetivos motivos, em percentagem.

Fonte: Elaboração própria.

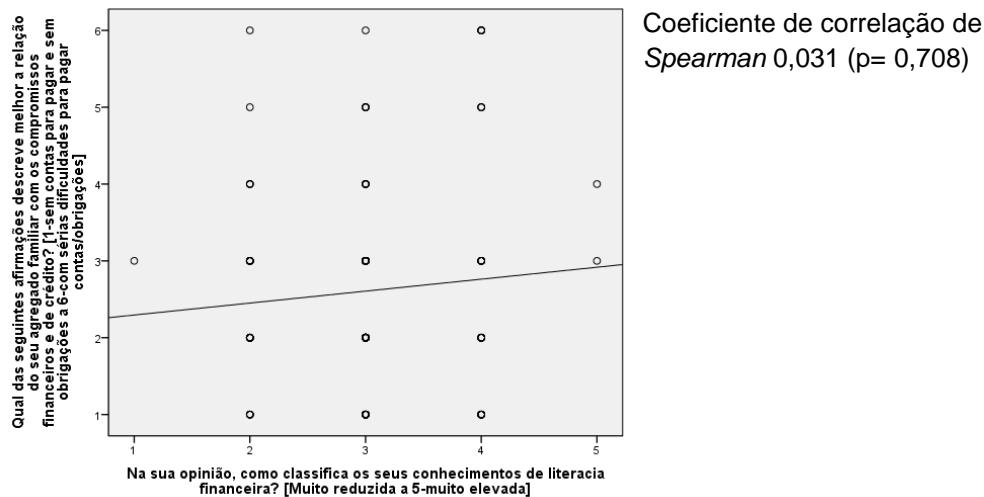
## 6.2. Análise Estatística Inferencial

Após a análise descritiva, procedeu-se à análise estatística inferencial para dar resposta às hipóteses de investigação fixadas anteriormente que sustentam o principal objetivo de estudo.

### **HE1: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com a literacia financeira.**

Para se testar se a literacia financeira está relacionada com o sobre-endividamento, calculou-se o coeficiente de correlação Ró de *Spearman*, uma vez que as variáveis são ambas ordinais.

Segundo a Figura 16, não existe qualquer relação (ausência de correlação) entre a literacia financeira do estudante e o sobre-endividamento. Isto é, não existe nenhuma associação entre as variáveis pois o valor da correlação é aproximadamente zero e de acordo com o valor de prova não existe significância estatística para rejeitar a hipótese nula.



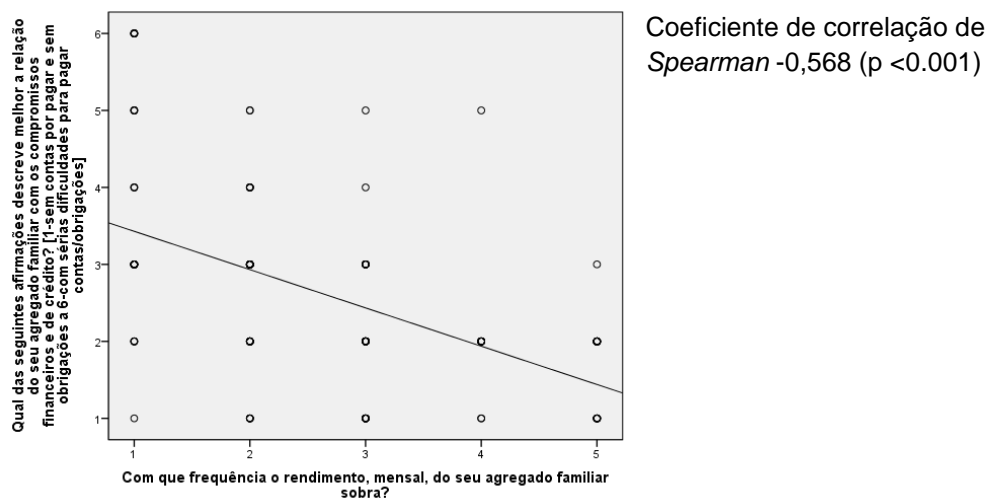
**Figura 16.** Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante literacia financeira.

Fonte: Elaboração própria.

Este resultado pode ser justificado pelo facto do estudante não ser o principal decisor do agregado familiar. Deste modo, foi testada a correlação entre o sobre-endividamento e as habilitações literárias do agregado familiar (como forma de testar indiretamente a literacia financeira destes) através do teste de *Spearman*, o qual apresentou correlações muito baixas (próximas de zero) e para além disso não apresentava significância estatística. Deste modo, não se pode corroborar a hipótese HE1.

**HE2: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com o nível de poupança.**

Como se observa na Figura 17, a correlação entre o sobre-endividamento e o nível de poupança dos inquiridos é negativa, isto significa que quanto maior for o nível de poupanças menor é o sobre-endividamento, sendo esta correlação estatisticamente significativa ( $p < 0,001$ ). A correlação obtida demonstra a existência de uma forte correlação negativa entre as variáveis. Constata-se, assim, que a hipótese HE2 é validada.

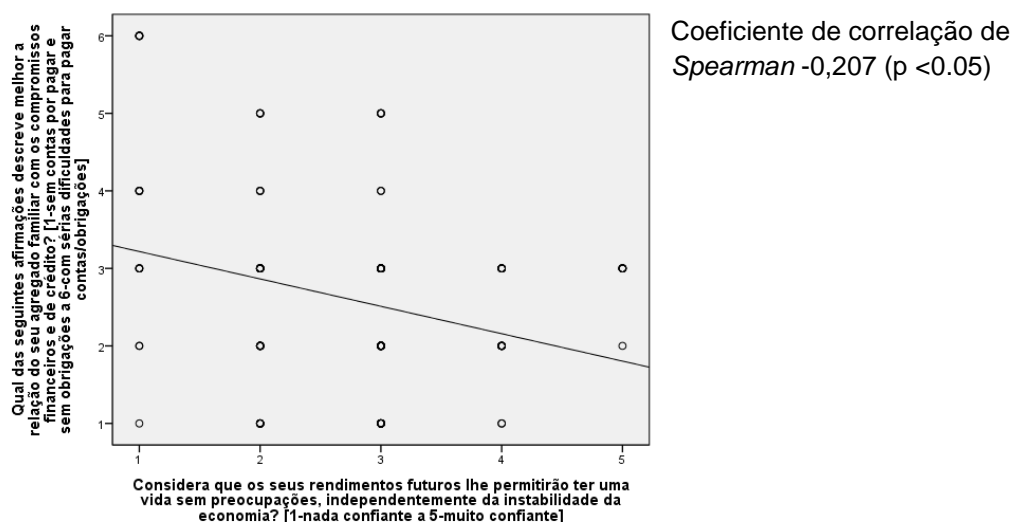


**Figura 17.** Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante nível de poupança.

Fonte: Elaboração própria.

**HE3: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com o nível de confiança nos rendimentos futuros.**

De acordo com resultados obtidos na Figura 18, tal como aconteceu na hipótese analisada anteriormente “HE2: Relação entre o grau de endividamento e o nível de poupança”, a correlação entre o sobre-endividamento e o nível de confiança nos rendimentos futuros é negativa, isto significa que quanto maior o nível de confiança nos rendimentos futuros menor o grau de sobre-endividamento. Esta constatação tem relevância estatisticamente significativa ( $p < 0,05$ ). No entanto, a correlação obtida entre estas duas variáveis é considerada fraca.

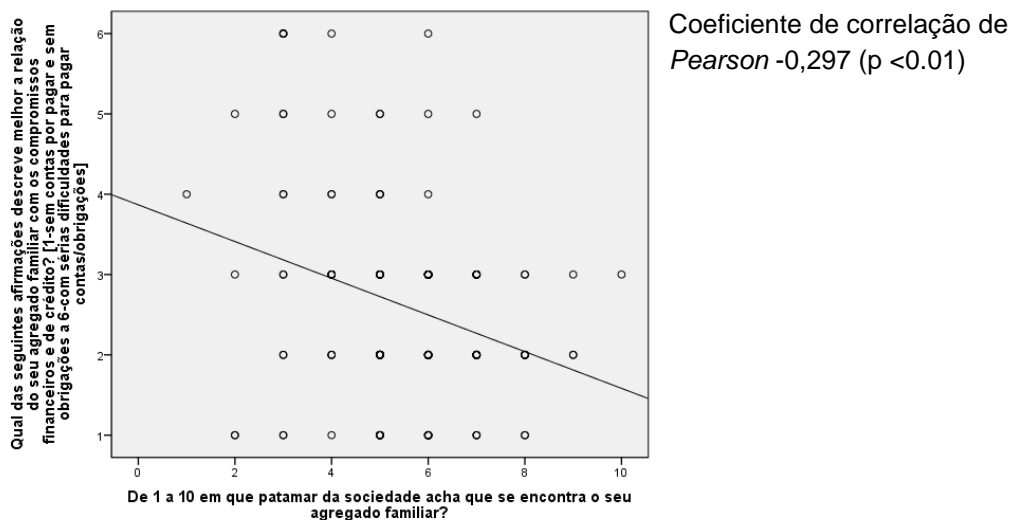


**Figura 18.** Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante nível de confiança nos rendimentos futuros.

Fonte: Elaboração própria.

**HE4: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com o estatuto social percecionado.**

Tal como sucedido nos resultados dos testes às hipóteses analisadas anteriormente, existe uma correlação negativa e estatisticamente significativa ( $p < 0,01$ ) entre sobre-endividamento e perceção do estatuto social. Quanto elevado for o estatuto social percecionado menor o sobre-endividamento (ver Figura 19). De acordo com Marôco (2011), a correlação obtida é moderada.

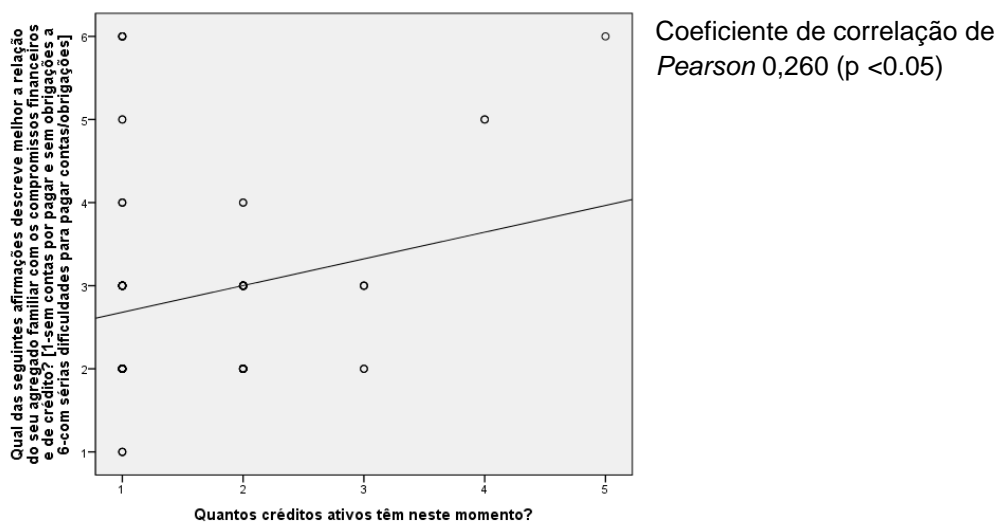


**Figura 19.** Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante estatuto social.

Fonte: Elaboração própria.

**HE5: O sobre-endividamento das famílias está correlacionado com o número de créditos ativos.**

Contrariamente ao sucedido nos resultados às hipóteses analisadas anteriormente, existe uma correlação positiva entre o sobre-endividamento e o número de créditos ativos, isto é, quanto maior for o número de créditos ativos maior será o grau de sobre-endividamento. Constatação com significância estatística ( $p < 0,05$ ) e correlação considerada moderada (Marôco, 2011) (Figura 20).



**Figura 20.** Diagrama de dispersão: Sobre-endividamento consoante número de créditos ativos.

Fonte: Elaboração própria.

**HE6: O sobre-endividamento das famílias está relacionado com fatores externos aos consumidores.**

Com a análise desta hipótese de investigação pretende-se conhecer a relação dos fatores externos aos consumidores identificados pelos inquiridos e o nível de sobre-endividamento. Neste sentido,

efetuou-se o cruzamento entre as respostas obtidas das duas variáveis. De acordo com a Tabela 13, verificamos que o desemprego sem subsídio é a principal razão para o não pagamento ou para a existência de dificuldades no cumprimento das responsabilidades de crédito, uma vez que mais de metade dos inquiridos referiu este motivo. Para além deste, destaca-se também os atrasos no pagamento dos salários pela entidade patronal com mais de 30% dos inquiridos a justificar as suas dificuldades com créditos através destes. No entanto, para verificar a associação entre o sobre-endividamento e os fatores externos ao consumidor foi calculada a medida de associação *Eta*. Esta medida de associação varia entre 0 e 1, onde 0 indica que não existe nenhuma associação entre as variáveis e 1 indica uma forte associação entre as variáveis. É usual classificar-se a intensidade da associação segundo a escala: 0 a 0,2 relação muito fraca; 0,2 a 0,4 relação fraca; 0,4 a 0,7 relação moderada; 0,7 a 0,9 relação forte; 0,9 a 1 relação muito forte (Laureano & Botelho, 2017). Neste sentido, verifica-se que apenas o desemprego, sem direito a subsídio, apresenta uma associação moderada com o sobre-endividamento. Verifica-se também que as variáveis: atrasos no pagamento do salário pela entidade patronal, aumento das despesas com a saúde e penhora/ação de execução apresentam uma relação fraca com o sobre-endividamento e as restantes variáveis apresentam uma relação muito franca com este. Em suma, verifica-se que os fatores externos aos consumidores têm uma grande influência no sobre-endividamento, com destaque para o desemprego sem direito a subsídio.

**Tabela 13.** Fatores externos aos consumidores associados ao sobre-endividamento.

		Grau de Sobre-endividamento				Total	Medida de Associação (Eta)	
		DP	DC	CE	SE			
Motivos do sobre-endividamento: Fatores externos aos consumidores	Desemprego, com direito a subsídio	n	1	1	0	0	2	0,085
		% do Total	1,6%	1,6%	0,0%	0,0%	3,2%	
	Desemprego, sem direito a subsídio	n	20	3	5	5	33	0,546
		% do Total	31,7%	4,8%	7,9%	7,9%	52,4%	
	Redução no salário devido à degradação das condições laborais	n	8	1	0	1	10	0,174
		% do Total	12,7%	1,6%	0,0%	1,6%	15,9%	
	Atrasos no pagamento do salário pela entidade patronal	n	19	3	0	1	23	0,229
		% do Total	30,2%	4,8%	0,0%	1,6%	36,5%	
	Aumento das despesas com a saúde	n	4	1	1	2	8	0,297
		% do Total	6,3%	1,6%	1,6%	3,2%	12,7%	
	Apoio a familiares que o impeçam de trabalhar definitivamente	n	1	0	0	0	1	0,026
		% do Total	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	
	Reforma antecipada	n	2	0	0	1	3	0,164
		% do Total	3,2%	0,0%	0,0%	1,6%	4,8%	
Alteração no agregado familiar	n	2	1	0	0	3	0,085	
	% do Total	3,2%	1,6%	0,0%	0,0%	4,8%		
Divórcio/separação	n	1	1	1	0	3	0,164	
	% do Total	1,6%	1,6%	1,6%	0,0%	4,8%		
Negócio malsucedido	n	7	1	0	0	8	0,101	
	% do Total	11,1%	1,6%	0,0%	0,0%	12,7%		
Penhora/ Ação de Execução	n	0	2	1	1	4	0,292	
	% do Total	0,0%	3,2%	1,6%	1,6%	6,3%		
Instabilidade financeira - aumento dos custos de crédito	n	3	1	1	0	5	0,152	
	% do Total	4,8%	1,6%	1,6%	0,0%	7,9%		
<b>Total</b>	n	41	9	7	6	63		
	% do Total	65,1%	14,3%	11,1%	9,5%	100,0%		

Nota: **DP:** Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades pontuais; **DC:** Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades constantes; **CE:** Estamos atrasados em algumas contas e/ou obrigações com créditos; **SE:** Estamos a ter sérias dificuldades no pagamento das nossas contas e obrigações com créditos; **n:** contagem.

Fonte: Elaboração própria.

#### **HE7: O sobre-endividamento das famílias está relacionado com desvios cognitivos dos consumidores.**

De acordo com a Tabela 14, podemos verificar que são vários os desvios cognitivos dos consumidores que motivam situações de sobre-endividamento, com especial destaque para a má gestão financeira. No entanto, as medidas de associação *Eta* indicam que a associação entre o sobre-endividamento e os desvios cognitivos dos consumidores são, em todos eles, muito fracas.

**Tabela 14.** Desvios cognitivos dos consumidores associados ao sobre-endividamento.

Motivos do sobre-endividamento:		Grau de Sobre-endividamento			Total	Medida de Associação ( <i>Eta</i> )	
		DP	DC	CE			
<b>Desvios cognitivos dos consumidores</b>	Falta de autocontrolo no consumo	N	5	1	0	6	0,094
		% do Total	41,7%	8,3%	0,0%	50,0%	
	Má gestão financeira	N	6	1	1	8	0,150
		% do Total	50,0%	8,3%	8,3%	66,7%	
	Elevado índice de confiança para com os rendimentos futuros	N	1	0	0	1	0,026
		% do Total	8,3%	0,0%	0,0%	8,3%	
<b>Total</b>		N	9	2	1	12	
		% do Total	75,0%	16,7%	8,3%	100,0%	

Nota: **DP:** Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades pontuais; **DC:** Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades constantes; **CE:** Estamos atrasados em algumas contas e/ou obrigações com créditos; **n:** contagem.

Fonte: Elaboração própria.

### HE8: O sobre-endividamento das famílias está relacionado com a influência dos credores.

Como podemos observar através da Tabela 15, a influência dos credores está presente nos fatores associados a situações de sobre-endividamento. No entanto, a medida de associação, *Eta*, indica uma associação muito fraca.

**Tabela 15.** Influência dos credores associada ao sobre-endividamento.

Motivos do sobre-endividamento:			Grau de Sobre-endividamento	Total	Medida de Associação ( <i>Eta</i> )
			DP		
<b>Influência dos credores</b>	Falta de informação/transparência nos contratos de créditos	n	3	3	0,046
		% do Total	100,0%	100,0%	
<b>Total</b>		n	3	3	
		% do Total	100,0%	100,0%	

Nota: **DP:** Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades pontuais; **n:** contagem.

Fonte: Elaboração própria.

### HI: Existe relação entre o abandono escolar e o sobre-endividamento das famílias.

Para verificar esta hipótese utilizou-se o teste paramétrico *t-Student* que permite analisar se existem diferenças entre as médias de duas amostras independentes, ou seja, testa se as médias de uma variável quantitativa em dois grupos independentes são ou não significativamente diferentes, para um nível de significância de 0,05 (Marôco, Análise Estatística com o SPSS Statistics, 2018). Deste modo, pretende-se testar se a média do sobre-endividamento dos indivíduos que já abandonaram

os estudos pelo menos uma vez é diferente da média do sobre-endividamento dos indivíduos que nunca abandonaram os estudos.

Antes de efetuar o teste *t-Student*, confirmou-se, primeiramente, que a dimensão por amostra independente é igual ou superior a 30 observações e garantiu-se a homogeneidade das variâncias, através do teste de *Levene*, em razão do tamanho da amostra ser diferente nos dois grupos<sup>3</sup>. Como o valor de prova do teste de *Levene* ( $p\text{-value} = 0,792$ ) é superior a 5%, não rejeitamos  $H_0$ , pelo que não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que as duas variáveis são significativamente diferentes, para um nível de significância de 5%. Pode-se então constatar que as variâncias estimadas a partir das duas amostras são homogêneas. Neste contexto, a estatística de teste a utilizar para o teste *t-Student* é a que assume as variâncias iguais.

Verificadas estas condições, procedeu ao teste *t-Student* (Tabela 16), onde se obteve um  $p\text{-value}$  de 0,877, superior a 5%, o que significa que não rejeitamos  $H_0$ . Conclui-se, assim, que não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que as médias dos dois grupos<sup>3</sup> são diferentes, o que significa que não existe qualquer relação estatística entre o abandono escolar e o sobre-endividamento das famílias da comunidade estudantil do IPB.

**Tabela 16.** Abandono escolar consoante sobre-endividamento das famílias.

Alguma vez abandonou os estudos?	Sobre-endividamento das famílias		
	Média	Desvio Padrão	<i>p</i>
Sim	2,58	1,27	0,877
Não	2,62	1,24	

Fonte: Elaboração própria.

---

<sup>3</sup> Os dois grupos estudados nesta hipótese de investigação são referentes ao grupo dos estudantes que já abandonaram os seus estudos e aqueles que nunca abandonaram, consoante o sobre-endividamento dos agregados familiares.

## Conclusões, Limitações e Linhas de Investigação Futuras

O sobre-endividamento é um fenómeno seriamente complexo e multifacetado, causado e agravado por uma combinação de fatores económicos, institucionais, individuais, culturais (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013), sociodemográficos, fatores inerentes ao crédito e choques externos (Monteiro, 2015).

Os vários estudos realizados têm demonstrado que a simplificação da normalização do mercado de crédito, nomeadamente pela acentuada descida das taxas de juro e pela facilidade no acesso ao crédito (Morais, 2013; Monteiro, 2015), tornou-se numa alavanca para o aumento do endividamento das famílias portuguesas (Morais, 2013). Além disso, os desvios cognitivos dos consumidores (má gestão financeira, falta de autocontrolo, excesso de otimismo, estatuto social, consumismo, entre outros) e os fatores externos como a vulnerabilidade profissional e choques negativos (doença, desemprego, alteração no agregado familiar, incapacidade para o trabalho, penhoras, etc.) são fatores que fragilizam a capacidade financeira das famílias e que podem dar origem a situações de sobre-endividamento. Para além destes, o elevado número de processos de sobre-endividamento está associado, também, à baixa literacia financeira e ao reduzido nível de poupanças (Morais, 2013; Monteiro, 2015; Ferreira, 2016). Este fenómeno, para além das implicações na saúde financeira dos agregados familiares acarreta também consequências de carácter pessoal, social e profissional como é o caso da reduzida produtividade no trabalho, exclusão financeira, sanções por falta de pagamento, dificuldades de relacionamento e desagregação, deterioração da saúde e bem-estar, exclusão social, estigma social e padrão de vida reduzido e privação (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013; Monteiro, 2015).

Este fenómeno tem-se tornado cada vez mais uma questão social grave atingindo, ao longo das últimas décadas, milhões de famílias em todo o mundo (Monteiro, 2015).

Para além do sobre-endividamento, o abandono escolar é também uma temática de extrema importância uma vez que constitui uma grande preocupação nos sistemas educativos do país, isto porque, a percentagem de abandono no ensino superior tem assumido valores bastante alarmantes. Este produz consequências negativas na vida dos estudantes uma vez que, estes apresentam maiores dificuldades no mercado de trabalho tendo de se sujeitar a trabalhos mais precários e mal remunerados, o que acarreta uma maior probabilidade de desemprego, fracasso socioeconómico e ainda uma reduzida participação em atividades culturais, políticas e sociais, ou seja, o abandono do ensino superior implica uma maior probabilidade de pobreza e exclusão social. (Comissão Europeia/EACEA/Eurydice/Cedefop, 2015; Ferreira, et al., 2018). A nível social, o abandono escolar no ensino superior significa um número limitado de profissionais qualificados colocando em risco a competitividade do país. Desta forma, torna-se necessária a intervenção das IES e dos organismos

de poder político para discutir estratégias com o objetivo de impedir este abandono (Silva, Cabreira, Bessa, & Cravino, 2017).

Este trabalho destinou-se, assim, a estudar os fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias tendo por base a população estudantil do IPB e, conseqüentemente, analisar se este sobre-endividamento é uma possível causa para o abandono escolar destes. Para esta análise, utilizou-se como método de recolha de dados o inquérito por questionário tendo como população-alvo os estudantes do IPB matriculados no ano letivo 2019/2020. Deste inquérito resultaram 281 inquéritos válidos.

Relativamente à caracterização pessoal da amostra, verifica-se que é maioritariamente feminina (70,8%), de nacionalidade portuguesa (71,2%) e com uma média etária de 24 anos.

Em relação à caracterização académica da amostra, a maior parte dos estudantes inquiridos frequentam a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (55,9%), estão matriculados em licenciaturas (68,7%) e encontram-se no segundo ano do seu ciclo de estudos (35,6%). Relativamente às habilitações literárias do agregado familiar, verifica-se que a moda no(a) próprio(a), na Mãe e no(a) Cônjuge é o ensino secundário - 12.º ano de escolaridade, no Pai é o ensino básico 2.º ciclo - 6.º ano de escolaridade e no Outro é a Ensino Superior – Licenciatura. Relativamente à situação profissional do agregado familiar, como era expectável, a grande maioria dos inquiridos é estudante (75,1%) ou trabalhador-estudante (22,8%). Os elementos Pai, Mãe e Cônjuge são maioritariamente trabalhadores por conta de outrem e finalmente o elemento “Outro” é essencialmente estudante (43,1%) ou trabalhador por conta de outrem (24,1%). A dimensão dos agregados familiares dos inquiridos mais frequente é de 4 elementos (37,7%). Verificou-se, também, que 84,7% dos agregados familiares da amostra dispõem de um rendimento médio mensal de até 2.000 euros, o que significa que apenas cerca de 15% tem rendimento superior a 2.000 euros.

Relativamente às atitudes e comportamentos financeiros dos agregados familiares, quando questionados sobre o excedente do rendimento mensal do agregado familiar, verificou-se que quase metade dos inquiridos (46,7%) nunca ou raramente consegue destinar qualquer rendimento para poupanças. Quando chamados a debruçar-se sobre o equilíbrio entre gastos e rendimentos do agregado familiar, verificou-se que mais de metade dos inquiridos (56,2%) referem que os gastos são iguais ou superiores aos rendimentos. De acordo com estas duas variáveis pode-se afirmar que grande parte dos agregados familiares dos inquiridos pode estar em risco de sobre-endividamento uma vez que as poupanças são escassas ou nulas e os gastos são muitas vezes superiores aos rendimentos. Deste modo, as famílias poderão ter dificuldades financeiras se a conjuntura económica piorar pois poderão surgir constrangimentos negativos que não dependem dos consumidores (doenças, desemprego, alteração do agregado familiar, redução no salário, entre outros) que poderão agravar a situação financeira destas e levá-las ao incumprimento. Tal indicia que a maioria das famílias vivem acima das suas possibilidades, com recurso ao endividamento. No entanto, verifica-se que a frequência com que os agregados familiares dos inquiridos recorrem a créditos é baixa (48,8% ‘nunca’ e 34,5% ‘raramente’), com um número de créditos médio superior a 1 (1,55). As causas demonstradas para a contração de créditos prendem-se essencialmente no

acesso a bens essenciais (36,1%), manutenção/melhora do estilo de vida (26,7%) e dificuldades financeiras (23,6%).

Na temática do ingresso no ensino superior, um quarto dos inquiridos (25%) referiu que se candidatou ao ensino superior para prosseguir os estudos em assuntos do seu interesse e gosto. Neste sentido, na sua permanência no ensino superior, três quartos da amostra dependem financeiramente dos pais e na sua maioria são estudantes sem bolsa. Verificou-se, também, um elevado nível de incumprimentos no prazo das propinas (45,9%) onde 60,5% não tinham capacidade financeira para pagar as propinas no prazo estipulado. Neste contexto, verificou-se que 34,1% dos estudantes que não tinham capacidade financeira para o pagamento das propinas no prazo estipulado apresentavam um rendimento familiar inferior a mil euros. Verifica-se ainda que 60% dos inquiridos indicam um gasto mensal de despesas com os estudos superior a 300 euros, onde se destacam como principais gastos, o alojamento e as propinas. Relativamente ao abandono escolar averiguou-se que 15% dos inquiridos já abandonou os estudos pelo menos uma vez, tendo sido principalmente por motivos académicos e profissionais.

Relativamente às hipóteses de investigação, constatou-se que não existe qualquer relação entre o sobre-endividamento e a literacia financeira do estudante uma vez que relativamente ao grau de sobre-endividamento, 67,3% agrupam-se no patamar “Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, sem dificuldades” e em “Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades pontuais” e os conhecimentos de literacia financeira também se compilaram maioritariamente (59%) como razoáveis. No entanto, verificou-se que existe uma correlação negativa entre o grau de sobre-endividamento e o nível de poupanças assim como acontecesse com o nível de confiança dos rendimentos futuros e o estatuto social percecionado, isto significa que se o valor destas variáveis aumentar, o sobre-endividamento diminui. O mesmo não acontece entre o sobre-endividamento e o número de créditos ativos, uma vez que existe uma correlação positiva entre as variáveis, isto é, quando o número de créditos ativos aumenta, o grau de sobre-endividamento também aumenta. Como é expectável, quanto mais créditos forem contraídos e de níveis mais altos, maior será o risco enfrentado pelas famílias (Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium, 2013).

De acordo com as respostas ao inquérito, os fatores assinalados como a(s) razão(ões) de estar com dificuldades em dar cumprimento ao pagamento das contas e obrigações com créditos são essencialmente fatores externos aos consumidores com destaque para o desemprego, sem direito a subsídio. Por fim, constatou-se que não existem evidências estatísticas suficientes para afirmar que existe uma relação entre o sobre-endividamento e o abandono escolar na comunidade estudantil do IPB.

Assim, relativamente à validação das hipóteses, não foram rejeitadas as hipóteses HE2, HE3 HE4, HE5, HE6, HE7 e HE8 relativas à relação entre o sobre-endividamento e as variáveis: nível de poupanças, nível de confiança nos rendimentos futuros, estatuto social percecionado, número de créditos ativos, fatores externos aos consumidores, desvios cognitivos dos consumidores e influência dos credores. Contudo, uma vez que não existem evidências estatística suficientes, não

foi possível validar as hipóteses HE1 (relação entre o grau de endividamento e a literacia financeira) e HI (relação entre o abandono escolar e o grau de endividamento).

Em conclusão, os resultados alcançados com os testes de hipóteses permitiram apurar que, na generalidade, confirma-se o que inicialmente foi referenciado no enquadramento teórico, de acordo com os estudos anteriormente realizados por diversos autores no mesmo campo de investigação.

Uma das limitações do trabalho está assente no método de recolha de informação em três perspetivas diferentes: primeira, devido à pandemia do COVID-19 não foi possível administrar os inquéritos em sala de aula, como inicialmente planeado, para assim ter um maior número de respostas; segunda, pela falta de adesão por parte da comunidade estudantil do IPB, não tendo obtido o número de respostas desejado e a terceira prende-se ao facto de não saber se os estudantes responderam com fiabilidade ao questionário. Contudo, e de acordo com as circunstâncias, foi o método possível para obter a informação e conseguir avançar com o estudo. A medição da variável de literacia financeira também se mostrou limitativa na medida que não se tem uma métrica direta do nível de literacia financeira dos decisores que condicionarão o endividamento do agregado familiar e assim poder aferir de modo mais direto sobre a relação entre este fator e o sobre-endividamento.

Como linhas de investigação futuras sugere-se alargar o estudo a outras instituições de ensino superior para verificar se nas restantes instituições as conclusões retiradas são semelhantes. Sugere-se também a aplicação deste estudo a amostras de maior escala. Para além disto, especificamente no contexto da literacia financeira, sugere-se um questionário dirigido ao(s) decisor(es) do agregado familiar na matéria de contratação de créditos para obter uma relação mais direta entre as variáveis de literacia financeira e o sobre-endividamento.

## Referências

- A3ES. (2016). *AINST/16/00009 - Relatório final da CAE*.
- Alves, C. (5 de fevereiro de 2020). Meio milhar de alunos do IPB envolvidos em projectos de cocriação com empresas. *Jornal Nordeste*. Obtido de *Jornal Nordeste*: <https://www.jornalnordeste.com/noticia/meio-milhar-de-alunos-do-ipb-envolvidos-em-projectos-de-cocriacao-com-empresas>
- Anderloni, L., & Vandone, D. (2011). Risk of over-indebtedness and behavioural factors. Em C. Lucarelli, & G. Brighetti (Edits.), *Risk Tolerance in Financial Decision Making* (pp. 113-132). London: Palgrave Macmillan.
- Araújo, T. D. (2018). *O Abandono Escolar no Ensino Superior – Trajetos e Projetos. Uma Análise Sociológica*. (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal).
- Astin, A. (1985). *What matters in college*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Augusto, M. F. (2016). *A Educação Financeira e o Sobre-endividamento*. (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, Portugal).
- Banco de Portugal. (2012). *Boletim Estatístico - dezembro 2012*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez12.pdf>
- Banco de Portugal. (2013). *Boletim Estatístico - dezembro 2013*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez13.pdf>
- Banco de Portugal. (2014). *Boletim Estatístico - dezembro 2014*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez14.pdf>
- Banco de Portugal. (2015). *Boletim Estatístico - dezembro 2015*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez15.pdf>
- Banco de Portugal. (2016). *Boletim Estatístico - dezembro 2016*. Obtido de [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez16\\_1.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez16_1.pdf)
- Banco de Portugal. (2017). *Boletim Estatístico - dezembro 2017*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez17.pdf>
- Banco de Portugal. (2018). *Boletim Estatístico - dezembro 2018*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bedez18.pdf>
- Banco de Portugal. (2019a). *Relatório de estabilidade financeira - dezembro de 2019*.
- Banco de Portugal. (2019b). *Boletim Estatístico - outubro 2019*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/beout19.pdf>

- Banco de Portugal. (2019c). *Rede de apoio ao consumidor endividado*. Obtido de Portal do Cliente Bancário: <https://clientebancario.bportugal.pt/pt-pt/rede-de-apoio-ao-consumidor-endividado>
- Barbosa, M. (2020). Estudantes pediram 8,6 milhões de euros aos bancos. Maioria dos empréstimos foi para pagar licenciatura. *Observador*. Obtido de <https://observador.pt/2020/04/24/estudantes-pediram-86-milhoes-de-euros-aos-bancos-maioria-dos-emprestimos-foi-para-pagar-licenciatura/>
- Bean, J., & Eaton, S. B. (2001). The psychology underlying successful retention practices. *Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*, 3(1), 73-89.
- Benavente, A. (1990). Insucesso escolar no contexto português - abordagens, concepções e políticas. *Análise Social*, 25(108/109), 715-733.
- Betti, G., Dourmashkin, N., Rossi, M. C., Verma, V., & Yin, Y. (2001). *Study of the problem of Consumer Indebtedness: Statistical Aspects*. United Kingdom: ORC Macro.
- Bikhchandani, S., Hirschleifer, D., & Welch, I. (1992). A Theory of Fads , Fashion , Custom , and Cultural Change as Informational Cascades. *Journal of Political Economy*, 100(5), 992-1026.
- Braucher, J. (2006). Theories of Overindebtedness: Interaction of Structure and Culture. *Theoretical Inquiries in Law*, 7(2), 323-346. doi:10.2202/1565-3404.1128
- Cabrito, B. G. (2001). Universidade e reprodução social. *Revista de Educação*, 10(2), 25-37.
- Carmo, R. M., Cantante, F., & Baptista, I. (2010). Análise de indicadores (Portugal e comparação europeia). Em R. M. Carmo, *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores* (pp. 5-97). Lisboa: Mundos Sociais.
- Casanova, J. R. (2018). Abandono no Ensino Superior: Modelos Teóricos, Evidências Empíricas e Medidas de Intervenção. *Revista Educação: Teórica e Prática*, 28(27), 5-22.
- Civic Consulting of the Consumer Policy Evaluation Consortium. (2013). The over-indebtedness of European households: updated mapping of the situation, nature and causes, effects and initiatives for alleviating its impact. *Directorate General Health and Consumers (DG SANCO) of the European Commission*. Obtido de [www.civic-consulting.de](http://www.civic-consulting.de)
- Comissão Europeia/EACEA/Eurydice/Cedefop. (2015). Documento Síntese Eurydice. *Combate ao Abandono Precoce na Educação e Formação na Europa*. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia.
- Conselho Nacional de Educação. (2015). *Acesso ao Ensino Superior: Desafios para o Século XXI*.
- Conselho Nacional de Educação. (março de 2017). Parecer: Acesso ao Ensino Superior.
- Contini, D., & Salza, G. (2020). Too few university graduates. Inclusiveness and effectiveness of the Italian higher education system. *Socio-Economic Planning Sciences*, 100803. Obtido de <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S003801211930240X>

- Cunha, S., & Carrilho, D. (2005). O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento académico. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(2), 215-224.
- DECO. (15 de julho de 2019). *Sobre o GAS*. Obtido de GAS DECO: <https://gasdeco.net/literacia-financieira/sobre-o-gasdeco/>
- DECO Proteste. (20 de fevereiro de 2019). *Como travar o sobre-endividamento com a DECO*. Obtido em outubro de 2019, de <https://www.deco.proteste.pt/familia-consumo/orcamento-familiar/dossies/como-travar-o-sobre-endividamento-com-a-deco#>
- Diário de Trás-os-Montes. (5 de outubro de 2019). *Politécnico de Bragança conta com 9.000 alunos, marca histórica*. Obtido de Diário de Trás-os-Montes: <https://www.diariodetrasosmontes.com/noticia/politecnico-de-braganca-conta-com-9000-alunos-marca-historica>
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (março de 2018). *Percursos no ensino superior: Situação após quatro anos dos alunos inscritos em licenciaturas de três anos*. Obtido em outubro de 2019, de [http://www.dgeec.mec.pt/np4/414/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=902&fileName=DGEEC\\_SituacaoApos4AnosLicenciaturas.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/414/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=902&fileName=DGEEC_SituacaoApos4AnosLicenciaturas.pdf)
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (2019a). *Situação após 1 ano dos novos inscritos (2013/14 – 2017/18)*.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. (junho de 2019b). *Desemprego dos diplomados*. Obtido de DGEEC: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/92/>
- Dwyer, R. E., McCloud, L., & Hodson, R. (2011). Youth debt, mastery, and self-esteem: Class-stratified effects of indebtedness on self-concept. *Social Science Research*, 40(3), 727-741. doi:<http://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2011.02.001>
- Em Portugal. (5 de fevereiro de 2018). *Crise financeira em Portugal, 2010–2014*. Obtido de Em Portugal: [https://viveremporportugalvivo.blogspot.com/2018/02/crise-financieira-em-portugal-20102014\\_5.html](https://viveremporportugalvivo.blogspot.com/2018/02/crise-financieira-em-portugal-20102014_5.html)
- Enguita, M. F. (2007). *Educação e transformação social*. Edições Pedagogo.
- European Commission. (2008). *Towards a Common Operational European Definition of Over-Indebtedness*. Directorate-General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities, European Commission, Brussels. .
- Ferreira, E. J. (2016). *Sobre-endividamento e Estatuto Social Percecionado*. (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal).
- Ferreira, F., & Fernandes, P. (2015). Fatores que influenciam o abandono no ensino superior e iniciativas para a sua prevenção: O olhar de estudantes. *Educação, Sociedade & Culturas*(45), 177-197.
- Ferreira, M., Duarte, J., Cardoso, A. P., Cabral, L., Guiné, R., Campos, S., & Alves, C. (2018). Competências emocionais e prevenção do abandono nos estudantes do ensino superior

- politécnico. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, Especial 6*, pp. 17-24. doi:<https://doi.org/10.19131/rpesm.0208>
- Frade, C. (2013). Sobreendividamento e soluções extrajudiciais: a mediação de dívidas. *I Congresso De Direito Da Insolvência* (pp. 9-28). Coimbra: Almedina.
- Frazão, L. D. (2011). *As intenções empreendedoras como preditores das intenções de abandono académico: um estudo exploratório*. (Tese de doutoramento, Universidade de Évora, Évora, Portugal).
- Gabinete de Proteção Financeira da DECO. (10 de janeiro de 2014). *Boletim Estatístico Anual 2013*. Obtido de [http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2014/01/Boletim-ANUAL-2013\\_Final.pdf](http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2014/01/Boletim-ANUAL-2013_Final.pdf)
- Gabinete de Proteção Financeira da DECO. (3 de fevereiro de 2015). *Boletim Estatístico- Dezembro 2014*. Obtido de <http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2015/02/GAS-boletim-anual-2014.pdf>
- Gabinete de Proteção Financeira da DECO. (26 de janeiro de 2016). *Boletim Estatístico Anual 2015*. Obtido de [http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2016/01/Boletim-ANUAL-GAS\\_2015.pdf](http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2016/01/Boletim-ANUAL-GAS_2015.pdf)
- Gabinete de Proteção Financeira da DECO. (24 de janeiro de 2017). *Boletim Estatístico do GAS – 2016*. Obtido de <http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2017/01/Boletim-Estatistico-Ano-2016.pdf>
- Gabinete de Proteção Financeira da DECO. (28 de fevereiro de 2018). *Boletim Estatístico do GAS – 2017*. Obtido de <https://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2018/02/Dados-2017.pdf>
- Gabinete de Proteção Financeira da DECO. (20 de fevereiro de 2019). *Boletim Estatístico 2018*. Obtido de <https://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2019/02/Boletim-Estatistico-GPF-DECO-2018.pdf>
- Gabinete de Proteção Financeira da DECO. (29 de janeiro de 2020). *Boletim Estatístico 2019*. Obtido de <https://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2020/01/Boletim-Estatistico-GPFDECO-2019.pdf>
- Hauschildt, K., Vögtle, E. M., & Gwosc, C. (2018). EUROSTUDENT VI. Overview and Selected Findings: Social and Economic Conditions of Student Life in Europe. *German Centre for Higher Education Research and Science Studies (DZHW)*. doi:10.9278/104-274w
- Illich, I. (1985). *Sociedade sem escolas* (7ª ed.). Petrópolis, Vozes.
- Instituto Nacional de Estatística. (28 de novembro de 2019). *Indicador de confiança dos Consumidores aumenta e indicador de clima económico estabiliza - Novembro de 2019*.
- Instituto Nacional de Estatística. (6 de fevereiro de 2020). *Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 2011 - %)*. Obtido de Instituto Nacional de Estatística:

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0006268&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=PT](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006268&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=PT)

- Instituto Politécnico de Bragança. (6 de julho de 2010). *IPB aposta no regime pós-laboral*. Obtido de Recortes IPB: <http://recortesipb.blogspot.com/2010/07/ipb-aposta-no-regime-pos-laboral.html>
- Instituto Politécnico de Bragança. (2019a). *Descrição Geral*. Obtido de Instituto Politécnico de Bragança: <http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/guiaects/instituto-politecnico-de-braganca>
- Instituto Politécnico de Bragança. (2019b). Obtido de Portal do Candidato: <http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/portalcandidato/inicio>
- Instituto Politécnico de Bragança. (2019c). *Quem Somos*. Obtido em 12 de outubro de 2019, de IPB - Home: <http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/ipb/quem-somos>
- Instituto Politécnico de Bragança. (2019d). *Estudar no IPB*. Obtido de Instituto Politécnico de Bragança: <http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/ipb/estudar-no-ipb>
- Instituto Politécnico de Bragança. (2019e). *Bolsas de Colaboração*. Obtido de Serviços Académicos: <http://portal3.ipb.pt/index.php/pt/sa/bolsas-de-colaboracao>
- Kish, A. (2006). Perspectives on Recent Trends in Consumer Debt. *Federal Reserve Bank of Philadelphia*. Philadelphia, PA.
- Lahire, B. (2004). *Sucesso escolar nos meios populares. As razões do improvável*. São Paulo: Ática.
- Laureano, R. M., & Botelho, M. d. (2017). *IBM SPSS Statistics - O Meu Manual de Consulta Rápida*. (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Marôco, J. (2007). *Análise estatística: com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sábado.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (5ª ed.). Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. (7ª ed.). ReportNumber, Lda.
- Marques, M. M., & Frade, C. (2000). O endividamento dos consumidores em Portugal: questões principais. *Notas Económicas*(14), pp. 13-25.
- Marques, M. M., Neves, V., Frade, C., Lobo, F., Pinto, P., & Cruz, C. (2000). *O Endividamento dos Consumidores*. Coimbra: Almedina.
- Martins, A. F. (2016). *Pelas encruzilhadas da parentalidade: crianças e jovens de risco, famílias*. (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal).
- Mónica, M. F. (1981). *Escola e classes sociais: introdução a uma problemática da sociologia da educação*. Lisboa: Presença.
- Monteiro, A. M. (2010). *O endividamento, relativo à habitação, das famílias residentes num bairro social, em Lisboa*. (Dissertação de mestrado, Instituto Univesitário de Lisboa, Lisboa, Portugal).

- Monteiro, C. M. (2015). *Sobre-endividamento das famílias portuguesas*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal).
- Morais, L. F. (2013). *Determinantes e efeitos do endividamento das famílias em Portugal*. (Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, Portugal).
- Movimento Associativo Estudantil. (2016). *Combate ao abandono escolar - O guia de boas práticas no ensino superior*. Obtido de [https://www.fap.pt/sites/default/files/u29/livro-dia-do-estudante\\_-v05-\\_.pdf](https://www.fap.pt/sites/default/files/u29/livro-dia-do-estudante_-v05-_.pdf)
- Nofsinger, J. R. (2012). Household behavior and boom/bust cycles. *Journal of Financial Stability*, 8(3), 161-173.
- Observatório do Endividamento dos Consumidores. (2002). Endividamento e Sobreendividamento das famílias, conceitos e estatísticas para a sua avaliação. *Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*.
- OCDE. (2018). *Education at a Glance 2018: OECD Indicators*. OECD Publishing, Paris. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1787/eag-2018-en>
- OCDE. (2020). Household debt (indicator). doi:10.1787/f03b6469-en
- Pedro, R. M. (2008). *O Estado Novo e a Ação Social no Ensino Superior*. (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal).
- PORDATA. (1 de outubro de 2019). *Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>
- PORDATA. (14 de fevereiro de 2020). *Taxa de poupança das famílias*. Obtido de PORDATA: <https://www.pordata.pt/Europa/Taxa+de+poupança+das+famílias-2692>
- Prim, A. L., & Fávero, J. D. (2013). Motivos da evasão escolar nos cursos de ensino superior de uma faculdade na cidade de Blumenau. *Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial*, 53-72.
- Quinn, J. (2013). Drop-out and completion in higher education in Europe among students from under-represented groups. *An independent report authored for the European Commission. NESET: European Commission*.
- Rádio Brigantia. (15 de março de 2018). *Demola North Portugal partilha soluções com empresas*. Obtido de Rádio Brigantia: <http://www.brigantia.pt/noticia/demola-north-portugal-partilha-solucoes-com-empresas>
- Raijas, A., Lehtinen, A.-R., & Leskinen, J. (setembro de 2010). Over-Indebtedness in the Finnish Consumer Society. *Journal of Consumer Policy*, 33(3), 209-223. doi:10.1007/s10603-010-9131-8
- Razouki, A., Rafouk, L., Bouab, W., Hariri, K., Alagui, A., & Nafis, A. (2019). University Dropouts and Disparities: What's the Relationship? *Romanian Journal for Multidimensional Education /*

- Revista Romaneasca Pentru Educatie Multidimensionala*, 11(1), 163-176. Obtido de <https://doi.org/10.18662/rrem/103>
- Reis, R. (18 de junho de 2019). *Aumenta a confiança e o consumo em Portugal*. Obtido de Marketeer: <https://marketeer.sapo.pt/aumenta-a-confianca-e-o-consumo-em-portugal/>
- Ribeiro, F. B., Cravino, J. P., Sacramento, O., Escola, J., Justino, E., Borges, D., . . . Silva, C. C. (outubro de 2014). *Abandono Escolar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro — Estudo Exploratório*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Rosa, M. J., & Chitas, P. (2016). *Portugal: os números*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santos, A. C., Costa, V., & Teles, N. (2013). A economia política do consumo e do crédito às famílias: Um contributo interdisciplinar. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(101), 9-38. Obtido de <https://journals.openedition.org/rccs/5338>
- Serviços Académicos do IPB. (junho de 2020).
- Silva, A. P., Cabreira, C., Bessa, F., & Cravino, J. P. (2017). *Abandono escolar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – 2015/2016*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Silva, N. H. (2015). *O Abandono no Ensino Superior: um estudo exploratório*. (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga, Portugal).
- Soares, A. P., Almeida, L. S., Diniz, A. M., & Guisande, M. A. (2006). Modelo multidimensional de ajustamento de jovens ao contexto universitário (MMAU): Estudo com estudantes de ciências e tecnologias versus ciências sociais e humanas. *Análise Psicológica*, 24(1).
- Stöer, S. (1986). *Educação e mudança social em Portugal: 1970-1980, uma década de transição* (Vol. 2). Porto: Edições Afrontamento.
- Sul Informação. (14 de setembro de 2018). *UALg e Politécnico de Bragança assinaram acordo de cooperação*. Obtido de Sul Informação: <https://www.sulinformacao.pt/2018/09/ualg-e-politecnico-de-braganca-assinaram-acordo-de-cooperacao/>
- Tinto, V. (1975). Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. *Review of Educational Research*, 45, 89-125.
- Vasconcelos, M. d. (2013). *Abandono e Absentismo Escolar no Concelho de Ponta Delgada*. (Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal).
- Vicente, P. (2012). *Estudos de Mercado e de Opinião - Princípios e Aplicações de Amostragem*. (1ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Wintre, M. G., & Sugar, L. A. (2000). Relationships with parents, personality, and the university transition. *Journal of College Student Development*, 41(2), 202-214.

## Apêndice

**Tabela A1.** Identificação dos motivos comunicados pelos estudantes de acordo com o grupo associado.

<b>Grupo associado</b>	<b>Motivos comunicados pelos estudantes</b>
<b>Acadêmicos</b>	Mudança de par instituição/curso por insatisfação
	Mudança de par instituição/curso por inadaptação
<b>Financeiros</b>	Incapacidade económica para suportar as despesas dos estudos
<b>Pessoais</b>	Falta de motivação/vocação
	Apoio a familiares
	Não conseguiu encontrar casa
	Pessoais (não especificou)
<b>Profissionais</b>	Incompatibilidade profissional
	Ingresso no mercado de trabalho
<b>Saúde</b>	Saúde
	Falecimento do próprio
<b>Sem motivo</b>	Não justificou o motivo da anulação da matrícula

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela A2.** Composição do agregado familiar da amostra.

<b>Variável</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>% acumulada</b>
O(a) próprio(a), Pai, Mãe, Irmão(s)/Irmã(s)	113	40,2	40,2
O(a) próprio(a), Pai, Mãe	59	21	61,2
O(a) próprio(a)	23	8,2	69,4
O(a) próprio(a), Mãe	15	5,3	74,7
O(a) próprio(a), Mãe, Irmão(s)/Irmã(s)	14	5	79,7
O(a) próprio(a), Cônjuge	12	4,3	84
O(a) próprio(a), Cônjuge, Filho(s)/Filha(s)	11	3,9	87,9
O(a) próprio(a), Irmão(s)/Irmã(s)	4	1,4	89,3
O(a) próprio(a), Mãe, Irmão(s)/Irmã(s), Padrasto	4	1,4	90,7
O(a) próprio(a), Pai	4	1,4	92,1
O(a) próprio(a), Pai, Mãe, Avó(s)	3	1,1	93,2
O(a) próprio(a), Mãe, Avó(s)	2	0,7	93,9
O(a) próprio(a), Pai, Mãe, Avô(s), Avó(s)	2	0,7	94,6
O(a) próprio(a), Avô(s), Avó(s)	1	0,4	95
O(a) próprio(a), Irmão(s)/Irmã(s), Cônjuge	1	0,4	95,4
O(a) próprio(a), Irmão(s)/Irmã(s), sobrinhos e cunhado	1	0,4	95,8
O(a) próprio(a), Mãe, Avô(s)	1	0,4	96,2
O(a) próprio(a), Mãe, Cônjuge	1	0,4	96,6
O(a) próprio(a), Mãe, Irmão(s)/Irmã(s), Avô(s)	1	0,4	97
O(a) próprio(a), Mãe, Padrasto	1	0,4	97,4
O(a) próprio(a), Mãe, sobrinhos	1	0,4	97,8
O(a) próprio(a), Pai, Irmão(s)/Irmã(s), Cônjuge	1	0,4	98,2
O(a) próprio(a), Pai, Irmão(s)/Irmã(s).	1	0,4	98,6
O(a) próprio(a), Pai, Mãe, Avó(s), Tio	1	0,4	99
O(a) próprio(a), Pai, Mãe, Filho(s)/Filha(s)	1	0,4	99,4
O(a) próprio(a), Pai, Mãe, Irmão(s)/Irmã(s), Avô(s)	1	0,4	99,8
O(a) próprio(a), Pai, Mãe, Irmão(s)/Irmã(s), Cônjuge, Filho(s)/Filha(s)	1	0,4	100,2
O(a) próprio(a), Tia avó	1	0,4	100,6

Fonte: Elaboração própria.

## **Inquérito por questionário**

## Fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias e o abandono escolar no ensino superior: o caso do IPB

No âmbito da dissertação do mestrado em Contabilidade e Finanças da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTiG) do Instituto Politécnico de Bragança (IPB), foi desenvolvido este questionário, servindo como base para o estudo dos fatores determinantes do excesso de endividamento das famílias dos estudantes do IPB e, conseqüentemente, analisar se este sobre-endividamento é uma possível causa para o abandono escolar destes.

Este questionário é totalmente anónimo e todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais e serão utilizadas apenas para efeitos estatísticos.

Neste sentido, agradeço a vossa colaboração no preenchimento deste questionário, que não tomará mais de 5 minutos do vosso tempo. As vossas respostas são fundamentais para o sucesso do meu trabalho de dissertação!

Obrigado pela colaboração.

**\*Obrigatório**

1. É aluno do IPB? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

### Atitudes e comportamentos financeiros do agregado familiar: Indicadores de endividamento ou sobre-endividamento

2. Com que frequência o rendimento, mensal, do seu agregado familiar sobra? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Nunca

Raramente

Algumas Vezes

Frequentemente

Sempre

3. Em termos médios mensais, como classifica o equilíbrio, entre os gastos e o rendimento, do seu agregado familiar? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Gasta muito mais do que o que ganha
- Gasta mais do que o que ganha
- Gasta igual ao que ganha
- Gasta menos do que o que ganha
- Gasta muito menos do que o que ganha

4. Com que frequência recorrem ao crédito? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Nunca *Avançar para a pergunta 12*
- Raramente
- Ocasionalmente
- Uma vez por mês
- Mais de uma vez por mês

5. Quais os tipos de créditos contraídos? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Crédito à habitação
- Crédito ao Consumo: Cartão de Crédito
- Crédito ao Consumo: Descoberto Bancário
- Crédito ao Consumo: Crédito em Conta Corrente
- Crédito automóvel
- Crédito pessoal: Saúde
- Crédito pessoal: Educação
- Crédito pessoal: Locação Financeira de Equipamentos
- Outros Créditos

6. Atualmente, têm créditos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não *Avançar para a pergunta 9*

7. Quantos créditos ativos têm neste momento? \*

\_\_\_\_\_

8. De que tipologia são os créditos ainda ativos? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Crédito à habitação
- Automóvel
- Outros créditos ao consumo

9. Quais os motivos que levaram o seu agregado familiar a recorrer ao crédito? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Aceder a bens essenciais
- Pagar outras dívidas
- Manter/melhorar o estilo de vida
- Dificuldades financeiras
- Ajudar um familiar/amigo

Outra:  \_\_\_\_\_

10. Qual das seguintes afirmações descreve melhor a relação do seu agregado familiar com os compromissos financeiros e de crédito? \*

O termo "obrigações com créditos" significa o pagamento das mensalidades de empréstimos ou do cartão de crédito.

*Marcar apenas uma oval.*

- Não temos contas para pagar ou obrigações com créditos.  
*Avançar para a pergunta 12*
- Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, sem dificuldades *Avançar para a pergunta 12*
- Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades pontuais
- Cumprimos com o pagamento das nossas contas e obrigações com créditos, mas com dificuldades constantes
- Estamos atrasados em algumas contas e/ou obrigações com créditos
- Estamos a ter sérias dificuldades no pagamento das nossas contas e obrigações com crédito

11. Qual a razão para o não pagamento ou dificuldades no cumprimento das Responsabilidades de Crédito? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Desemprego, com direito a subsídio
- Desemprego, sem direito a subsídio
- Redução no salário devido à degradação das condições laborais
- Atrasos no pagamento do salário pela entidade patronal
- Aumento das despesas com a saúde (p. ex. aparecimento de uma doença prolongada)
- Apoio a familiares (p. ex. filhos/pais/avós) que o impeçam/impediram de trabalhar temporariamente
- Apoio a familiares (p. ex. filhos/pais/avós) que o impeçam de trabalhar definitivamente
- Incapacidade temporária para o trabalho (baixa médica inferior a 6 meses)
- Incapacidade prologada para o trabalho (baixa médica superior a 6 meses)
- Reforma antecipada
- Alteração no agregado familiar (p. ex. nascimento de uma criança ou falecimento de um elemento que contribuía financeiramente para o agregado familiar)
- Divórcio/separação
- Negócio malsucedido
- Penhora/ Ação de Execução
- Sou fiador/avalista de outrem que entrou em incumprimento
- Instabilidade financeira - aumento dos custos de crédito
- Falta de autocontrolo no consumo
- Pressão social/ estatuto social/ identidade social/ aceitação social/ comparação social
- Má gestão financeira
- Elevado índice de confiança para com os rendimentos futuros
- Falta de informação/transparência nos contratos de créditos

Outra:  \_\_\_\_\_

12. Considera que os seus rendimentos futuros lhe permitirão ter uma vida sem preocupações, independentemente da instabilidade da economia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Nada confiante
- Pouco confiante
- Confiante
- Muito confiante
- Totalmente confiante

13. De 1 a 10 em que patamar da sociedade acha que se encontra o seu agregado familiar? Sendo que 1 representa as pessoas com menos estatuto social (menos dinheiro, pouca escolaridade e empregos pouco valorizados) e 10 representa as pessoas com estatuto social mais elevado (mais dinheiro, maior escolaridade e empregos mais valorizados). \* *Marcar apenas uma oval.*

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Na sua opinião, como classifica os seus conhecimentos de literacia financeira? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Muito reduzidos
- Reduzidos
- Razoáveis
- Elevados
- Muito elevados

## Ingresso no Ensino Superior

15. Motivos que o/a levaram a candidatar-se ao Ensino Superior? \*

Pode selecionar mais do que uma opção

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Prosseguir os estudos sobre assuntos do meu interesse e gosto
- Subir na vida
- Ter uma profissão de sucesso, ganhar dinheiro
- Tornar-se independente, ser mais autónomo
- Ter maior facilidade em arranjar um emprego
- Corresponder à expectativa da família

Outra:  \_\_\_\_\_

16. Durante a sua permanência na instituição de quem dependeu/depende financeiramente? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Pais
- Outros familiares
- Cônjuge ou companheiro/a
- Outra pessoa (não familiar)
- De si mesmo
- Outra: \_\_\_\_\_

17. Em média, mensalmente, qual o montante gasto em despesas com os estudos (alimentação, alojamento, material de apoio ao estudo, propinas e transportes)? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Inferior a 100€
- De 100€ a 200€
- De 201€ a 300€
- De 301€ a 400€
- Superior a 400€

18. Relativamente às despesas referidas na questão anterior, qual o peso relativo de cada um dos itens, em média: \*

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	0 - 20%	21 - 40%	41 - 60%	61 - 80%	81 - 100%
Alimentação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alojamento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Material de apoio ao estudo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Propinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Transportes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

19. Indique a sua situação relativa à Bolsa de Estudo: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Estudante sem Bolsa
- Bolseiro da Ação Social do Ensino Superior
- Bolseiro do país de origem
- Bolseiro de outra instituição
- Outra: \_\_\_\_\_

20. Efetuou sempre o pagamento das propinas sem ultrapassar o prazo de vencimento? \*

\*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Avançar para a pergunta 22*
- Não

21. Se respondeu não, por que motivos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Esquecimento
- Incapacidade de pagamento no prazo fixado
- Outra: \_\_\_\_\_

22. Alguma vez abandonou os seus estudos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não *Avançar para a pergunta 24*

23. Se respondeu sim, por que motivos? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

Mudança de curso/instituição por inadaptação

Mudança de curso/instituição por insatisfação

Falta de motivação/vocação

Absentismo escolar

Insucesso escolar

Incapacidade económica face às despesas escolares (propinas, alojamento, alimentação, material de apoio ao estudo e transportes)

Problemas de conciliação dos estudos com a atividade profissional

Ingresso no mercado de trabalho

Motivos de saúde

Apoio a familiares

Outra:  \_\_\_\_\_

## Dados Pessoais

24. Idade \*

\_\_\_\_\_

25. Género \*

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

26. Nacionalidade \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Portuguesa      *Avançar para a pergunta 29*
- Não portuguesa      *Avançar para a pergunta 27*
- Ambas      *Avançar para a pergunta 28*

27. Indique qual a sua nacionalidade. \*

\_\_\_\_\_ *Avançar para a pergunta 29*

28. Indique qual a sua nacionalidade, para além da portuguesa \*

\_\_\_\_\_

29. Qual a escola do IPB que frequenta? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Escola Superior Agrária (ESA)
- Escola Superior de Educação (ESSE)
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTiG)
- Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (EsACT)
- Escola Superior de Saúde (ESSa)

30. Qual o nível de escolaridade que frequenta? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP)
- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado

31. Qual o ano que frequenta? \*

*Marcar apenas uma oval.*

1.º Ano

2.º Ano

3.º Ano

4.º Ano

### **Situação Sócio - Familiar**

32. O seu agregado familiar é constituído por quantos elementos? \*

\_\_\_\_\_

33. Como é constituído o seu agregado familiar? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

O(a) próprio(a)

Pai

Mãe

Irmão(s)/Irmã(s)

Avô(s)

Avó(s)

Cônjuge

Filho(s)/Filha(s)

Outra:  \_\_\_\_\_

34. Indique as habilitações literárias, para cada um dos elementos do seu agregado familiar:

*Marcar tudo o que for aplicável.*

	O(a) próprio(a)	Pai	Mãe	Cônjuge	Outro
Não sabem ler nem escrever	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sabe ler sem possuir o 4.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino básico 1.º ciclo - 4.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino básico 2.º ciclo - 6.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino básico 3.º ciclo - 9.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário - 12.º ano de escolaridade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior - Curso Técnico Superior Profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior - Bacharelato	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior - Licenciatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior - Mestrado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior - Doutoramento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não aplicável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

35. Indique a situação profissional/ocupação, para cada um dos elementos do seu agregado familiar:

*Marcar tudo o que for aplicável.*

	O(a) próprio(a)	Pai	Mãe	Cônjuge	Outro
Desconhecida/não tem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estudante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador-Estudante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta própria (como empregador)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta própria (como isolado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reformado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempregado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Doméstico(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra situação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

36. Indique o rendimento, médio mensal, do seu agregado familiar \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Inferior a 1.000€
- De 1.000€ a 2.000€
- De 2.001€ a 3.000€
- De 3.001€ a 4.000€
- Superior a 4.000€

A sua resposta foi registada.

Obrigada pela colaboração!